



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES E ESTUDO DE PROBLEMAS BRASILEIROS

Ano CII - Nº 825 - 3º quadrimestre de 2014



TECNOLOGIAS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES MILITARES p.23

MARCIO TADEU BETTEGA BERGO

BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA BLINDADA GEPARD - p. 34

HARYAN GONÇALVES DIAS

O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS p. 50

ALEXANDRE DA SILVA PINTO

13 DE DEZEMBRO
DIA DO MARINHEIRO

EDITORIAL

Prezados leitores,

É com muita alegria, que chegamos ao final de mais um ano editorial, na esperança de termos atendido à expectativa dos nossos leitores e com o sentimento do dever cumprido.

Foi um ano de temas bastante diversificados, pródigos em cultura brasileira, multiculturalismo, liderança militar, terrorismo e relações internacionais, entre outros.

Iniciamos esta edição com o artigo *Pela preservação das instituições e suas especificidades*, no qual é tratada a importância das instituições para a sociedade, da preservação dos valores e da ética dessas instituições para o bom atendimento das demandas da sociedade.

O artigo seguinte, *Tecnologias provenientes das atividades militares*, aguça a curiosidade do leitor, apresentando uma série de objetos, usos e costumes presentes no nosso dia a dia, que se originaram diante de necessidades das atividades militares, particularmente em tempo de guerra.

No momento em que vivemos um processo de transformação do Exército, o artigo *Bateria de Artilharia Antiaérea Gepard* apresenta um estudo doctrinário e duas novas situações de emprego do material em questão.

No campo das relações internacionais, o artigo *O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas* analisa essas operações como oportunidades de projeção do Poder Nacional.

SUMÁRIO

PELA PRESERVAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES E SUAS ESPECIFICIDADES	4
<i>Reis Friede</i>	
TECNOLOGIAS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES MILITARES	23
<i>Marcio Tadeu Bettega Bergo</i>	
BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAÉREA BLINDADA GEPARD: NOVAS POSSIBILIDADES DE EMPREGO	34
<i>Haryan Gonçalves Dias</i>	
O BRASIL NAS OPERAÇÕES DE PAZ DAS NAÇÕES UNIDAS: UMA VISÃO ANALÍTICA PARA A PROJEÇÃO DO PODER NACIONAL	50
<i>Alexandre da Silva Pinto</i>	
A FUNÇÃO LOGÍSTICA DE SAÚDE NA GUERRA DA TRÍPLICE ALIANÇA	65
<i>Heider Teixeira de Santana</i>	
REVOLTA DE JACAREACANGA: A FORÇA AÉREA BRASILEIRA EM ARMAS NA AMAZÔNIA	88
<i>Marco Túlio Freire Baptista</i>	

Pela preservação das instituições e suas especificidades

Reis Friede*

RESUMO

A organização da sociedade realiza-se por meio de instituições. O organismo social só se desenvolve de maneira saudável segundo a atuação sinérgica e harmônica dessas estruturas, as quais devem possuir destinações específicas. Tendo em vista que os campos de atuação nos quais estão inseridas são distintos, as instituições desenvolvem valores específicos, cujo conjunto, alinhado com as demandas da sociedade, definem a ética das corporações. A atuação dos órgãos segundo seus respectivos valores é primordial para o correto funcionamento institucional. Entretanto, para que isso ocorra, é fundamental que se observe o processo de formação dos quadros de servidores que integrarão cada uma das instituições, sendo certo afirmar, portanto, que os valores de uma determinada instituição não necessariamente podem ser aplicados às demais. As instituições militares destacam-se quanto à especificidade de sua cultura organizacional, razão pela qual se torna imperioso que tal realidade seja devidamente compreendida, a fim de se mantenham os valores institucionais que lhe são próprios.

PALAVRAS-CHAVE: Ética. Instituições. Valores.

ABSTRACT

The organization of our society is built over institutions. The healthy development of the social body happens only according to the synergistic and harmonic interaction of these structures, which must have specific destinations. Having in mind that the performance fields where they are inserted are distinct, the institutions develop specific values that joined in a set and lined up with the society demands, defines the ethics of the corporations. The performance of the bodies regarding their respective values is primordial for the correct institutional action. However, for this to occur, it is fundamental to observe the formation process of the servants that will integrate each of the institutions, being correct to affirm, thus, that the values of a specific institution are not necessarily applicable to the others. The military institutions stand out in what regards their specific organizational culture and this reality must be duly understood, in order to preserve their own institutional values.

KEYWORDS: Ethic. Institutions. Values.

* O autor, mestre e doutor em Direito, é desembargador federal e professor emérito da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército - ECEME.

Introdução

Em que pese todo o desenvolvimento tecnológico alcançado hodiernamente, ainda resta válida a afirmação corrente segundo a qual o corpo humano continua sendo exemplo de perfeição no que se refere ao funcionamento de sistemas. Interessante notar que essa proclamada perfeição só é possível em virtude da existência de diversos órgãos e tecidos com funções específicas. A Biologia ensina que essas estruturas são distintas e perfeitamente adaptadas às suas funções. A saúde plena apresenta-se exatamente quando os diversos sistemas e aparelhos funcionam corretamente e de forma harmônica.

A dinâmica do funcionamento do corpo humano nos permite traçar um paralelo com a convivência em sociedade, visto que esta também é composta por estruturas distintas e especializadas, cujos órgãos são constituídos pelas instituições, sendo certo afirmar que, quando estas não funcionam bem, provavelmente o tecido social sofre de alguma moléstia. Sob tal enfoque, e sendo fiel ao nosso contexto filosófico ocidental, não é de todo absurdo que se utilize do recurso analógico para considerar que um estado de democracia consolidada corresponderia à “saúde plena” do tecido social.

Desta feita — por mais que se deva valorizar, e efetivamente se valorize, o indivíduo e a individualidade —, sem a existência de instituições fortes e sustentáveis, dificilmente obter-se-á uma sociedade saudável, na qual as pessoas possam exercer, plena e democraticamente, os direitos que lhes são inerentes. Mesmo porque, sem órgãos que

os garantam, a democracia e o regime democrático simplesmente se transformariam numa inexorável anarquia.

Pode-se inferir, portanto, que a devida caracterização das instituições demanda a indispensável especialização de seus componentes, o que se dá, necessariamente, pela formação de seus quadros de servidores. Para que estes atuem de modo coerente com a destinação funcional que lhes foi conferida, é impositivo que estejam imbuidos dos valores institucionais atinentes à atividade que desempenharão no contexto público-social, os quais norteiam o funcionamento harmônico do corpo social. É justamente nesse ambiente saudável que se pretende que a sociedade brasileira amadureça, de modo a proporcionar a condição de bem-estar e realização a todos os seus integrantes.

Com efeito, o presente trabalho discorre sobre as instituições e os respectivos processos de formação de seus quadros, coerentes com suas especificidades e destinações funcionais no âmbito da sociedade.

O homem, a sociedade e as instituições

Desde a antiguidade, as civilizações já procuravam organizar a vida em comunidade por meio de leis e regras. Como se sabe, ARISTÓTELES defendia a tese segundo a qual “o homem é um animal social”, consagrando, assim, que a união entre os seres humanos opera-se de modo absolutamente natural, notadamente pelo fato de ser o homem um ser naturalmente gregário, necessitando, por conseguinte, de outros indivíduos para alcançar a plenitude.

As primeiras uniões entre pessoas, oriundas de uma necessidade natural, são aquelas entre seres incapazes de existir um sem o outro, ou seja, a união da mulher e do homem para perpetuação da espécie; isso não é resultado de uma escolha, mas nas criaturas humanas, tal como nos outros animais e nas plantas, há um impulso natural no sentido de querer deixar um outro ser da mesma espécie. (ARISTÓTELES, 2005, p. 11).

No bojo de sua obra, Aristóteles estabeleceu a diferença entre dois tipos de espécies: as gregárias (*koinonia*) e as solitárias (*monadika*). Ambas, por sua vez, são passíveis de uma nova divisão, isto é, as que são propensas a uma vida sociável (*politika*) e as que vivem de maneira esparsa (*sporadika*). Ao concluir que o homem faz parte do primeiro grupo (*politika*), assevera o grande filósofo que a sociabilidade apresenta-se, invariavelmente, como parte integrante da natureza humana.

[...] a cidade é uma criação natural, e que o homem é por natureza um animal social, e que é por natureza e não por mero acidente, não fizesse parte de cidade alguma, seria desprezível ou estaria acima da humanidade [...] a característica específica do homem em comparação com os outros animais é que somente ele tem o sentimento do bem e do mal, do justo e do injusto e de outras qualidades morais, e é a comunidade de seres com tal sentimento que constitui a família e a cidade. (ARISTÓTELES, 2005, p. 12)

Como se vê, a organização em sociedade é uma característica humana, o que implicou a denominada especialização de funções, sendo certo afirmar, outrossim, que

tal especialização definiu o estabelecimento de instituições, as quais, advêm de “práticas reconhecidas e estabelecidas que governam as relações entre os indivíduos ou os grupos” (MORRIS GINSBERG, 1961).

Maria da Luz Oliveira (1991, p. 68-79), por sua vez, argumenta que as instituições podem ser definidas como um “conjunto organizado de crenças e práticas que os indivíduos adotam com a finalidade de alcançar um objetivo socialmente importante”.

Na quadra atual, consolidou-se a ideia segundo a qual a vida em sociedade é organizada de acordo com os valores que a regem, os quais se modificam ao longo do tempo. Vale dizer, a formalização de uma instituição impõe-se pelas necessidades, identificadas pelo grupo social em determinado momento histórico, tudo em absoluta conformidade com os valores então reinantes. Desse modo, resta evidente que nem todas as instituições são perenes; tais como a grande parcela das organizações não governamentais (ONG) ou dos movimentos ditos sociais, estruturados para a captação de recursos financeiros ou obtenção de peso político em uma conjuntura paralela à democracia representativa institucionalizada pela carta maior de 1988.

A Missão Evangélica Caiuá, uma ONG com sede em Dourados, no Mato Grosso do Sul, tornou-se a maior ONG do Brasil no recebimento de recursos federais. Segundo dados disponíveis no portal da transparência do próprio governo federal, a entidade recebeu R\$ 36,6 milhões em 2010 do Ministério da Saúde para serviços de atenção à saúde indígena. Em 2013, a soma chegou a R\$ 334,7 milhões. Para este ano, deve receber R\$ 421,8 milhões, a serem pagos em três parcelas, segundo in-

formação do ministério da Saúde. (QUESTÃO INDÍGENA, 2014)¹

...Pelas estimativas do Tribunal de Contas da União (TCU), há 22 mil organizações no Brasil. Cerca de oito mil recebem dinheiro público. [...]Só no ano passado, as ONGs receberam R\$ 3,5 bilhões em repasses do governo federal. É muito dinheiro. A fiscalização da aplicação desses recursos é muito frágil. O resultado é que, em muitos casos, os convênios com ONGs se transformaram em um ralo para o desvio de dinheiro público. (GLOBO.COM, 2011)²

Não obstante, há instituições historicamente presentes em todas as sociedades, tais como aquelas diretamente ligadas às atividades públicas, dentre as quais, as instituições políticas (relativas à governança das comunidades), as instituições policiais (relacionadas com a segurança), as instituições jurídicas (concernentes à mediação de conflitos) e as instituições militares (pertinentes à defesa).

Por óbvio, todas as instituições acima referidas evoluíram junto com a sociedade e sempre estiveram presentes no contexto social, mesmo que sob formatos diferentes. Ainda que nas sociedades tribais muito provavelmente não houvesse estruturas governamentais, tribunais formais ou mesmos gerais, havia, por certo, as figuras do sábio (a pessoa que decidia a respeito das questões e demandas tribais) e dos responsáveis pela poliorcética (arte de se planejar um ataque) e pela castrametação (arte de se construírem fortificações e castelos ou escolha de áreas para acampamentos), sendo possível aduzir, portanto, que o simbolismo desses personagens, naquele contexto histórico, encerrava as instituições correlatas àquele tipo de organização.

Todavia, ante a complexidade inerente às organizações sociais de nosso tempo, é lícito afirmar que há instituições igualmente mais estruturadas, dotadas de finalidades bem demarcadas e consequente diversidade de atuação funcional, desenvolvendo, por conseguinte, valores específicos e consentâneos com as questões sociais a que se destinam. Para comprovar o que ora se afirma, analisemos, por exemplo, as instituições políticas, as quais primam pela organização, direção e administração da sociedade, bem como pela conciliação das demandas sociais. Diante desse cenário, é perfeitamente aceitável que o político tente “agradar” a todos. No entanto, tal não ocorre com a instituição Poder Judiciário, destinada, por sua vez, à solução dos diversos conflitos sociais que sempre haverão de existir. No desempenho de suas funções, o magistrado vê-se constantemente obrigado a decidir a lide em favor de uma parte e em detrimento de outra. As instituições policiais, por sua vez, dedicam-se às ações coercitivas imprescindíveis à preservação da ordem pública e das interações da vida em sociedade, estando presentes no dia a dia dos cidadãos. Nota-se, portanto, que as citadas instituições, embora distintas entre si, complementam-se sobremaneira, aspecto devidamente registrado por Blaise Pascal (1998, p. 60), filósofo e matemático francês que viveu entre os anos 1623 e 1662, na clássica obra intitulada *Pensées*:

A justiça sem a força é impotente; a força sem a justiça é tirânica. A justiça sem a força é contestada, porque há sempre maus; a força sem a justiça é acusada. É preciso portanto pôr em conjunto a justiça e a força [...].

O trecho transcrito ilustra como a denominada complementaridade (entre as instituições) é importante para o desenvolvimento harmônico e sustentável do tecido social.

Ruy Barbosa, ressaltando a importância das instituições militares, aduzia que “uma nação que confia em seus direitos, em vez de confiar em seus soldados, engana-se a si mesma e prepara a sua própria queda”³. Tal assertiva revela-se bastante atual, podendo ser exemplificada através dos lamentáveis episódios acontecidos recentemente na Ucrânia, país que, como cediço, poderia ser considerado a terceira maior potência nuclear do mundo por ocasião do colapso da União Soviética, tendo abdicado do poderio atômico que detinha, por imposição, e em confiança, de acordos internacionais. Tal fato foi motivo de amplo noticiário:

Um acordo assinado pelos presidentes dos Estados Unidos, Ucrânia e Rússia colocou fim ao terceiro maior arsenal nuclear do mundo. Localizado na Ucrânia, o arsenal era composto por 176 mísseis nucleares de longo alcance que, segundo o tratado, seriam levados para a Rússia e desmantelados no prazo de até sete anos. O urânio enriquecido das 1.800 ogivas nucleares desses mísseis seria aproveitado em usinas nucleares civis. O tratado confirmou a condição da Ucrânia de país não-nuclear cuja segurança, a partir de então, seria garantida pelos outros dois países envolvidos no acordo.⁴

[...]

“Esse tratado põe ponto final ao último problema da Guerra Fria”, declarou o presidente russo Boris Yeltsin na entrevista coletiva concedida após a oficialização do acordo. Bill Clinton, o então chefe de Estado norte-americano, elogiou o “bravo

e visionário ato” do presidente ucraniano Leonid Kravchuk, afirmando que “a Ucrânia aumentou sua autoridade entre as nações” ao abrir mão de seu arsenal nuclear. Para Kravchuk, o país ganhou mais segurança, porque Rússia e Estados Unidos se comprometeram a velar por sua defesa.⁵

Do que se observa, a crença de que as instituições políticas solucionariam as futuras questões nacionais levou a sociedade ucraniana a abrir mão de estruturas de dissuasão. É evidente que a atual conjuntura não seria jamais solucionada pelas armas nucleares; no entanto, aquele Estado encontra-se no limiar de uma desagregação nacional, sobretudo por não ostentar instituições militares que afiançem suas decisões políticas e lhe garantam a soberania, dependendo, para tanto, de alguma ação institucional externa destinada a defender-lhe o patrimônio nacional. Em suma, o recente episódio envolvendo a Ucrânia e a Rússia reacende os pensamentos de Blaise Pascal e de Ruy Barbosa, sintetizados na ideia de que a justiça, sem a correspondente força, revela-se inócuia, razão pela qual não se pode confiar somente em algumas instituições em detrimento da necessária harmonia do sistema social.

Os valores éticos das instituições

Como visto, as inúmeras questões decorrentes da interação social são abordadas e tratadas de maneiras distintas pelas diversas instituições existentes, o que fez com que elas desenvolvessem valores próprios, coerentes com as respectivas áreas de atuação. Essas abordagens devem, necessariamente,

ser diferentes, pois só assim ocorre a complementaridade funcional, que mantém o corpo social íntegro.

O conjunto de valores difundidos pelas instituições é sintetizado nos denominados códigos de ética. Frequentemente, ao final dos cursos de formação referentes às diversas categorias profissionais, o concludente, por ocasião da formatura, presta um juramento, compromisso que simboliza a efetiva aceitação das regras de conduta concernentes a determinada categoria. Sua finalidade, em apertada síntese, é estabelecer um liame entre a conduta do novo profissional e a destinação funcional da instituição. Significa dizer que, sob uma ótica deontológica, todos possuem deveres para com a sociedade, os quais se encontram expressos num código de conduta, apanágio de quase todas as carreiras profissionais e instituições existentes na sociedade.

À guisa de exemplo, cabe trazer à colação alguns juramentos prestados por integrantes de instituições diretamente relacionadas com o trato da coisa pública, o que passamos a fazer.

Nos termos do Regimento Interno do Senado Federal (art.4º, §2º)⁶, o senador eleito, por ocasião da posse, declara:

Prometo guardar a Constituição Federal e as leis do país, desempenhar fiel e lealmente o mandato de senador que o povo me conferiu e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

De igual maneira, consoante o Regimento Interno da Câmara dos Deputados (art.4º, §3º)⁷, o novo parlamentar profere o seguinte:

Prometo manter, defender e cumprir a Constituição, observar as leis, promover o bem geral do povo brasileiro e sustentar a união, a integridade e a independência do Brasil.

De fato, considerando a destinação funcional de suas instituições, aos parlamentares incumbe atentar para o arcabouço legislativo, representado pela Constituição e legislação infraconstitucional, bem como zelar pela integridade e soberania do Brasil. Não obstante, nota-se que, no juramento proferido no Senado Federal (que representa os estados da Federação), o mandato parlamentar é tema central, ao passo que, no compromisso realizado na Câmara dos Deputados, encontra-se presente a expressão “bem geral”, o que nos remete à ideia de conciliação (no sentido de harmonização) das legítimas demandas que são tratadas no âmbito da Câmara Baixa, instituição que, como cediço, representa o povo⁸, o qual assume lugar de destaque na destinação de ambas as instituições legislativas.

Passemos, agora, à análise do juramento proferido por integrantes de uma instituição ligada à Justiça, qual seja, a Ordem dos Advogados do Brasil. Conforme preceitua o art. 2º do Código de Ética e Disciplina da OAB⁹, o advogado, operador do Direito com atuação na totalidade das estruturas jurídicas, preconiza o seguinte:

Prometo exercer a advocacia com dignidade e independência, observar a ética, os deveres e prerrogativas profissionais e defender a Constituição, a ordem jurídica do Estado Democrático, os direitos humanos, a justiça social, a boa aplicação das leis, a rápida administração da Justiça e o aper-

feiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Com absoluta propriedade, o advogado, profissional indispensável ao funcionamento da Justiça (art. 133 da Constituição Federal), presta compromisso para com a defesa da ordem jurídica vigente e os direitos da pessoa humana, este último um dos fundamentos da República (art. 1º, III, da Carta Magna).

Atentemos, pois, para a essência dos juramentos prestados por integrantes de algumas das instituições policiais do país, a começar pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, cuja previsão constitucional reside no art. 144, *caput*, V, do Texto Magno.

A Lei nº 443, de 1º de julho de 1981, Estatuto dos Policiais Militares do Estado do Rio de Janeiro¹⁰, dispõe, em seu art. 31, que todo cidadão, após ingressar na instituição mediante concurso público, prestará compromisso de honra, no qual afirmará a aceitação consciente das obrigações e dos deveres policiais militares, bem como manifestará a sua firme disposição de bem cumprí-los. Em seguida, no art. 32 da mesma lei, está registrado o seguinte juramento:

Ao ingressar na Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro, prometo regular a minha conduta pelos preceitos da moral, cumprir rigorosamente as ordens das autoridades a que estiver subordinado e dedicar-me inteiramente ao serviço policial-militar, à manutenção da ordem pública e à segurança da comunidade, mesmo com o risco da própria vida.

Por outro giro, o Decreto Estadual nº 3.044, de 22 de janeiro de 1980, Regulamen-

to do Estatuto dos Policiais Civis do Estado do Rio de Janeiro, define, em seu art. 12, que o policial, ao se apresentar ao seu chefe, em sua primeira lotação, prestará o seguinte compromisso:

Prometo observar e fazer observar rigorosa obediência às leis, desempenhar as minhas funções com desprendimento e probidade, considerando inerentes à minha pessoa a reputação e honorabilidade do órgão policial que agora passo a servir.¹¹

Por seu turno, nos termos do ceremonial de formatura, o policial federal, declara:

Juro, pela minha honra, que envidarei todos os meus esforços no cumprimento dos deveres do policial federal, exercendo minha função com probidade e denodo e, se necessário, com o sacrifício da própria vida.¹²

Coerentes com suas destinações funcionais, percebemos, nos juramentos proferidos por policiais, valores próprios da carreira. Da leitura dos três compromissos anteriores nota-se, nitidamente, que os profissionais da Polícia Federal, diferentemente dos demais, se ligam pela própria vida quando do desempenho de suas funções. Fieis ao princípio constitucional da hierarquia (art. 42, *caput*, da Lei Maior), as instituições policiais militares agregam o aspecto das relações verticais.¹³

No âmbito das Forças Armadas, o juramento prestado por aqueles que nelas ingressam está previsto no Decreto nº 2.243, de 3 de junho de 1997, que versa sobre o Regulamento de Continências, Honras, Sinais de Respeito e Cerimonial Militar:

Incorporando-me à Marinha do Brasil (ou ao Exército Brasileiro ou Aeronáutica Brasileira) – prometo cumprir rigorosamente – as ordens das autoridades – a que estiver subordinado – respeitar os superiores hierárquicos – tratar com afeição os irmãos de armas – e com bondade os subordinados – e dedicar-me inteiramente ao serviço da pátria – cuja honra – integridade – e instituições – defenderei – com o sacrifício da própria vida.

Diferentemente das anteriores, as instituições militares federais, por sua destinação constitucional, enfrentam um paradoxo. Em primeiro lugar, são primariamente vocacionadas para atuar na excepcionalidade, ou seja, na defesa da Pátria. Por conta disso, não estão inseridas, de um modo geral, no cotidiano da população. No entanto, quando instadas a atuar, devem ostentar elevado grau de preparo e prontidão, razão pela qual o juramento antes transcrito expressa algumas especificidades, ora apontadas: a imposição de dedicação integral ao serviço; o empenho da própria vida — não com a função que se desempenha ou com a organização a qual se integra — mas em defesa da Pátria, esta representada por todas as suas instituições.

Enfim, a análise dos diversos juramentos destacados alhures permite inferir que as instituições ostentam valores próprios, os quais, por sua vez, definem os respectivos códigos de ética institucional, a serem necessariamente infundidos na personalidade dos seus integrantes, mister realizado ao longo do processo de formação.

A formação dos quadros institucionais

Instituições distintas, dotadas de valores próprios, demandam, por consectário lógico, formações peculiares. Assim, cumpre analisar como se opera a formação dos integrantes das instituições anteriormente abordadas.

Iniciemos, pois, pelas instituições legislativas. Para se tornar um parlamentar e, assim, desempenhar plenamente seu mister constitucional, é necessário, antes de tudo, ser eleito pelo voto popular, exatamente de acordo com a forma preconizada pelas regras constitucionais e pela legislação eleitoral. Com efeito, a demonstração de que se possui a indispensável capacitação para a atividade parlamentar dá-se durante o próprio debate eleitoral e posterior captação do sufrágio, ao final do qual, o povo aprova o candidato, elegendo, assim, de maneira direta, os integrantes das instituições políticas. O ordenamento jurídico aplicável, côncio da diversidade (em todos os aspectos possíveis) dos candidatos ao mandato parlamentar, deles não exige um padrão de formação.

Procedimento completamente diferente acontece quando do ingresso nas instituições jurídicas. Em razão da tecnicidade da ciência do Direito, exige-se do candidato ao cargo a formação jurídica. Assim, a maioria dos cargos atinentes à atividade jurídica requer que o candidato seja bacharel em Direito. Para o exercício da advocacia, é mister, ainda, que se obtenha aprovação no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil; para o ingresso na magistratura, exige-se, além do mesmo bacharelado e outros requisitos, aprovação em concurso público e, uma vez empossado, o novo juiz deve frequentar escolas destinadas a prepará-lo para o exercí-

cio da função judicante, exatamente o que sucede na Escola da Magistratura do Tribunal Federal da 2^a Região (EMARF). Em ambos os casos (magistratura federal e advocacia), o ponto coincidente reside justamente na exigência de formação universitária em Direito, tudo na forma regulada pelo Ministério da Educação e Cultura, realizada em cinco anos, no mínimo.

No caso das instituições policiais militares, a formação dos praças ocorre, em média, em seis meses; para os oficiais, entre dois a três anos. O ingresso é mediante concurso público, e os cursos geralmente são ministrados em regime de internato ou semi-internato.

O curso de formação para os diversos cargos da carreira policial federal é realizado na Academia Nacional de Polícia (ANP), localizada em Brasília, possuindo duração média de 850 horas/aula, a serem ministradas durante um período de cinco meses, aproximadamente. O regime é de semi-internato, funcionando das 7h40 às 19h30, de segunda-feira a sábado.¹⁴

Nota-se que o aspecto comum relativo ao ingresso numa instituição policial é a necessidade de um padrão mínimo estabelecido pelo edital do certame público, cujas exigências podem ser assim resumidas: nível de escolaridade (superior, médio etc.) e, uma vez aprovado nos demais exames (intelectual, psicotécnico, saúde, físico, social, entre outros), a frequência e conclusão (com aproveitamento) do curso de formação, este imprescindível para o desenvolvimento técnico e afetivo (sedimentação de valores institucionais) dos futuros integrantes daquelas instituições.

As instituições militares, diferentemente das policiais antes referidas, são constituídas por profissionais de carreira e temporários. Atendo-se apenas ao denominado ramo combatente, há, entre os militares temporários, os que prestam o serviço militar obrigatório por aproximadamente um ano, alguns dos quais, de acordo com a disponibilidade de vagas, poderão permanecer por mais algum tempo na respectiva Força, sem que isto redunde em estabilidade na carreira militar. Igualmente, há oficiais e sargentos temporários. Já os militares de carreira são admitidos mediante concurso público destinado ao ingresso nas escolas de oficiais (Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN e Academia da Força Aérea – AFA), escolas preparatórias (Colégio Naval, Escola Preparatória de Cadetes do Exército – EsPCEX e Escola Preparatória de Cadetes do Ar – EPCAR) ou escolas de formação de sargentos (dentre as quais cito: Escola de Aprendizes Marinheiros – EAM, Escola de Sargento das Armas – EssA e Escola de Especialistas da Aeronáutica – EEAR). Convém registrar que há diferenças quanto ao grau de escolaridade exigido de acordo com a carreira pretendida.

Importa, nesse contexto, destacar a especificidade da formação do militar. E não poderia ser diferente, uma vez que o resultado a ser alcançado após tal processo será um profissional totalmente diferenciado dos demais. Apenas para ilustrar o que ora se afirma, cumpre ressaltar que o art. 7º da Constituição Federal assegura 34 direitos aos trabalhadores urbanos e

rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social. Por outro lado, o art. 142, VIII, da mesma Carta Política esclarece que apenas seis destes direitos são extensivos aos militares. Com efeito, justamente a categoria que jura dedicação exclusiva e empenho da própria vida quando do cumprimento de sua destinação institucional não “...ilariza diversos direitos constitucionais sagrados a outras, dentre os quais: remuneração do trabalho noturno superior a do diurno; duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e 44 semanais, facultada a compensação de horários e a redução de jornada; repouso semanal remunerado; remuneração do serviço extraordinário; adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas etc.

Diante desse cenário, resta evidente que o profissional militar possui incontestáveis diferenças jurídicas em relação aos demais, particularmente quanto aos direitos trabalhistas. Diante de tal quadro, fazer com que os militares possam assimilar os valores institucionais próprios da Caserna demanda uma acentuada dose de formação afetiva. Nesse aspecto, a coesão é fator primordial para o correto desempenho da atividade militar e, em última análise, explica o empenho da própria vida por obrigação profissional, mesmo diante da inexistência de boa parte das compensações trabalhistas insculpidas no art. 7º da Carta Federal, algo impensável em se tratando da maioria das atividades laborais e demais instituições.

A propósito, aduz o general Fernando Goulart:

Os laços de fraternidade e companheirismo e a sensação de que, na guerra, o destino de todos está “interligado” fazem surgir entre os soldados um senso de objetivo comum. Esse é um processo natural, que em geral ocorre de forma espontânea, mas pode também ser induzido pelo líder. Quanto mais intensa a afeição entre os membros do grupo e quanto maior sua atenção aos interesses comuns, mais forte será a propensão individual a abdicar de interesses pessoais em nome do conjunto. A lealdade espontânea do soldado acaba sendo direcionada para os membros de seu grupo imediato. Uma das principais razões para o combatente engajar-se na luta é a amizade que nutre por seus companheiros e sua lealdade a eles. “Não deixar os companheiros na pior”, “não deixar que eles morram”, “fazer por eles o que eles fazem por você” são respostas constantes quando se questionam soldados veteranos sobre o que os motivou a lutar. Os homens, em sua grande maioria, combatem simplesmente porque se sentem moralmente obrigados a não faltar a seus camaradas. (GOULART, 2012, p. 167)

O trecho acima nos remete às noções de liderança e coesão como aspectos de extrema importância para o labor em situações extremas.

Por seu turno, Silveira sintetiza a relevância de outros aspectos atinentes aos valores das instituições militares:

A coesão da organização militar, portanto, foi sempre encarada como imprescindível ao cumprimento das missões impostas a ela. A obtenção desse efeito, em todas as fases de sua evolução, só foi possível com o reconhecimento de três fatores ativantes. Em primeiro lugar, a garantia de uma *sui generis* autoridade militar, capaz de criar dentro dessa organização o poder das

armas, dinamizá-lo e aplicá-lo preservando a mística do comando. Para isso, em segundo lugar, a importância vital de obediência sob crise, sem discussão, ao comandante — a disciplina militar. E, em terceiro lugar, uma ordem impersonal que estabelecesse níveis de autoridade e de subordinação, transformando essa obediência reativa no ligamento capaz de resguardar a indissociabilidade do instrumento que estivesse sendo aplicado sob árduas condições: a hierarquia militar. (SILVEIRA, 2009, p. 36)

Como se nota, o espírito de coletividade apresenta-se como uma ferramenta fundamental para a potencialização dos valores atinentes à atividade militar. Independentemente das diferenças técnicas inerentes a cada carreira militar, todas devidamente contempladas nos currículos acadêmicos, pode-se afirmar que dois fatores otimizam a consolidação afetiva ao longo da formação profissional, a saber: as acomodações organizadas através de alojamentos coletivos e a adoção do regime de internato. Tais ferramentas, de inquestionável caráter pedagógico, assumem papel central na introspecção dos valores militares, os quais precisam ser apreendidos, incorporados e postos em prática pelo profissional. Justamente por isso, para os militares de carreira, os cursos de formação são obrigatoriamente ministrados em regime de internato. Para os sargentos, por um período de dois anos; para os oficiais, de quatro a cinco anos, podendo chegar a sete anos, se considerarmos o tempo destinado às escolas preparatórias. A nosso ver, a adoção de tal regime é extremamente condizente com os objetivos institucionais que se pretende alcançar, dentre os quais a

denominada padronização, precisamente o que acende, no âmago do militar, o coletivismo característico e básico dos valores castrenses, aspecto ímpar da formação militar e que a diferencia, definitivamente, das outras formações profissionais.

A defesa dos valores institucionais

Tramita no Congresso Nacional a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 187/12, que objetiva alterar a Constituição Federal, permitindo, assim, de forma mais ampla, a livre eleição para os órgãos diretores de todos os Tribunais de 2º Grau existentes no país. A chamada “PEC da Democratização do Judiciário” estabelece que os integrantes dos cargos de direção das referidas cortes deverão ser eleitos pelo voto da maioria absoluta dos magistrados, e não apenas pelos membros que compõem o respectivo Tribunal. A matéria versada na PEC, à toda evidência, suscita debates sob diversos enfoques, um dos quais guarda relação com o tema abordado no presente artigo, nomeadamente quanto à necessidade de se respeitarem os valores institucionais próprios de cada órgão.

Como vimos, a forma de ingresso e o padrão de formação inerente a uma determinada instituição (por exemplo, o Senado Federal) não podem ser simplesmente atribuídos a uma outra estrutura institucional com destinação e valores absolutamente diversos (por exemplo, o Poder Judiciário). Pretender que culturas organizacionais atinentes a uma instituição sejam percebidas da mesma maneira por outra, como forma de supostamente melhorar seu funcionamento,

traduz-se numa verdadeira falácia. E mais, induz à ruptura institucional.

A respeito de tal problemática, Trovizo aduz que:

Assim, cabe considerar a exceção que representam os militares no tocante às pressões para adaptações à ética relativa. Aqui se ressalta que ética relativa não representa falta de ética. Como fundamento da política, se coloca a arte de negociação entre iguais na defesa de interesses sociais legítimos.

O militar, por outro lado, como portador da ética tradicionalista e fazendo parte de uma instituição hierarquizada, defronta-se com circunstâncias bem diversas, não admitindo tergiversações. Sua formação deve prepará-lo para ações e reações imediatas. Imagina-se que, no campo de batalha, de tal postura dependerá sua vida ou a de seus pares. Em combate não há lugar para relativismos. Em combate não se permitem acomodações. (TROVIZO, 2007, p. 93)

De fato, não é crível (e aceitável) que instituições militares passem a cultivar valores estritamente políticos, sob pena de se permitir o mais completo desvirtuamento institucional, abalando, em última análise, os sólidos pilares que dão sustentação às Forças Armadas, quais sejam, os princípios da hierarquia e da disciplina (art. 142, *caput*, da Carta do Estado brasileiro).

Ainda no que concerne às instituições militares, importante consignar que, no processo de formação e reconhecimento de seus valores, a hierarquia é percebida como verdadeiro instrumento de humanização dos conflitos. Assim compreendido, é por meio dela que se consegue, mesmo nas situações extremas dos conflitos, pautar a violência

nos limites jurídicos impostos ao estado de beligerância, ou seja, submissão das ações bélicas às normas e leis, evitando-se, assim, práticas condenáveis, tal como a chamada guerra de aniquilamento, tão adotada por Hitler e Stálin.

As guerras civis, regra geral, são atrozes porque a familiaridade confere profundidade ao ódio e ao dogmatismo cego, levando a uma escalada dos extremos e gerando um caráter irreversível da espiral da violência. Por este cenário, a criminalização do inimigo leva à sua desqualificação moral e abre caminho para os massacres, exposição da população civil a perigos e tratamento degradante de prisioneiros. [...] a guerra centralizada, declarada, formal e organizada segundo uma estrutura hierarquizada e piramidal de comando busca impedir que a hostilidade convencional das partes em conflito se transforme em ódio cego. Nesse contexto, a manutenção da reciprocidade e da igualdade entre os contendores, contribui para a manutenção de um canal de diálogo que torne possível a paz sem rancores.¹⁵

Felizmente, por conta da existência de instituições militares baseadas na hierarquia e na disciplina, e atuando de maneira convencional, temos hoje uma Europa unida, mesmo após ter sido devastada (em muitos casos pela estratégia da aniquilação) durante o maior conflito bélico convencional que o mundo já vivenciou (Segunda Guerra Mundial, de 1939 a 1945), abarcando a totalidade daquele continente e colocando em lados opostos boa parte de sua população. Noutro extremo, vê-se a África, o Oriente Médio, a Ásia e, ainda, parte da Europa mergulhados em infindáveis questões étnicas, religiosas e políticas, cujo aspecto comum é a ausência

de uma dimensão institucional por parte de algum dos contendores. Por conseguinte, sem tal institucionalização, não há como estabelecer e difundir no seio da tropa a tão imprescindível noção de hierarquia, razão pela qual a completa transformação de uma instituição, sobretudo a militar, requer sempre muita cautela, particularmente quando tal processo é conduzido sem atentar para os valores institucionais que lhe são próprios, exatamente o que vem acontecendo através da PEC nº 51/13, que propõe, em linhas gerais, a desmilitarização das atuais polícias militares dos estados e do Distrito Federal.

De igual maneira, a instituição Poder Judiciário, que tanto prima pela independência funcional de seus magistrados, e que se caracteriza por uma atuação técnico-hermenêutica, não pode, por absoluta definição essencial, envolver-se em ambientes atrelados a mecanismos políticos. Nesse sentido, dignas de registro são as palavras do eminente desembargador do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, Nelson Missias de Moraes:

O magistrado livre das amarras do poder político, econômico ou de criminosos, no qual o fraco e o forte se equivalem, foi uma conquista da cidadania e a ela se destina. O predicamento da vitaliciedade é dimensão necessária do juiz independente, sem assombros na carreira em razão das suas decisões. (MORAIS, 2013, p. 40)

No mesmo diapasão analítico, o novel Decreto Presidencial 8.243 de 23 de maio de 2014¹⁶, que Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS,

estabelece, “com o objetivo de fortalecer e articular os mecanismos e as instâncias democráticas de diálogo e a atuação conjunta entre a administração pública federal e a sociedade civil” (Art. 1º), a criação de conselhos e demais “instâncias e mecanismos de participação da social” (Art. 6º). Nesse cenário, há que se considerar que, nos termos desse comando, “o cidadão, os coletivos, os movimentos sociais institucionalizados ou não institucionalizados, suas redes e suas organizações” (Art. 2º, I) passariam a integrar, por representação, as instâncias de planejamento e decisão de diversas das instituições aqui tratadas; não obstante a falta do entendimento da destinação maior destas estruturas; com legítima presunção, neste contexto, de grave afetação dos valores institucionais.

O Executivo propõe que todos os órgãos da administração direta e indireta tenham em suas instâncias decisórias conselhos formados por representantes da sociedade civil. [...] o conceito de sociedade civil, amplo demais para ser definido com justeza, se transforma nos chamados “movimentos sociais” [...] Pelo decreto presidencial, esse pessoal colonizaria os ministérios, autarquias, agências reguladoras, empresas de economia mista, enfim, quase toda a máquina do governo. (CEOLIM, 2014, p.59)¹⁷

Assim, pode-se inferir que a preservação dos valores institucionais é vital para a sociedade, sendo oportuno ressaltar que, de maneira alguma, tal afirmação concorre para a imobilidade das instituições. Muito pelo contrário, é justamente o dinamismo institucional que permite a evolução orga-

nizacional em consonância com os anseios da população e, acima de tudo, livre dos indesejáveis e nefastos casuismos.

Uma questão de padrão

A sociedade, ao delegar às instituições militares o uso da força letal, exige delas, por absoluta coerência, uma padronização de valores e procedimentos de seus integrantes, vale dizer, daqueles que efetivarão o uso da força, de modo que a primeira possa fiscalizar a atuação das delegadas. Essa padronização opera-se durante o processo de formação. Justamente por isso a formação militar é tão característica, razão pela qual não se pode imaginar que aspectos inerentes a outras formações universitárias devam ser observados em seu contexto, pois, como ficou registrado, ações que alterem o coletivismo militar podem influir negativamente na coesão do corpo, gerando perigosos reflexos na capacidade de atuação da Força em situações específicas da atividade castrense.

Assim, cabe às instituições jurídicas cooperar com a preservação dos aspectos característicos das instituições militares, reforçando, em última análise, a própria *mens constitucional* retratada no art. 142, *caput*, da Lei Maior. Com efeito, decisões judiciais atinentes à formação acadêmica dos profissionais militares devem levar em consideração, necessariamente, a cultura institucional inerente à vida na Caserna, distinta que é, por definição, de outras formações laborais. Por exemplo, um estudante que concebe a progressão acadêmica como um simples “passar de ano” desconsidera,

nitidamente, os aspectos da formação afetiva que, como vimos, é o que diferencia as instituições militares.

Nesse contexto analítico, vale trazer à colação recente Decisão Liminar proferida por este Autor no bojo de uma ação judicial (Processo nº 0101009-21.2014.4.02.5109) movida por cadete da AMAN contra a União, objetivando garantir sua promoção (em regime de dependência) para o ano seguinte, mesmo diante do que preconiza a legislação pertinente, que inadmite tal figura jurídica:

É importante registrar — com necessária ênfase — que o cadete da Academia Militar das Agulhas Negras – AMAN, a exemplo de outras instituições militares de ensino e treinamento no Brasil e no Mundo, possui situação jurídica absolutamente diversa do aluno universitário regularmente matriculado em estabelecimento de ensino superior, pelo que ostenta — por força de imperativo legal — a condição de membro do efetivo ativo das Forças Armadas (no caso do Exército Brasileiro), na graduação de praça especial, com todas as consequentes prerrogativas e direitos, mas, igualmente, com os inerentes deveres.

Portanto, não há como se estabelecer, na hipótese vertente, uma pretensa simetria entre situações jurídicas completamente distintas, sendo certo que o que se está aqui a discutir não é, como possa parecer em um exame superficial, a simples possibilidade de um pretenso aluno de curso superior poder, por força de decisão judicial provisória (eis que sujeita a recurso e mesmo ao duplo grau de jurisdição como condição de eficácia jurídica), ser aprovado (ainda que por dependência) ao ano subsequente de um curso de ensino superior.

[...]

Vale dizer, o cadete não é um mero estudante, mas uma “praça especial” do serviço ativo, razão pela qual ele encontra-se inserido na estrutura hierárquica das Forças Armadas. Essa hierarquia já se apresenta dentro da escola. O cadete do ano antecedente necessariamente ocupa uma posição hierarquicamente inferior àquele do ano subsequente e assim por diante. A noção de hierarquia se materializa em diversos detalhes do dia a dia desses alunos-militares, tais como: os serviços e funções a serem desempenhados na rotina militar da academia, a precedência para realizar diversas atividades, a possibilidade de escolha para intercâmbio com outras escolas militares de países aliados, comando em treinamentos militares e tantas outras implicações que não caberia neste momento detalhar.

Logo, ao se permitir que um cadete seja matriculado, ainda que a título precário, no 3º ano do Curso de Formação de Oficiais Combatentes do Exército Brasileiro (2º ano da AMAN), isto significa dizer que este cadete figura em posição hierárquica superior aos alunos do 2º ano e dos demais anos antecedentes, quando deveria, no contexto da normalidade institucional, encontrar-se abaixo de todos os cadetes do 3º ano e no mesmo grau hierárquico dos estudantes-militares do 2º ano. Trata-se, portanto, de grave subversão da hierarquia militar, ferindo frontalmente um dos princípios mais fundamentais e basilares da estrutura castrense.

Diversa seria a hipótese em que tal fato ocorresse numa instituição de ensino civil, posto que a matrícula de um aluno, ainda que de forma irregular, em ano posterior, em nada afeta a vida acadêmica e profissional dos demais integrantes do corpo discente, ainda que represente, a toda evidência, uma afronta ao princípio da isonomia.

Conforme se constata, a fundamentação da decisão acima transcrita considerou a dimensão ética das instituições militares, interpretando-a à luz da legislação federal aplicável e dos valores institucionais castrenses. Tal dimensão, insta frisar, em nada prejudica a integral observância dos direitos dos profissionais militares em geral, bem como do cadete, em particular. Muito pelo contrário, é a total observância das atividades institucionais dentro da ética e, no caso dos militares, em nome dela, que deve prover a segurança jurídica para as incumbências profissionais em todas as respectivas áreas de atuação.

No caso em destaque, entendemos que às instituições jurídicas cumpre garantir que as demais estruturas da sociedade possam proceder de acordo com os valores que lhes são próprios, tudo, obviamente, respaldado pelo ordenamento jurídico nacional, a ser interpretado de modo a não interferir na cultura organizacional das diversas instituições.

Conclusão

Como cediço, o Brasil continua em busca do desenvolvimento nacional, havendo amplo e permanente debate acerca da melhor estratégia a ser empregada no sentido de transformar as reconhecidas e, por que não dizer?, invejadas potencialidades nacionais num sólido e sustentável estado de bem-estar social, discussão que, a nosso ver, não pode olvidar a qualidade das instituições do país, uma vez que se afigura muito difícil (quicá impossível) alcançar a desejada evolução nacional sem a indispensável sinergia

institucional, razão pela qual é imperioso reconhecer (e respeitar) o papel que cada uma deve desempenhar nos cenários nacional e internacional.

Como não há reconhecimento sem conhecimento, há que se perceber que a riqueza social das instituições repousa em seus valores. Mais do que o aparato físico-material, são os valores institucionais que garantem o cumprimento da destinação funcional das estruturas que regem a vida em sociedade.

Entretanto, os valores que justificam a existência de determinada instituição só serão percebidos se forem professados por seus integrantes, o que faz emergir, como fator de fundamental importância, a formação profissional afetiva dos servidores que dão corpo e alma às instituições. Assim, especial cuidado deve ser dispensado quando se pretende discutir valores de uma instituição segundo a ótica de outra.

Isto posto, fica claro que não se “democratizará” o Poder Judiciário pela simples adoção do instituto da eleição direta. Da mesma maneira, não é crível que se pretenda “humanizar” (o verbo colocado durante os debates é este mesmo!) as instituições militares pela implementação de rotinas próprias do mundo civil; bem como, a infusão, por decisão monocrática,

de instâncias alienígenas nos órgãos federais não ampliará seu espectro de atuação; ou ainda, que se vislumbre aumentar a eficiência de um ramo da polícia por sua “desmilitarização”. Historicamente, os embates que se deram sob a égide da hierarquização militar conseguiram deixar margens para a reconciliação ao final dos conflitos, figurando como maior exemplo a Segunda Guerra Mundial, que nos legou uma Europa hoje unida. De outro lado, os conflitos procedidos fora dos padrões militares convencionais, nos quais a violência não é administrada segundo os ditames da hierarquia e da disciplina, geram tensões que tendem a se perpetuar em questões de difícil solução, tais como os problemas de fundo étnico, religioso e racial que infelizmente pululam o planeta e ameaçam a estabilidade mundial.

Isto posto, e levando em consideração o reconhecimento da diversidade institucional e da especificidade de algumas atividades e, ainda, tendo como norte o limite da interação entre as instituições, concluímos o presente artigo deixando ao leitor uma indagação: que passageiro se sentiria seguro ao embarcar numa aeronave cujo piloto fora reprovado nos testes da instituição responsável por sua formação, mas que, por meio de uma decisão liminar, tivesse concluído o curso? ☺

Referências

- ARISTÓTELES. **A política**. Brasília : Hemus, 2005.
- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Seção de Liderança. Disponível em: <<https://doutrina ensino eb br/ava/course/view.php?id=36>>. Acesso em: 15 maio 2014.
- BARBOSA, Ruy. [Uma nação que confia em seus direitos]. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 117, n. 7/9, p. 57, jul./set. 1997.

- BRASIL. Congresso Nacional. Câmara dos Deputados. **Regimento interno da Câmara dos Deputados**. 11. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2013.
- _____. Congresso Nacional. Senado Federal. **Regimento interno do Senado Federal: Regimento Interno**: resolução nº 93, de 1970. Brasília: Senado Federal, 2011.
- _____. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituc.htm>. Acesso em: 14 jun. 2014.
- _____. Decreto n. 2.243, de 3 de junho de 1997. Dispõe sobre o regulamento de continências, honras, sinais de respeito e ceremonial militar das forças armadas. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 4 jun. 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2243.htm>. Acesso em: 13 jul. 2014.
- _____. Decreto n. 8.243 de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 9 jun. 2014.
- _____. Decreto n. 3.044, de 1980. Regulamento do estatuto dos policiais civis do estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1980. Disponível em: <http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/c8ea52144c8b5c950325654c00612d63/580d18fceeb2924e03256aef005e6c39?OpenDocument&Highlight=0,3044>. Acesso em: 26 de maio de 2014.
- _____. Departamento de Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formacao>>. Acesso em: 9 de maio 2014.
- CEOLIM, Adriano. Um decreto nos moldes bolivarianos. **Veja**, São Paulo, ano 47, n. 24, p. 58-60, 11 jun. 2014.
- CÓDIGO de Ética e Disciplina da OAB. **Diário da Justiça**. Seção I, de 1º de março de 1995.
- FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2013.
- _____. O mito da eleição direta para presidente dos tribunais. **Revista da SJRJ**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 40, p. 271-282, ago. 2014. Disponível em: <<http://www4.jfrj.jus.br/seer/index.php/revis-sjrj/article/view/585>>. Acesso em: 12 jul. 2014.
- NSBERG, Moris. **Essays in sociology and social philosophy**: evolution, [London: Heine-mann, n?], 1960.
- GOULART, Fernando. **Ação sob fogo**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2012.
- Maior ONG do Brasil concentra 64% dos recursos destinados à saúde indígena. **Questão Indígena**, 3 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/2014/06/maior-ong-do-brasil-concentra-64-dos.html#sthash.dEEUaMI5.dpuf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

MELO, Alice. 14 de janeiro de 1994: Ucrânia abre mão de seu arsenal nuclear. 14 jan. 2010. Disponível em: <<http://jblog.com.br/hojenahistoria.php?itemid=18626>>. Acesso em: 5 maio 2014.

MORAIS, Nelson Missias de. Vitaliciedade é garantia da própria cidadania. **Justiça e Cidadania**, Ed. 157, 2013.

OLIVEIRA, Maria da Luz. Settlements, graves and social complexity of the Agralic culture in south-east Spain. In: INTERNATIONAL CONGRESS ON PREHISTORIC AND PROTO-HISTORIC SCIENCES, 12., 1991, Bratislava. **Proceedings...**[S.l.: s.n.], 1991. p. 69-78.

PASCAL, Blaise. **Pensées**. [S.n.: s.l.], 1998.

Rio de Janeiro (Estado). Lei N. 443, de 1º de julho de 1981. Dispõe sobre o Estatuto dos policiais-militares do estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 1 jul. 1981.

SILVEIRA, Ronaldo Barbosa da. **Liderança e ética militar: desafios para o comandante**. Rio de Janeiro: ECEME, 2009.

TCU admite que é difícil fiscalizar recursos públicos destinados a ONGs. **Globo.com**, [S.l.], 24 out. 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/10/tcu-admite-que-e-dificil-fiscalizar-recursos-publicos-destinados-ongs.html>>. Acesso em 10 jun. 2014.

TROVIZO, Ricardo de Castro. **O envolvimento do exército com a evolução política nacional e seus reflexos para a transformação da força terrestre: orçamentos e efetivos**. Rio de Janeiro: ECEME, 2007.

¹ MAIOR ONG do Brasil concentra 64% dos recursos destinados à saúde indígena. **Questão Indígena**, 3 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.questaoindigena.org/2014/06/maior-ong-do-brasil-concentra-64-dos.html#sthash.dEEUaMI5.dpuf>>. Acesso em: 9 jun. 2014.

² TCU admite que é difícil fiscalizar recursos públicos destinados a ONGs. **Globo.com**, [S.l.], 24 out. 2011. Disponível em <<http://g1.globo.com/bom-dia-brasil/noticia/2011/10/tcu-admite-que-e-dificil-fiscalizar-recursos-publicos-destinados-ongs.html>>. Acesso em 10 jun. 2014.

³ Extraído da REVISTA MARÍTIMA BRASILEIRA. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, v. 117, 1997. p. 57.

⁴ Jornal do Brasil, Internacional, publicado em 15 de janeiro de 1994, p.8.

⁵ Apud.

⁶ Disponível em <<http://bd.camara.gov.br/bd/discover>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

⁷ Disponível em <<http://livraria.senado.gov.br/catalogsearch/result/?q=regimento+interno>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

⁸ Importante ressaltar, por oportunidade, a diferença entre os conceitos de povo (concepção jurídica) e população (concepção econômica e estatística): povo é o somatório de todos os cidadãos do Estado presentes no território pátrio e no exterior, assumindo uma acepção de *nacionalidade*; por sua vez, população, além de todos os nacionais, abrange também os estrangeiros em solo brasileiro (FRIEDE, Reis. **Curso de ciência política e teoria geral do Estado**. 5. ed. Rio de Janeiro: F. Bastos, 2013. p. 53).

⁹ Disponível em <<http://www.oab.org.br/content/pdf/legislaçaoab/codigodeetica.pdf>>. Acesso em: 05 mai. 2014.

¹⁰ Em que pese registrarmos a legislação referente à Polícia Militar do Estado Rio de Janeiro, todas as polícias militares do país prestam juramento similar.

¹¹ Brasil. Decreto n. 3.044, de 1980. Regulamento do estatuto dos policiais civis do estado do Rio de Janeiro. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Rio de Janeiro, 23 ago. 1980. Disponível em: <<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/decest.nsf/c8ea52144c8b5c950325654c00612d63/580d18fceb2924e03256aef005e6c39?OpenDocument&Highlight=0,3044>>. Acesso em: 26 de maio de 2014. Aqui também se registra que os demais estados da federação detêm legislações com termos similares.

¹² BRASIL. Departamento de Polícia Federal. Disponível em: <<http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formação>>. Acesso em: 9 de maio 2014.

¹³ Vale lembrar que as polícias militares são instituições militares estaduais, na forma do art. 42, *caput*, da Constituição Federal.

¹⁴ Conforme informações disponíveis no sítio do Departamento de Polícia Federal: <<http://www.dpf.gov.br/anp/educacional/formação>>. Acesso em: 9 de maio de 2014.

¹⁵ ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Seção de Liderança. Disponível em: <<https://doutrina ensino.eb.br/ava/course/view.php?id=36>>. Acesso em: 15 maio 2014.

¹⁶ BRASIL. Decreto n. 8.243 de 23 de maio de 2014. Institui a Política Nacional de Participação Social – PNPS e o Sistema Nacional de Participação Social – SNPS e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Decreto/D8243.htm>. Acesso em: 9 jun. 2014.

¹⁷ CEOLIM, Adriano. Um decreto nos moldes bolivarianos. **Veja**, São Paulo, ano 47, n. 24, p. 58-60, 11 jun. 2014.

Tecnologias provenientes das atividades militares

Marcio Tadeu Bettega Bergo¹

O cotidiano das pessoas, especialmente nos países mais adiantados, é pleno de objetos e serviços geradores de facilidades e confortos, que os usuários, em sua esmagadora maioria, não percebem nem se preocupam em saber quem os criou nem de onde provêm. Em sua evolução, os seres humanos se dedicam a estudos, acumulando conhecimentos que, no conjunto, recebem o nome de "Ciência", um somatório de "saberes". Uma informação dessas, quando aplicada a um processo que permite gerar algo utilizável em um bem ou serviço, é chamada "Tecnologia". A invenção ou descoberta, difundida, aceita, incorporada ao mercado e "entrando em serviço" é, então, denominada "Inovação". Isso configura o acrônimo "CT&I" (Ciência, Tecnologia e Inovação).

É interessante o estudo da História Militar, segmento voltado aos temas bélicos. Ela não se limita ao exame das guerras, das batalhas, da tática e da estratégia: ocupa-se, também, das transformações verificadas em materiais e equipamentos. Em tais estudos, podemos verificar que inúmeras tecnologias, originalmente desenvolvidas para os campos de batalha, redundaram em utilidades posteriormente incorporadas ao dia a dia das

populações em geral. Assim, acontece hoje de um cidadão consumir produtos, utilizar-se de serviços, ligar máquinas e equipamentos sem se aperceber da íntima ligação de muitos deles com a vida militar. Neste trabalho, destacaremos algumas destas inovações, em especial as que despertem curiosidade ou que tenham maior relevância.

Logicamente, a primeira coisa que vem à mente quando se fala em "guerra" é o armamento. Acoplados às armas, surgem os acessórios bélicos e os meios de locomoção, tudo intimamente ligado às campanhas militares, compondo a essência dos combates. Não trataremos desses itens aqui, mas, sim, de componentes, materiais ou processos fabris que, nascidos especificamente para as lides guerreiras, "migraram" para aplicações civis.

Contudo, é interessante citar um pouco da evolução das armas, pois elas foram — e continuam sendo! — ferramentas da construção das identidades nacionais, da formatação de estados e de sobrevivência de grupamentos humanos. São como "extensões" dos braços. Os primeiros artefatos que se podem considerar nessa classificação são as lanças (surgidas por volta de 400.000 a.C.). Seguem-se o arco e flecha (20.000

¹ Chefe do Centro de Estudos e Pesquisas de História Militar do Exército. Autor de O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional – uma proposta de projeto para o Brasil.

a.C.), o bumerangue (18.000 a.C.), a funda (10.000 a.C.), a espada (1.500 a.C.), o aríete (1.000 a.C.), a besta e a cota de malha (ambas por volta de 500 a.C.), o pique e a catapulta (cerca de 400 a.C.). Destas necessidades surgiu, há cerca de 10 milênios, a metalurgia. Esta, ao longo dos séculos, voltou-se ao melhor fabrico e aprimoramento dos itens metálicos.

A invenção da pólvora (por volta dos anos 800) deu margem ao “aparecimento” das armas de fogo, como o canhão (1100), as minas terrestres (1250), o morteiro (1300), o arcabuz (1450) e a pedernera (1612). De lá para cá, as novidades são contínuas e aparecem cada vez mais rapidamente.

Idêntico raciocínio se aplica à engenharia civil. A construção de fortés (a partir de 7.000 a.C.) e dos castelos medievais, erigidos para suportar as constantes ameaças, redundou em técnicas empregadas em moradias, edifícios públicos, monumentos, obras de infraestrutura, como vias, instalações, pontes e viadutos. Os princípios que hoje norteiam tais edificações, com maior porte, sólidas e resistentes (a terremotos, enchentes, ventos e outras forças, inclusive bombas!), são “herdeiros” daquela engenharia de cunho militar. Igual legado nos deixou a implantação de estradas, atividade que conduziu o Império Romano à sua grandeza máxima.

A propósito, a expressão “engenharia civil” surgiu com a criação, em 1810, pelo príncipe regente dom João, da Academia Real Militar, um dos embriões do ensino superior no Brasil. A então “Casa do Trem de Artilharia” foi dedicada à formação tanto de chefes militares, defensores da nação, como

de engenheiros, geógrafos e topógrafos, destinados à implantação da infra-estrutura necessária à vida e ao desenvolvimento da sociedade. Para diferenciação dos profissionais militares, estes outros adotaram o adjetivo “civil”.

Os conceitos hoje mundialmente adotados de “linhas de produção” surgiram no Arsenal de Veneza, no século XII, mais de 600 anos antes da chamada “Revolução Industrial”. O capacete se destaca como o “primogênito” dos equipamentos militares, nascido por volta de 3.000 anos antes de Cristo, especialmente para proteção durante as lutas. Hoje é amplamente utilizado por operários em obras, nas explorações de locais difíceis, nos esportes, nos deslocamentos em bicicletas e motocicletas etc.

A navegação, nascida em um ambiente misto comercial e militar (visto que os transportes de mercadorias exigiam proteção), introduziu, ao longo dos séculos, inúmeras novidades. Suas técnicas geraram instrumentos de direcionamento, aferição de velocidade e localização. É costume hoje, em muitas empresas, os funcionários se reunirem, geralmente às sextas-feiras após o trabalho, para confraternizar, com bebidas e conversas informais. Este hábito, sem tradução em português, é chamado *happy hour* e foi introduzido, no início do século XX, pelos marinheiros que, de folga nos navios, faziam tais eventos e assim os chamavam, “hora feliz”.

A atividade de mergulho, tanto esportiva como funcional, teve imenso incremento pela criação, durante a 2ª Guerra Mundial, do *scuba* (acrônimo em inglês para “aparelho autoconduzido de respiração subaquática”,

também conhecido como *aqualung*), destinado a permitir que mergulhadores pudessem afixar cargas explosivas em navios inimigos.

A camuflagem é uma necessidade mais recente nas batalhas, bem como a proteção da pele, especialmente em situações extremas, como naufragos, sobreviventes de abates aéreos e ações em desertos ou selvas. Embora os cosméticos, óleos e essências, já fossem conhecidos desde os egípcios e fenícios, pesquisas modernas resultaram no aperfeiçoamento de bronzeadores, protetores solares, repelentes contra insetos, corantes/descorantes para tecidos e objetos.

Um fator que se ressalta, pela abrangência, é o alimentar, a conhecida “munição de boca”. As campanhas militares se desenvolviam afastadas dos locais de produção ou dos centros populacionais e se prolongavam por longos períodos, inclusive com invernos rigorosos. Como o ser humano precisa de água e comida para sobreviver, esteja ou não em combate, tal suprimento se constitui em preocupação primeira. Já desde 2.000 a.C., havia a ideia de retirar impurezas da água a ser consumida. Nos acampamentos romanos, origem de várias cidades europeias, um sistema de captação, distribuição e coleta/destinação de resíduos era instalado, originando os complexos conjuntos de saneamento hoje em uso.

Do atendimento dessas necessidades básicas surgiram inúmeras inovações:

- Utilitários de transporte (cantis) e distribuição de água, além de aparelhos portáteis de filtragem e purificação. Igualmente a marmita, equipamento projetado para uso em campanha.

• Sopa acondicionada inicialmente em garrafas, depois em latas, “herança” das guerras Napoleônicas, campanhas levadas a efeito por enormes efetivos marchando em condições e terrenos inóspitos. Aliás, a famosa frase de Napoleão diz muito, ao afirmar que “Os exércitos marcham sobre seus estômagos”.

- Margarina vegetal, surgida mais tarde, à época de Napoleão III, visando à substituição e à economia de manteiga, então escassa.
- Alimentos enlatados e conservas alimentícias, inclusive o leite condensado, que são maneiras encontradas para fornecer alimento a soldados em combate, situação com dificuldades de funcionamento normal de uma cozinha. Caramelos e chocolates recobertos com “casca” de açúcar (como exemplos, os famosos confeitos *M&M*), aparecidos durante a Guerra Civil Espanhola, dada a necessidade de acondicionar e proteger preciosas fontes de energia alimentar.

O famoso prato *estroganofe* tem origem controversa, porém a mais aceita o posiciona como cardápio preferido de um general russo de nome Strogannoff, cujo cozinheiro, certa feita, experimentou adicionar à carne que preparava um creme surgido do leite coalhado pelo frio. Ocorre que, em função do forte inverno, onde tudo que não fosse protegido congelava, o ingrediente básico da alimentação da tropa, a carne, era transportado já cortado em cubinhos, facilitando o cozimento em campanha. Nas fronteiras

do oeste do Brasil, uma outra iguaria surgiu em tempos de guerra: a *sopa paraguaia*. Em que pese o nome, trata-se de uma refeição “sólida” (aquilo que conhecemos por “sopa”, nossos vizinhos chamam de “caldo”), é um assado composto por farinha de milho, queijo, leite, ovos e cebola. Era uma forma de as mães fornecerem a seus filhos, ao seguirem estes para os combates, um alimento que pudesse mais facilmente ser transportado e consumido.

Em direta consequência, várias técnicas e procedimentos ligados à produção e conservação de alimentos também surgiram da guerra:

- Liofilização e hidroponia, processos desenvolvidos durante a 2^a Guerra com o propósito de fornecer vegetais e frutos frescos o mais próximo possível da frente de combate. O primeiro consiste em desidratar o alimento, mediante seu congelamento e sublimação da água nele presente (passagem, sob alta pressão, diretamente do estado sólido para o gasoso), resultando na redução do peso e volume com manutenção das características (aparência, sabor e nutrientes). Essa técnica hoje também é aplicada a medicamentos, e o Exército Brasileiro é pioneiro no soro antiosfídico liofilizado, tão necessário e útil na Região Amazônica. O segundo possibilita o plantio sem uso de terra, em recipientes como caixas, manilhas ou canos cortados ao meio, posicionados em prateleiras ou suportes, fornecendo aos vegetais a água e os nutrientes por meio de gotejamento.

Grandes produções podem ser obtidas em espaços reduzidos e protegidos de pragas e animais daninhos.

- Na Europa devastada, a escassez de ingredientes alimentícios era enorme. Assim, com poucos recursos, a solução foi criar e fazer render o pouco disponível. Vários molhos e temperos surgiram dessa forma, aumentando o rendimento e “tapeando” o sabor dos limitados pratos que eram possíveis de serem feitos.

Ainda ligados à produção agropecuária e posteriormente também “migrados” para outros setores, temos:

- Fertilizantes, oriundos das armas químicas da 1^a Guerra Mundial e herbicidas, derivados dos desfolhantes empregados na Guerra do Vietnã.
- Esteiras de tratores e máquinas (agrícolas, industriais ou de engenharia), surgidas dos conjuntos de rolamento (“lagartas”) de carros blindados especialmente preparados para levar soldados ao combate na Guerra da Crimeia (1853-1856). Consta que o “batismo” dessa forma de rodagem teria ocorrido quando um militar se referiu a eles dizendo que “Se arrastavam pelo chão lentamente, como lagartas”. Tais veículos, posteriormente aperfeiçoados e dotados de motorização eficiente, aí então já chamados de “tanques”, foram mais amplamente usados na 1^a Guerra Mundial.

Na guerra, é lógico, avultam as ques-

tões relacionadas à saúde, ao salvamento de vidas e ao tratamento de ferimentos. Vários procedimentos e utensílios médicos atuais são dela derivados:

- As ambulâncias, que surgiram à época das campanhas napoleônicas, para acompanhar o movimento das tropas e atender aos feridos deixados para trás.
 - Os absorventes femininos, inventados quando enfermeiras, durante a 1^a Guerra Mundial, repararam que os curativos cirúrgicos preenchidos com um composto de polpa de celulose, usados para proteção de ferimentos em soldados, eram mais eficientes que o algodão na contenção dos sangramentos.
 - A cirurgia plástica, criada para amenizar a situação de soldados desfigurados e deformados pelas batalhas.
 - A transfusão de sangue, empregada desde meados do século XIX, na Guerra Civil Americana, porém aperfeiçoada no começo do século XX, com a identificação dos tipos sanguíneos. Na Guerra Civil Espanhola, se consolidou como tratamento em emergências. Já os bancos de sangue surgiram na Inglaterra, pelo início da 2^a Guerra Mundial.
 - A penicilina, surgida pouco antes daquele conflito, teve nele a mola propulsora tanto do fabrico em grande escala como da amplitude de utilização no tratamento de feridos, salvando milhares de vidas.
 - O implante de lente intraocular, tam-
- bém originado naquele mesmo período, quando os médicos ingleses observaram que pilotos, com fragmentos do para-brisa da aeronave incrustados em ferimentos oculares, apresentavam reação inflamatória mínima. Tiveram, então, a ideia de utilizar o mesmo material para construir uma lente que substituisse o cristalino humano em cirurgias de catarata.
- As bandagens de quitosama (curativos coagulantes), surgidas já no início do século XXI, inicialmente desenvolvidas especificamente por incentivo e encomenda do Departamento de Defesa dos EUA, para uso pela tropa. As pesquisas com cianocrilatos, que visavam ao fabrico de equipamentos de pontaria de armas, deram origem às atuais “supercolas”, usadas na Guerra do Vietnã para fazer aderir pele ou tecidos em ferimentos.

A música, elemento que embala a alma e acalenta o espírito, é intimamente ligada à guerra. Melodias modernas descendem dos sons e vozes ritmados, primitivos brados e mensagens destinados a afugentar os adversários e a incentivar os combatentes. Instrumentos rudimentares que davam cadência às marchas, originaram as percussões. As *buccimas* e os *cornus*, ampliando sons para comandos e orientações em campanha, evoluíram para os modernos instrumentos de sopro. Por exemplo, o trompete atual deriva de um antigo cornetão, o *littus*, que era usado para alertar da aproximação de inimigos. Nos dias atuais, a música é arte de âmbito mundial e segue emocionando a

todos. O segmento marcial, com seus hinos e suas canções, anima e motiva os soldados no cumprimento do dever. Nas sociedades, igualmente, consolidou-se o uso de obras musicais como forma de incentivos “beligerantes”: é significativo o emprego de composições em protestos e manifestações de cunho político ou contestatório.

A pipa, mundialmente içada, seja como folguedo seja como instrumento de comunicação (sim, muitos bandidos as utilizam para informar da aproximação da polícia!), surgiu (por volta de 1.000 a.C.) na China, exatamente com este propósito: sinalização militar nas batalhas.

A criptografia, ou “escrita oculta”, tão necessária hoje, tanto nas relações entre estados como no mundo dos negócios, em especial nas transações que envolvem valores, surgiu na primeira metade do século XX para impedir o conhecimento, pelos inimigos, de textos militares. O equipamento mais destacado neste quesito é a máquina “Enigma”, aperfeiçoada pelos alemães na década de 1930.

O condicionamento físico é vital para o militar. Assim, manter ou recuperar a hidratação é medida sempre necessária. Dentre os principais instrumentos encontramos o conjunto de exercícios e aparelhos criados por Joseph H. Pilates (Alemão, 1880-1967) que receberam seu nome. Igualmente militares foram os objetivos iniciais da ginástica aeróbica, idealizada por Kenneth H. Cooper (nascido no norte-americano, 1931-) e voltada para melhorias físicas nas forças armadas daquele país.

Na Geopolítica, a contribuição militar é inegável. Os países atuais, em sua maioria,

têm suas conformações em consequência de seu passado de lutas. A própria atividade de demarcação de fronteiras surgiu dos diversos acordos e tratados de paz posteriores às guerras.

A lista prossegue, farta. Um código de letras com pontos e buracos, que permitia “ler” no escuro, foi inventado por militares franceses nas guerras napoleônicas. O sistema, posteriormente aperfeiçoado por Louis Braille, formatando-o com pontos em alto relevo, recebeu seu nome e é hoje universalmente usado por deficientes visuais. O telégrafo se constituiu, em meados do século XIX, em precioso meio de transmissão de mensagens, possibilitando a ampliação dos campos de batalha e o controle de grandes efetivos espalhados em maiores porções territoriais.

O período conflituoso desde antes da Primeira Guerra Mundial até logo após a Segunda, principalmente o compreendido entre elas, foi bastante pródigo em legados desse tipo. Destacam-se o sonar (acrônimo inglês para “navegação e determinação da distância pelo som”, de 1919), o radar (“detecção e aferição de distância por rádio”, visando monitorar trajetórias de alvos, em 1935) e as fibras sintéticas, em especial uma delas, polimérica, que foi comercialmente denominada Nylon (1938), inicialmente matéria-prima de paraquedas. Estes, anteriormente, eram confeccionados com seda, cujo maior produtor, o Japão, se alinhava contrariamente aos Estados Unidos. O aço inoxidável, hoje impensável de se viver sem, resultou de pesquisas com ligas de ferro, carbono e cromo voltadas a desenvolver um material resistente à corrosão que propicias-

se o fabrico de canos para armas de fogo. O revestimento antiaderente (conhecido pelo nome comercial de *Teflon*) foi inicialmente aplicado na bomba atômica, em 1945. A aviação é uma grande “herdeira” de inovações surgidas naquela época, tanto na engenharia das aeronaves como nos processos de navegação, controle e segurança.

Ainda com respeito aos aviões, consta que o relógio de pulso teria sido idealizado por Santos Dumont, que encomendou a um joalheiro uma peça que fosse fácil de ser consultada, fixada ao braço, deixando-o livre para as manobras dos controles e aparelhos de voo. Até então, um relógio portátil era levado no bolso, atado a uma fina corrente presa ao cinto. Tal utensílio encontrou grande aceitação durante a guerra, pois os soldados igualmente necessitavam deixar as mãos desocupadas para o manejo das armas, dando a esse instrumento o impulso definitivo, consolidando-o.

Um utensílio doméstico tão comum nos dias de hoje, o forno de micro-ondas, surgiu após a verificação da capacidade geradora de calor pelos magnétrons. Isso aconteceu durante pesquisas, nos anos subsequentes ao término da 2^a Guerra Mundial, com tais componentes (que são um tipo de válvula, termiônica), usados em radares.

O raio *laser* (“amplificação da luz por emissão estimulada de radiação”, em inglês) é universalmente empregado em medicina, máquinas, aparelhos de som e vídeo. Embora as pesquisas respectivas tenham-se iniciado na primeira metade do século XX, foi somente na década de 1960 que se logrou êxito com unidades funcionais emissoras de feixes de luz. As utilizações inaugurais prá-

ticas foram bélicas, mais especificamente no guiamento de artefatos como foguetes, mísseis e bombas.

Outros importantíssimos meios, hoje integrados ao cotidiano da vida humana, nascidos nos laboratórios prioritariamente militares ou nas emergências da campanha:

- As rodas raiadas (radiais). Embora a roda tenha sido inventada por volta de 4.000 anos antes de Cristo, e o eixo, cerca de 500 anos depois, possibilitando o transporte de maiores cargas com muito maior facilidade, os raios foram introduzidos em cerca de 2.000 a.C. Foi uma inovação tipicamente militar, oriunda da necessidade de bigas (carros puxados por dois cavalos) de combate mais leves, rápidas e de melhor desempenho em terrenos irregulares.
- A fivela (cerca de 700 a.C.). Inicialmente feita de osso, marfim e metal, surgiu para prender equipamentos militares, arreios e armaduras.
- O estribo. Ele se constitui numa verdadeira revolução militar, permitindo ao cavaleiro se locomover e combater (com arco e flecha ou espada) simultaneamente, propiciando enorme vantagem aos chineses, seus introdutores, por volta de 300 a.C.
- Os transceptores portáteis de rádio. Conhecidos como *walkie-talkies*, são precursores do telefone celular e nasceram como solução para uma necessidade da guerra. A radiodifusão existe desde o início do século XX, mas os equipamentos eram grandes e necessitavam alimentação elétrica. Um

aparelho mais leve e suprido por bateria, mesmo que de menor alcance, possibilitou socorro a sobreviventes de quedas de aeronaves e, logo depois, aos soldados de pequenas frações em movimento na frente de batalha.

A lista de inovações oriundas das guerras segue, elas são inúmeras, ao longo dos séculos:

- As operações em campanha necessitam dados meteorológicos acurados e instantâneos, redundando no acoplamento de aparelhos radiotransmissores a balões. As radiossondas, de 1930, foram evolução dos balões usados na 1^a Guerra, que deixavam cair ao chão, com paraquedas, os instrumentos de medição climática. Razões semelhantes deram margem ao aparecimento, já nos anos 1960, durante a Guerra do Vietnã, das câmeras móveis de TV, permitindo acompanhamento de ações em tempo real.
- A borracha era um material intensamente empregado em equipamentos militares. Era bastante procurada (e escassa) durante a 2^a Guerra Mundial. Muitos experimentos foram desenvolvidos para aperfeiçoamento da borracha sintética, surgida no início da década de 1910, na tentativa de substituição do látex da *hevea brasiliensis* (ou seringueira), redundando em variados produtos, com distintas características. O silicone (um composto de carbono-silício), de 1940, é um deles, aplicado nos dias atuais em incontáveis artigos. Outro é o policloropreno (que atende pelo nome comercial de *Neoprene*), usado em revestimentos, correias para máquinas, mangueiras e roupas de mergulho. Será que os incontáveis pacientes beneficiados com próteses em cirurgias reparadoras, os surfistas e mergulhadores, ao enfrentarem águas gélidas protegidos com roupas especiais, e até mesmo as mulheres e os travestis, que decidem, pela vaidade, *turbanar* certas partes do corpo, sequer sonhariam com esta “herança” militar?
- O intensificador de imagens (destinado aos equipamentos de visão noturna) começou a ser pesquisado em plena 2^a Guerra Mundial. No entanto, somente se conseguiu uma utilização operacional eficiente lá pelos anos 1970. Vinculados a esse equipamento, surgiram aparelhos destinados aos estudos astronômicos e a geração de imagens voltadas a diagnósticos médicos.
- O tecido à prova de balas, feito com uma fibra menos densa que a de vidro e mais resistente do que o aço, surgiu em 1965, das pesquisas com polímeros. Seu nome comercial mais conhecido é *Kevlar*. Hoje, além de estar presente em coletes protetores e outros equipamentos bélicos, é usado em cabos para pontes suspensas ou cordames de barcos, em cabos de fibra óptica, em cápsulas espaciais, em blindagem de automóveis civis, em pneus e em pastilhas de freio. Outros tecidos “tecnológicos” foram desenvolvidos

inicialmente para emprego militar e depois adotados em atividades civis. Exemplificamos com os não-propagadores de chamas (registro comercial *Nomex*) e os que permitem a transpiração mesmo sendo à prova d'água (comercialmente *Gore-Tex*).

- O sistema de posicionamento global (conhecido como *GPS*) foi desenvolvido na década de 1990 para rastrear alvos, localizar posições em territórios desconhecidos, orientar mísseis em seu deslocamento, proporcionar reconhecimentos e resgates. Hoje, direciona aeronaves, embarcações, automóveis e auxilia em estudos sobre movimentos tectônicos, além de, incorporados aos celulares, permitirem seu rastreamento.
- Os tão disseminados jogos eletrônicos atuais derivam dos simuladores de combate, desenvolvidos para treinamento de pilotos e de tripulações de sistemas de armas, principalmente nos exercícios de tiro, visando economia, segurança e permanente adestramento. Além dos equipamentos físicos, também as situações apresentadas nos jogos, os “enredos” das disputas, imitam ou induzem ações que transcorrem nas batalhas.

Coroando estas inovações, paira, acima de tudo, esta formidável ferramenta de comunicação, ligação, cultura, entretenimento, trânsito de influências e campo de negócios (tanto lícitos como ilícitos) chamada *Internet*. A rede de computadores, um dispositivo fundamentalmente militar, foi

desenvolvida a partir de 1963 como medida de proteção, em plena Guerra Fria, a uma possibilidade de ataque, principalmente nuclear, permitindo menor vulnerabilidade ao armazenamento e ao trânsito de dados.

E a Internet não existiria sem os computadores! Estes, igualmente, nasceram em “berço” militar: sua proposição inicial, no início da 2^a Guerra, era o cálculo das trajetórias balísticas. Alguém seria capaz de imaginar a moderna vida na ausência dos processadores eletrônicos?

Finalmente, o mundo da moda por inúmeras vezes se inspira no ambiente bélico. Modelos de roupas (inclusive calças e bermudas com bolsos largos e grandes, chamadas “cargo”, cópias das fardas dos soldados que precisam transportar muitos itens junto de si, para estarem à mão no momento do combate), padronagens de tecidos (com destaque para as estampas tipo camuflagem) e acessórios (calçados, bonés, mochilas, bordanais, cintos etc.) configuraram um segmento específico usualmente chamado de “visual militar”.

O presente artigo não tenciona esgotar o tema, produzindo uma lista completa e final, mesmo porque tal empreitada seria virtualmente impossível. Buscou-se tão somente destacar alguns produtos e serviços e relembrar a importância da atividade militar no desenvolvimento da espécie humana.

Atualmente, essa sistemática inovadora persiste cada dia mais intensa, principalmente nos materiais, nos processos de produção e nos mecanismos de comunicação e controle. É mais marcante nos meios eletrônicos e cibernéticos e, ainda, em robótica, química fina e nanotecnologia.

Porém o que ocorre neste início de século XXI é que a atividade militar de pesquisa sofre a “concorrência” de outros segmentos com foco industrial e comercial. Estes, há algumas décadas, se “apropriaram” dos fundamentos da Estratégia (palavra originária do grego que significa *conduzir exércitos*) para a orientação das empresas rumo aos objetivos. Assim, setores como o energético, o farmacêutico, o aeroespacial, o automotivo, o das comunicações, o das transportes, o das competições desportivas, do entretenimento, entre outros, investem pesadamente em pesquisas e inovações, visando a atrair público e a conquistar mercados. Nesse caso, acontece o inverso, e as forças militares e de segurança se beneficiam com novos produtos e serviços, de uso comum. Por seu turno, os produtos pesquisados com finalidade essencialmente militar agora trasfegam em sentido inverso, visando a um possível emprego dual, focando facilidades mercadológicas e financeiras.

A guerra, na verdade, continua viva como sempre, apenas vem alterando o seu “palco” e transladando grande parte de seus instrumentos planejamento, coordenação, controle e até de execução do terreno físico para um plano “metafísico”, constituído por cérebros e “bolsos” (ou planilhas de custos e orçamentos). No mundo contemporâneo, os perigos rondam, e as ameaças se apresentam de forma cada vez mais camouflada, diluídas em uma série de diferentes caminhos.

O Brasil não tem alternativa que não a de ser grande. Não só em território, população e recursos. Ele tem de ser grande em tecnologia, em comércio, em cultura. E, logicamente, proporcionar o melhor em

termos de bem-estar aos seus cidadãos. Tem que ser forte em todos os setores, dotado de poder adequado para defendê-lo tanto externa como internamente. Para o seu pleno desenvolvimento, necessita da interação benéfica e concertada de fatores como ambiente, recursos naturais, capital, trabalho, infraestrutura, mercado e instituições. Importante que o conceito aqui abordado de “capital” abrange não somente o aspecto financeiro, mas todas as ferramentas disponíveis para a produção de bens e de serviços: tecnologia, empreendedorismo, inovação, criatividade e educação.

Tecnologia, portanto, é fundamental. No livro *Entre duas eras*, de 1971, Zbigniew Brzezinski cunha a expressão “Era Tecno-trônica” como uma fase da trajetória histórica da humanidade em que a sociedade é moldada cultural, psicológica, social e economicamente pelo impacto da tecnologia e da eletrônica — em especial pelos computadores e pelas comunicações.

No entanto, o nível tecnológico nacional ainda é baixo, em que pesem algumas ilhas de excelência. Nossa pauta de exportações é composta, em grande parte, por produtos de baixo e médio valor agregado. O país depende perigosamente de itens básicos, como insumos farmacológicos, sementes e fertilizantes, peças e componentes eletrônicos e química fina. Os investimentos em Ciência & Tecnologia são ínfimos. Segundo cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV), nosso atraso tecnológico médio é de três gerações.

No mundo globalizado em que vivemos, o domínio de tecnologias sensíveis e de ponta é patrimônio das potências hegemôni-

cas, e existem restrições quanto à sua transferência. Aquelas nações detêm o monopólio delas, não as repassando às mais pobres. A esse respeito, deve ser perfeitamente entendido que tais conhecimentos em princípio não são vendidos: eles devem ser desenvolvidos internamente, sempre e somente com muitos investimentos.

Concluindo, o Brasil terá de investir fortemente em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), com iniciativas compartilhadas pelo Estado e pelo meio empresarial,

incluindo o segmento de defesa. Não há nação que consiga força econômica se não tiver um elevado nível tecnológico. Isso permite principalmente independência, fazendo o país ser mais respeitado, além de elevar o valor agregado de seus produtos e aumentar sua autoestima, em um benéfico círculo virtuoso.

Somente assim, num futuro, será possível escrever outro artigo como este, em que sejam listados produtos em uso no mundo que tenham “nascido” em nosso País! ☺

Referências

- A HISTÓRIA das grandes guerras e do nazismo: que invenções de guerra a gente usa hoje em casa? **Mundo Estranho**, São Paulo, p. 10-11, abr. 2014.
- BERGO, Marcio Tadeu Bettega. **O pensamento estratégico e o desenvolvimento nacional**: uma proposta de projeto para o Brasil. 2 ed. São Paulo: MP Editora, 2008.
- CHALLONER, Jack. **1001 invenções que mudaram o mundo**. Rio de Janeiro: Sextante, 2010.
- INOVAÇÕES que mudaram o mundo: inovações de guerra/inovações derivadas da guerra. **Época**, São Paulo, n. 800, p. 60-63, 23 set. 2013. Edição especial.
- RABELLO, Marcos Leitão. **Música militar**: sinfonia de cristal. Montigny-le-Bretonneux: Yvelinédition, 2011.

Bateria de artilharia antiaérea blindada Gepard

Novas possibilidades de emprego

Haryan Gonçalves Dias¹

RESUMO

Recentemente, o Exército Brasileiro adquiriu 34 viaturas operacionais blindadas Gepard, junto ao Exército Alemão. O intuito era fornecer o devido apoio em defesa antiaérea às brigadas blindadas do país, principalmente aos comboios dessas grandes unidades, que viviam um hiato, em face da obsolescência do material existente e descarregado, os canhões antiaéreos Bofors 40mm C60, da não distribuição de mísseis IGLA e de sistemas de controle e alerta (radares) às suas baterias antiaéreas (Bias AAAe) orgânicas, e da ausência de capacidade de acompanhamento dos comboios blindados pelos sistemas central de direção de tiro (CDT) Superfledermaus e canhão Oerlikon 35mm ou equipamento de direção de tiro (EDT) FILA e canhão Bofors 40mm C70. Nesse contexto, surge a necessidade de se reestudar a doutrina pátria, a fim de, à luz das novas possibilidades do material adquirido, repensarem-se conceitos até então pacificados em defesa antiaérea de baixa altura. Daí decorre a possibilidade de se pensar em duas situações novas de emprego do material adquirido, as quais são objetivos deste trabalho: o emprego de uma unidade de tiro (UTir) Gepard com unidade de emprego de antiaérea (UE), conceito antes só admitido à bateria de canhões e à seção de mísseis; e a atribuição de um novo tipo de missão tática, a de apoio por área. Tais situações são possibilidades, mas que revelam plena compatibilidade com as capacidades do material adquirido.

PALAVRAS-CHAVE: Gepard. Exército Brasileiro. Defesa Antiaérea. Unidade de Emprego. Missões Táticas.

Introdução

A defesa antiaérea no Brasil já vinha carente há tempos. Com o advento dos grandes eventos, como a Copa do Mundo de Futebol de 2014 e, também, da necessidade conhecida, de se reestruturar e modernizar esse sistema, surgiu a iniciativa de estudar a aquisição de materiais

antiaéreos com capacidades múltiplas, de satisfazerm tal evento e de poderem fornecer o suporte necessário ao prosseguimento do uso em missões no Exército Brasileiro.

Nas baterias de artilharia antiaérea orgânicas de brigada (Bda) a obsolescência era perceptível. O material existente, canhões antiaéreos Bofors 40mm C60, estava descarregado, aguardava-se a distribuição de mís-

¹ O autor é Maj Art, cursando o 2º ano ECEME; AMAN (1996); EsACosAAe (2000); EsAO (2006); Direito – UFSM (2004); Especialização em Docência do Ensino Superior, Supervisão Escolar, Gestão de Administração Pública, Língua Portuguesa, Direito da Adm Pública, Direito Militar e Direito Tributário.

seis IGLA e de sistemas de controle e alerta (radares). A capacidade de acompanhamento dos comboios blindados pelos sistemas CDT Superfledermaus e canhão Oerlikon 35mm ou EDT FILA e canhão Bofors 40mm C70 era reduzida e paliativa.

Com base nisso, foram criados, a partir das metas da Estratégia Nacional de Defesa (END) em sua versão de 2008, corroborada pela de 2012, projetos estratégicos em cada uma das Forças Armadas. No Exército, um desses projetos foi o de “Defesa Antiaérea”, no âmbito da chamada estratégia “Braço Forte” de 2009, que visou renovar as capacidades já consideradas obsoletas até então existentes. Para dar-lhe movimento, foi criado, em 2010, um grupo de trabalho, gerenciado, principalmente, pela 1^a Brigada de Artilharia Antiaérea (1^a Bda AAAe).

Ao encontro desse grande projeto, estava a modificação que vinha sofrendo o Exército Alemão, desde o ano de 2003 (FD, 2013, p. 93) deste século. Os blindados Gepard, que mobiliavam as baterias e os batalhões de defesa antiaérea daquele Exército, passaram a ser substituídos por outros meios, seguindo o padrão adotado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), com todo o gerenciamento do sistema de defesa antiaéreo ficando ao encargo da Força Aérea. Surge daí, um excedente de material Gepard posto no mercado, porém ainda dotado de capacidades atinentes a seu propósito.

Os Gepard alemães, montados sobre a plataforma do Leopard 1 A2, possuíam melhorias e inovações que permitiram manter a operacionalidade do sistema. Em 1988, receberam um sistema *laser* de aferição de

distâncias, junto ao radar de tiro. A partir de 1997, foram, em parte, repotencializados, prorrogando-se a sua vida útil, por isso a denominação A2, em que foi introduzida a capacidade de lançamento de munições pré-fragmentadas, contra alvos aéreos (FAPDS – *Frangible Armour Piercing Discarding Sabot*), e perfurantes, contra alvos terrestres de blindagem leve (HVAPDS-T – *Hight-Velocity Armour-Piercing Discarding Sabot-Tracer*) (FD, 2013, p. 95).

Nesse contexto, concluiu-se pela aquisição, junto à Alemanha, dos sistemas antiaéreos Gepard, como novo meio orgânico, de baixa altura, a equipar as brigadas blindadas do Exército Brasileiro. Então, em 2013, a Portaria Nº 31, do Estado-Maior do Exército, de 7 de março de 2013, aprovou a Diretriz para aquisição e implantação do Sistema Antiaéreo Gepard dentro do Projeto Estratégico do Exército - Defesa Antiaérea, publicada no Boletim do Exército Nº 11, de 15 de março; e a Portaria Nº 76, do Estado-Maior do Exército, de 14 de maio de 2013, aprovou a Diretriz de Recebimento dos Materiais de Emprego Militar (MEM) adquiridos para o Sistema Antiaéreo Gepard dentro do Projeto Estratégico do Exército - Defesa Antiaérea, publicada no Boletim do Exército Nº 21, de 24 de maio do mesmo ano.

Adquiriram-se assim, 34 viaturas blindadas Gepard, assim distribuídas: duas à EsACosAAe (Escola de Artilharia de Costa e Antiaérea), 16 à 6^a Bateria de Artilharia Antiaérea, orgânica da 6^a Brigada de Infantaria Blindada, e outras 16 à 11^a Bateria da Artilharia Antiaérea, que seria deslocada para Ponta Grossa, no Paraná, sede da 5^a Brigada de Cavalaria Blindada.

Diante dessa nova conjuntura, surge o seguinte problema a ser analisado: as baterias antiaéreas orgânicas das brigadas blindadas vêm tendo novas demandas doutrinárias, que visam adaptar os pensamentos existentes até o momento, às particularidades e às potencialidades do novo sistema adquirido. A doutrina permanece a mesma quanto ao emprego tático, porém há espaço para se pensar em novas soluções, em face das maiores possibilidades do material Gepard adquirido. Este é o propósito deste trabalho, qual seja mostrar um viés possível para o emprego das unidades de tiro (U Tir) e unidades de emprego (UE), bem como provocar o pensamento sobre uma nova forma de se empregar a bateria antiaérea, qual seja em apoio por área.

Metodologia

A metodologia deste trabalho visa demonstrar o caminho a ser percorrido para cumprir o objetivo proposto e já citado, de demonstrar que é possível se empregar a bateria antiaérea orgânica de brigada blindada por área, com cada U Tir sendo a própria UE. A taxonomia proposta é a de analisar a doutrina existente e os conceitos atinentes à defesa antiaérea, a fim de inferir-se sobre as novas possibilidades decorrentes do objetivo proposto.

Para fazê-lo, segue-se uma sequência em que, inicialmente, introduz-se o assunto e sua evolução, de modo a mostrar de onde surge o pensamento proposto. Em seguida, explica-se, através desta seção, como se desenvolve o trabalho. A partir de então, adentra-se à revisão bibliográfica, em que

são abordadas a doutrina brasileira atual de emprego dos meios antiaéreos de baixa altitude, suas possibilidades e limitações. A seguir, passa-se à discussão, que busca realizar uma análise integrando a doutrina brasileira às possibilidades do novo material adquirido, a fim de, finalmente, concluir acerca da viabilidade de se pensar em soluções como as propostas por este artigo.

Dessa forma, pode-se afirmar que este trabalho segue um método de pesquisa bibliográfico, calcado na doutrina; e indutivo, pois visa, a partir de conceitos particulares, como possibilidades e limitações dos meios antiaéreos, construir novos entendimentos possíveis, ou seja, aplicados genericamente ao sistema defesa antiaérea. A doutrina é a grande base teórica do trabalho, pois é nela que se baseiam, hoje, todos os planejamentos existentes em antiaérea no Exército Brasileiro, em particular, em suas brigadas blindadas. Assim, como fontes deste trabalho, que forneceram a base da doutrina alemã e de emprego técnico, utilizam-se os seguintes manuais:

- HDv 271/100 – O Regimento de Artilharia Antiaérea Blindado (*Das Heeresflugabwehrregiment, Das Gemischte Flugabwehrregiment; Das Panzerflugabwehrkanonenregiment*);
- HDv 271/200 – O Batalhão de Artilharia Antiaérea Blindado (*Das Heeresflugabwehrbataillon, Das Panzerflugabwehrkanonenbataillon, Das Panzerflugabwehraketenbataillon*);
- HDv 272/200 – A Bateria de Artilharia Antiaérea Blindada (*Die Panzerflugabwehrkanonenbatterie*); e

- HDv 274/200 – O Grupo de Artilharia Antiaérea Blindado (*Die Panzerflugababwehrkanonengruppe Gepard*).

Além da palestra da fabricante KMW (Krauss-Maffei Wegmann), do ano de 2007. Tais referências fornecem subsídios valiosos na construção dos entendimentos a que se quer chegar, auxiliando na solução do problema formulado.

Doutrina brasileira atual: conceito de unidade de emprego, unidade de tiro e missões táticas

A doutrina brasileira atual, que baliza os planejamentos e o emprego da artilharia antiaérea no âmbito do Exército Brasileiro, vem preconizada, principalmente, nos manuais C 44-1 – Emprego da Artilharia Antiaérea e C 44-8 – Comando e Controle na Artilharia Antiaérea. Porém, há ainda, algumas definições básicas presentes no MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas (4^a ed., 2007). Nesses documentos é que se devem buscar, em um primeiro momento, os conceitos aplicáveis ao sistema defesa antiaérea. Em particular, as definições do que vêm a ser UE e UTir, bem como as missões táticas usuais em operações são exploradas neles.

Nesse sentido, podem-se colher do Glossário os seguintes conceitos a serem explorados (2007, p. 260):

Unidade de Emprego: unidade que, após sua ativação, atinge o nível de treinamento preestabelecido e dispõe do material e pessoal para **realizar as missões que lhe são peculiares**; (grifo nosso)
[...]

Unidade de Tiro : menor fração de emprego de artilharia antiaérea, capaz, com o próprio equipamento orgânico, de detectar, identificar, classificar e atacar um vetor hostil.

Na mesma direção, vem o C 44-1, em seu Anexo B (2001, p. B-15):

B-93. UNIDADE DE PREGO (U Emp) – menor fração que, dispondo de pessoal e material, tem condições de realizar, por tempo limitado, a missão tática atribuída à artilharia antiaérea, em face do nível de adestramento atingido.

B-94. UNIDADE DE TIRO (UT) – menor fração de AAAe, sendo capaz de, com seu equipamento orgânico, detectar, identificar e atacar um vetor hostil.

Observe-se que a UE é a fração — grupo de artilharia antiaérea (GAAe), bateria de artilharia antiaérea (Bia AAAe) ou seção de artilharia antiaérea (Sec AAAe) — capaz de receber missões que lhe são peculiares; entenda-se, às quais se atribuem missões táticas. Quanto às UTir, pode-se entender como cada peça, canhão ou míssil, componente da UE, que possui capacidade de detectar, identificar, classificar e atacar um vetor, ou seja, engajá-lo.

É isso que traz o C 44-1 (2001, p. 2-7), ao definir as Sec AAAe:

a. Constitui-se no menor escalão de AAAe que, dependendo do sistema de armas de dotação, é capaz de estabelecer uma DAAe de tropas ou pontos sensíveis, por seus próprios meios.

[...]

b. Constituição – Constitui-se de um Cmdo e de um número variável de unidades de tiro (UT), de acordo com o tipo de mate-

rial, de forma que possa efetivamente realizar a D AAe de determinado ponto sensível (P Sen) ou tropa.

Desses iniciais conceitos, tira-se o entendimento de que, na doutrina brasileira, cada canhão ou míssil e sua plataforma constituem as U Tir, que podem ser organizadas em seções, baterias ou grupos, pois somente essas frações possuem capacidade de comando e controle para receberem missões táticas, sendo por isso consideradas UE.

Aliás, vale dizer que essa capacidade de comando e controle é proporcionada pela existência de um centro de operações de artilharia antiaérea (COAAe) no escalão considerado. Eis o que diz o C 44-8 sobre o COAAe (2003, p. 2-11):

a. Definição

(1) O COAAe é o centro de controle da AAAe, e tem por finalidade propiciar ao Cmt de cada escalão que o estabelece condições de acompanhar continuamente a evolução da situação aérea e de controlar e coordenar as DAAe desdobradas.
(2) Todos os escalões de artilharia antiaérea, da **bateria de artilharia antiaérea** à brigada de artilharia antiaérea, instalam COAAe. A quantidade de equipamentos, o efetivo da guarnição, o modo de operação e os sistemas de referência empregados variarão em função de cada escalão e das necessidades da própria defesa. (**grifo do autor**)

b. Escalões de COAAe

(1) São exemplos dos COAAe:
[...]
(c) COAAe estabelecidos pelas baterias de artilharia antiaéreas (Bia AAAe), orgânicas das brigadas de infantaria e cavalaria.

E vem o C 44-1 (2004, p. 2-8), novamente, a ratificar que o comando e controle é uma capacidade dada ao escalão considerado pela presença de um COAAe. Ou seja, havendo um na Bia AAAe e um na Sec AAAe, estas podem conduzir a defesa antiaérea de um ponto sensível ou de uma fração. Eis a passagem:

a. Para cumprir sua missão principal (básica), os diversos escalões de AAAe, da seção à brigada, apresentam a seguinte estrutura:

- (1) um sistema de controle e alerta;
- (2) um sistema de armas;
- (3) um sistema de apoio logístico; e
- (4) um sistema de comunicações.

[...]

2-14. SISTEMA DE CONTROLE E ALERTA

a. **Missão** - Realizar a vigilância do espaço aéreo sob a responsabilidade de determinado escalão de AAAe, receber e difundir o alerta da aproximação de incursões, bem como acionar, controlar e coordenar a AAAe subordinada.

[...]

c. Centro de operações antiaéreas

(1) O COAAe é o centro de controle da AAAe e tem por finalidade propiciar ao Cmt de cada escalão que o estabelece condições de acompanhar continuamente a evolução da situação aérea e de controlar e coordenar as D AAe desdobradas.
(2) Todos os escalões de AAAe, da Sec AAAe à Bda AAAe, devem instalar COAAe.
[...]
(a) COAAe principal (COAAe P) – É o COAAe do maior escalão de AAAe presente [...].
(b) COAAe subordinado (COAAe S) – É o COAAe que exerce diretamente o controle da D AAe de uma força ou ponto sensível. O COAAe S normalmente é instalado pelos escalões subordinados à

brigada de AAAe, até o escalão **Sec AAAe**.
(grifo nosso)

É isso o que preconiza o C 44-1 (2004, p. 3-8), ao dizer que o meio de antiaérea que compõe as brigadas de infantaria (Bda Inf) ou de cavalaria (Bda C) é uma Bia AAAe, e que essa é a dosagem mínima para a sua defesa antiaérea (D AAe). Ou seja, a defesa do escalão brigada como um todo só pode ser atribuída, no mínimo, a uma Bia AAAe. De outra parte, para um escalão menor, cabe a defesa realizada por até uma Sec AAAe.

Assim sendo, têm-se no Brasil, as brigadas blindadas (Bda Bld), doutrinariamente, constituídas de Bia AAAe organizadas a três ou quatro Sec AAAe, conforme sejam as brigadas ternárias ou quaternárias, respectivamente. Essas seções, por sua vez, são organizadas a quatro ou seis peças. A Sec AAAe representa a UE; e as Pç, as UTir. As Bia AAAe e as Sec AAAe possuem seus COAAe, portanto, são os escalões mínimos a exercerem o comando e o controle de uma defesa antiaérea.

No entanto, pode-se ter como UE, não a seção, mas sim a bateria como um todo. Isso se dá, quando a seção, não possui, sozinha, a capacidade de comandar e controlar a defesa antiaérea de um ponto sensível ou de uma tropa no terreno. Nesse caso, diz-se que a UE é de escalão maior, qual seja a bateria.

Tem-se então a seguinte situação: as UTir sempre são as peças, canhão ou míssil; as UE são as Sec AAAe, se dotadas de mísseis; e as UE são as Bia AAAe, se dotadas de canhão. As Bia AAAe podem ser empregadas como uma UE, se dotadas de canhões; ou

por seções, se dotadas de mísseis. Isso é o que vem sendo preconizado, até o presente momento, pela doutrina nacional, em termos de apoio de artilharia antiaérea.

Corrobora isso o fato de a 5^a Bda C Bld e a 6^a Bda Inf Bld, ambas quaternárias, receberem a dotação de meios blindados para a sua defesa antiaérea. Cada uma delas, passou a ser dotada de uma Bia AAAe quaternária, autopropulsada (AP), blindada (Bld), composta por viaturas operacionais Gepard, organizadas em quatro Sec AAAe a quatro U Tir cada, num total de 16 peças por bateria antiaérea.

Quanto ao conceito de missão tática, o Glossário das Forças Armadas não traz esta definição, porém afirma:

Missão – Tarefa, dever ou ação que deve ser executada por um indivíduo, tripulação, fração de tropa ou tropa, mais o propósito que se tem em vista alcançar, unidos pela expressão ‘a fim de’. Seu enunciado deve indicar claramente a tarefa ou ação a ser executada e o fim a ser atingido. (2007, p. 159)

e

Tática – Arte de dispor, movimentar e empregar as forças militares em presença do inimigo ou durante o combate. Cuida do emprego imediato do poder para alcançar os objetivos fixados pela estratégia, compreendendo o emprego de forças, incluindo seu armamento e técnicas específicas. (2007, p. 251)

Daí se retira o entendimento de que missão tática é a tarefa ou a ação caracterizada pelo emprego de uma força militar ou fração (Sec AAAe, Bia AAAe ou GAAAe) para

atingir determinado propósito ou objetivo (realizar a defesa antiaérea), através dos meios, armamentos e técnicas de que dispõe para tal. Isso significa que só é apta a receber uma missão tática uma fração constituída, uma seção, uma bateria ou um grupo, que são UE, e não U Tir. Pode-se mesmo ratificar que, somente UE são aptas a receber missões táticas.

As missões táticas, em artilharia antiaérea, vêm dispostas no C 44-1 (2001, p. 4-7 - 4-9), nos seguintes termos:

(1) As missões táticas padrão se aplicam aos vários escalões de artilharia antiaérea (com exceção da Bda AAAe), estabelecendo responsabilidades mútuas e definindo relações de comando específicas entre a AAAe e o elemento apoiado.
[...]

(3) As missões táticas padrão são as seguintes:
(a) apoio geral (Ap G);
(b) apoio direto (Ap Dto);
(c) reforço de fogos (Ref F);
(d) ação de conjunto (Aç Cj).
[...]

c. Apoio Geral

(1) A AAAe com a missão de apoio geral proporciona D AAe ao elemento de manobra ao qual é subordinada. Essa missão é, normalmente, atribuída às Bia AAAe orgânicas das brigadas de infantaria e cavalaria e à AAAe em reforço a uma unidade da arma-base que não possua AAAe.
[...]

d. Apoio Direto

(1) A missão de apoio direto somente pode ser atribuída a um elemento de artilharia antiaérea para apoiar uma força ou unidade que não possua AAAe orgânica ou em reforço. Nesse caso, a AAAe atua em proveito do elemento apoiado sem lhe ficar subordinado.
[...]

e. Reforço de fogos

(1) Uma AAAe com a missão de reforço de fogos aumenta as possibilidades de D AAe de outra. A AAAe que reforça os fogos permanece sob as ordens do Cmt que atribuiu a missão, ficando, porém, sob o controle da AAAe reforçada.

[...]

f. Ação de conjunto

(1) A AAAe com esta missão deve proporcionar D AAe à força como um todo. É empregada para a AAAe dos escalões DE e superiores.

[...]

g. Missões Táticas Não Padronizadas

(1) Sempre que a intenção do comandante não possa ser precisa e completamente traduzida pela adoção de uma missão tática padrão, esta deve incluir as responsabilidades de apoio do elemento de AAAe.

[...]

i. Reforço

(1) O reforço não é missão tática e, sim, situação de comando.

Vê-se que somente as missões táticas **apoio geral** e **apoio direto** são aplicáveis às Seções ou Baterias, como é o caso das baterias orgânicas de brigadas blindadas. As missões de **reforço de fogos** e **ação de conjunto** estão direcionadas para o escalão divisão de exército (DE). A Bateria recebida em Reforço de Fogos à orgânica da brigada teria sua missão tática atribuída por essa divisão, portanto não contemplada neste estudo. Nem mesmo a situação de comando de **reforço** ele contempla, pois uma bateria recebida em reforço à brigada, normalmente, constitui um agrupamento-bateria com a orgânica e é organizada para o combate sob a missão tática de **apoio geral**. Além disso, não se está a tratar de ordens específicas, portanto, não

se aplica o conceito de **missões táticas não padronizadas** ao se tratar do objetivo deste trabalho.

Em sendo assim, tem-se que a missão tática atribuída, normalmente, à bateria de artilharia antiaérea orgânica das brigadas blindadas é de **apoio geral** a essa brigada, podendo haver uma ou mais de suas Sec AAe em **apoio direto** a alguma das unidades orgânicas dessa brigada. Ou seja, nenhuma dessas missões contempla uma possibilidade de **apoio por área**.

É de se ressaltar que o conceito está ligado, justamente, a uma área geográfica no terreno, não necessitando vinculação específica entre o elemento apoiado e quem presta esse apoio. Nessa concepção, o escalão responsável pela área é o responsável pelo apoio. Ou seja, a brigada determina a organização da defesa antiaérea na área considerada, independentemente das suas unidades subordinadas dentro daquela zona de ação.

Outro conceito importante de se salientar, neste ponto, é sobre o que abrange a missão tática em artilharia antiaérea. Diz-se que é mais que, simplesmente, organizá-la para o combate. Cabe, ainda, atribuir os meios de defesa antiaérea. É o que diz o C 44-1 (p. 4-5), ao tratar da organização para o combate:

- c. Ao se organizar a AAe para o combate, a seguinte sequência deve ser observada:
 - (1) comparação das necessidades com as disponibilidades;
 - (2) estabelecimento das prioridades;
 - (3) atribuição da missão tática;
 - (4) **atribuição de meios antiaéreos.** (grifo nosso)

Esses conceitos apresentados servem, portanto, apenas, para se definir como se procede à organização sumária das brigadas blindadas brasileiras, em termos de artilharia antiaérea. As suas baterias orgânicas são organizadas para o combate com a missões táticas de apoio geral ou apoio direto, sendo empregadas no escalão mínimo da UE que as dota, qual seja a Sec AAe se dotada de mísseis, e a Bia AAe se dotada de canhões.

Capacidades do Sistema Gepard

Tendo visto como se dá a defesa antiaérea em termos de doutrina brasileira, cumpre ora verificar, em face da inserção do material Gepard nessa estrutura, que novas capacidades traz este sistema, para posteriormente analisar seus reflexos sobre a doutrina.

O Sistema Gepard é de fabricação da empresa alemã KMW (*Krauss-Maffei Wegmann*), possuindo as seguintes características básicas, conforme palestra dessa empresa (*Anti-Aircraft System GEPARD*, 2007, 49 slides):

Viatura e Canhão (slides 8-9, 28-29):

- Peso aproximado: 47,5 kg;
- Velocidade máxima: 65 km/h;
- Autonomia: 550 km;
- Dimensões (comprimento x largura x altura): 7,68m x 3,39m x 3,29m;
- Passagem de vau: 0,75m (sem preparação); 2,25M (com preparação);
- Cadência de tiro: 550 tiros por minuto (tpm) por canhão;
- Capacidade de munições: 320 tiros por arma antiaéreos (tpa); 20 tpa terrestres;
- Teto de emprego: 3.000m; e

- Guarnição: três homens.

Compatibilidade para mísseis: com AM-92 Stinger, SA-7 Strela, SA-16/18 Igla e Mystral (sistema não adquirido pelo Brasil) (slide 40); e Radares (slides 24-25):

- De busca: para controle do espaço aéreo, com alcance horizontal de 15.750m e vertical de 3.000m, dotado de IFF (*Identification Friend or Foe*) padrão OTAN; e
- De tiro: para acompanhamento de alvos, com alcance horizontal de 15.000m e dotado de aferidor de distâncias a *laser*.

Diante dessas características básicas, pode-se citar, ainda, que os Gepard possuem a possibilidade de atuar, cada peça, como um sistema de armas totalmente autônomo, detectando, identificando, acompanhando e engajando alvos, diuturnamente e com reduzido tempo de reação e alta mobilidade, além de operar sob quaisquer condições climáticas.

Ou seja, cada peça, U Tir, pode operar de modo independente, realizando, conjuntamente, a função de COAAe, o que a capacita a ser uma UE. Sendo assim, tem-se que uma bateria Gepard, composta por 06 (seis) viaturas, protege um batalhão blindado, e que um batalhão Gepard, composto por quatro baterias, protege uma brigada blindada (slides 10-11).

No que diz respeito à forma de empregar o material, observa-se que o Exército Alemão emprega o material Gepard com as seguintes missões:

Modo de proteção *all around (rundum)*: para a proteção de instalações principais, como postos de comando, pontes e outros pontos sensíveis ou mesmo áreas, como da reserva e da artilharia de campanha. Área protegida de até 12km².

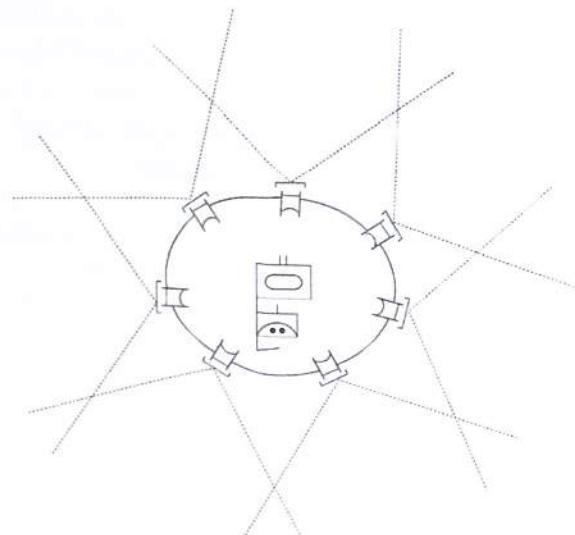


Figura 1 – Modo de defesa *all round* (*Beispiel Einsatzart rundum*)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (*Anlage*) 7/1

Modo de proteção por *area covering* (*raumdeckend*): para a proteção área de operações ou zonas de ação. Área protegida de até 40km².

Modo de proteção por *blocking position* (*fla-riegel*): para o bloqueio em uma direção específica, com as U Tir dispostas em linha. Dimensões do bloqueio de até 17km.

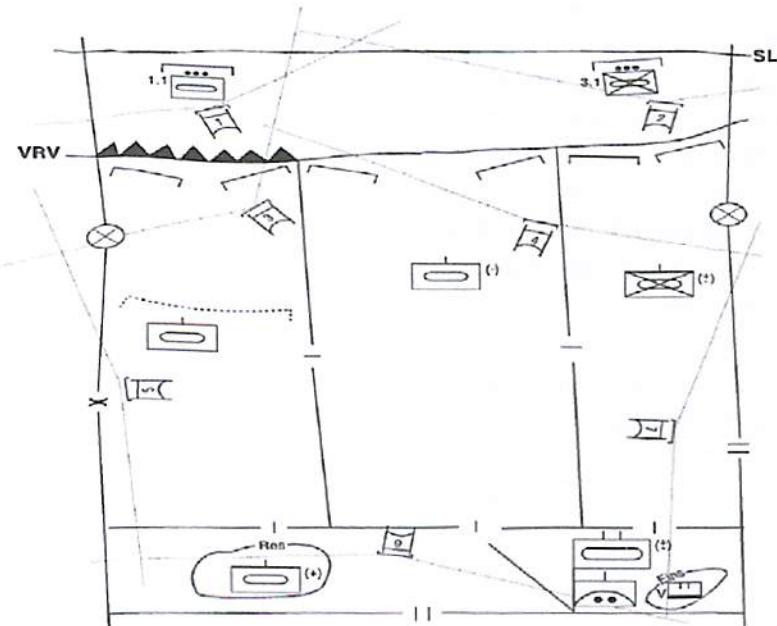


Figura 2 – Modo de defesa area covering (Beispiel Einsatzart raumdeckend)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (Anlage) 7/2

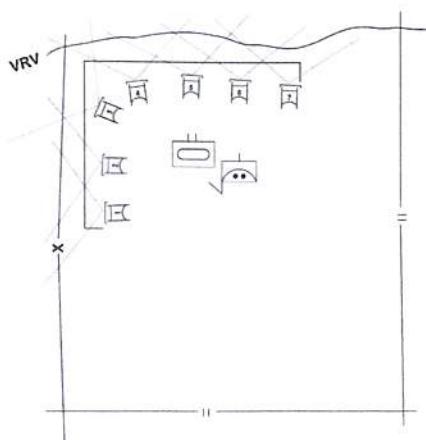


Figura 3 – Modo de defesa blocking position (Beispiel Einsatzart fla-riegel)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (Anlage) 7/3

- Guarnição: três homens.

Compatibilidade para mísseis: com AM-92 Stinger, SA-7 Strela, SA-16/18 IGLA e Mystral (sistema não adquirido pelo Brasil) (slide 40); e Radares (slides 24-25):

- De busca: para controle do espaço aéreo, com alcance horizontal de 15.750m e vertical de 3.000m, dotado de IFF (*Identification Friend or Foe*) padrão OTAN; e

- De tiro: para acompanhamento de alvos, com alcance horizontal de 15.000m e dotado de aferidor de distâncias a *laser*.

Diante dessas características básicas, pode-se citar, ainda, que os Gepard possuem a possibilidade de atuar, cada peça, como um sistema de armas totalmente autônomo, detectando, identificando, acompanhando e engajando alvos, diuturnamente e com reduzido tempo de reação e alta mobilidade, além de operar sob quaisquer condições climáticas.

Ou seja, cada peça, U Tir, pode operar de modo independente, realizando, conjuntamente, a função de COAAe, o que a capacita a ser uma UE. Sendo assim, tem-se que uma bateria Gepard, composta por 06 (seis) viaturas, protege um batalhão blindado, e que um batalhão Gepard, composto por quatro baterias, protege uma brigada blindada (slides 10-11).

No que diz respeito à forma de empregar o material, observa-se que o Exército Alemão emprega o material Gepard com as seguintes missões:

Modo de proteção *all around (rundum)*: para a proteção de instalações principais, como postos de comando, pontes e outros pontos sensíveis ou mesmo áreas, como da reserva e da artilharia de campanha. Área protegida de até 12km².

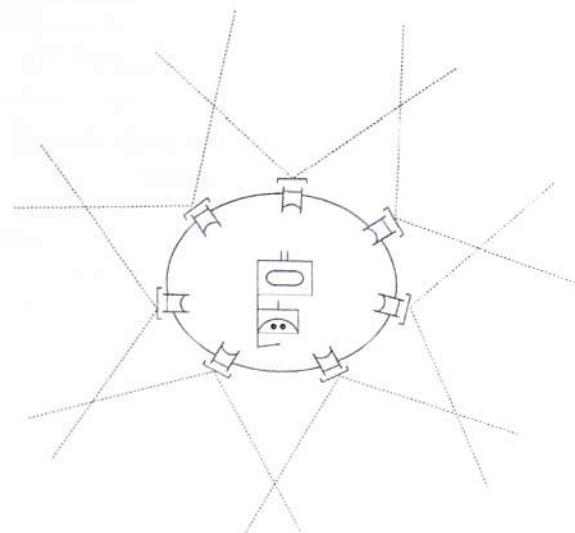


Figura 1 – Modo de defesa *all round* (*Beispiel Einsatzart rundum*)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (*Anlage*) 7/1

Modo de proteção por *area covering* (*raumdeckend*): para a proteção área de operações ou zonas de ação. Área protegida de até 40km².

Modo de proteção por *blocking position* (*fla-riegel*): para o bloqueio em uma direção específica, com as U Tir dispostas em linha. Dimensões do bloqueio de até 17km.

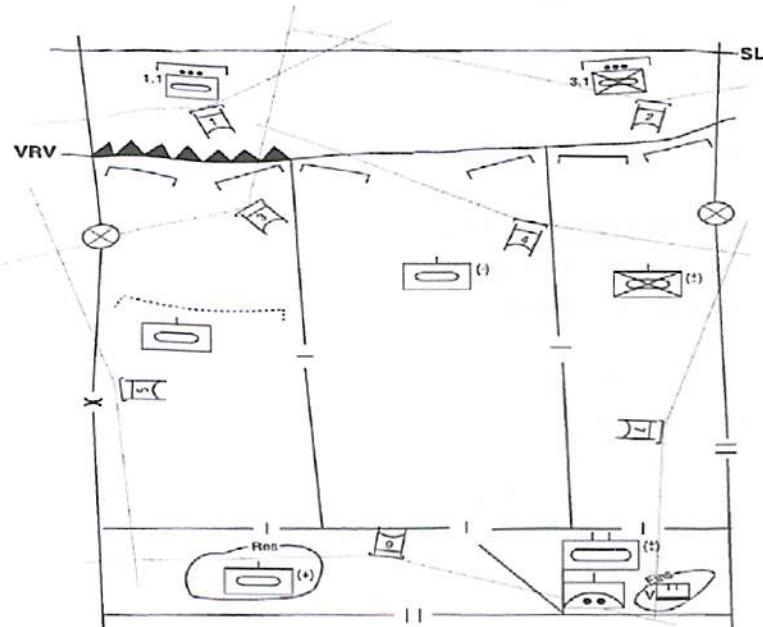


Figura 2 – Modo de defesa area covering (Beispiel Einsatzart raumdeckend)
Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (Anlage) 7/2

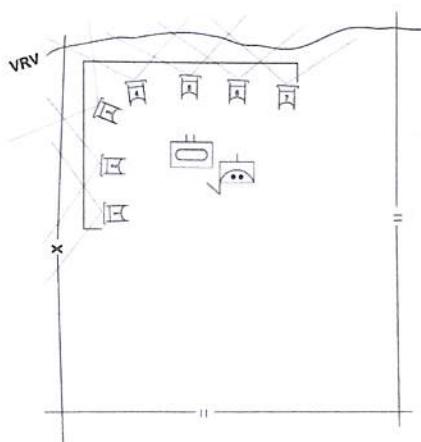


Figura 3 – Modo de defesa blocking position (Beispiel Einsatzart fla-riegel)
Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (Anlage) 7/3

Modo de proteção *along a march route* (*entlang einer marschstraße*): para a proteção de colunas de marcha, com as peças dispostas entre elementos da mesma. Dimensões em profundidade para a defesa de até 17km.

Modo de proteção *escorting* (*blegeitend*): para a proteção e escolta de tropas em movimento, com as viaturas incluídas nas colunas de marcha ou nos elementos já desdobrados. Setor protegido de até 6km.

Embora essas formas de emprego não estejam diretamente relacionadas com a tática de emprego (missão tática propriamente dita), bem demonstram as capacidades técnicas do material.

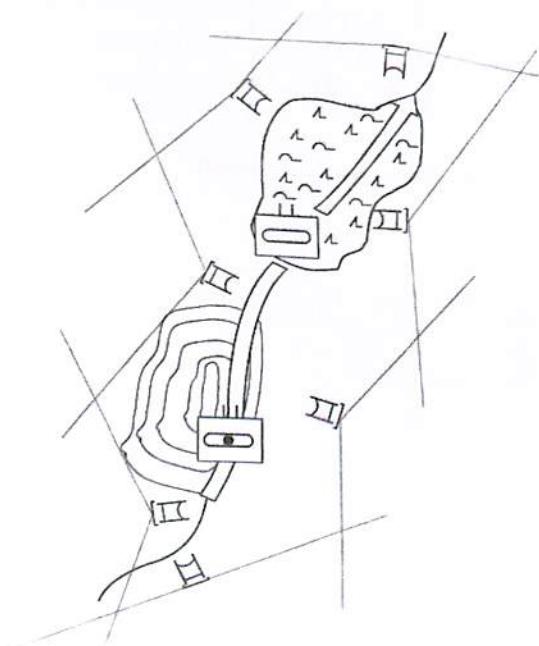


Figura 4 – Modo de defesa *along a march route* (*Beispiel Einsatzart entlang einer marschstraße*)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (*Anlage*) 7/4

Ante o exposto, passa-se à discussão, em que se busca analisar tais capacidades do sistema Gepard à luz da doutrina mais aceita no Brasil.

Discussão

Esta seção aborda dois aspectos principais derivados das capacidades observadas no sistema Gepard, quais sejam o emprego de cada U Tir como UE autônoma, com capacidade de comando e controle sob seu próprio tiro; e a capacidade de, quando organizada em Sec AAAe ou Bia AAAe, realizar a defesa antiaérea de uma área determinada, sob o comando e

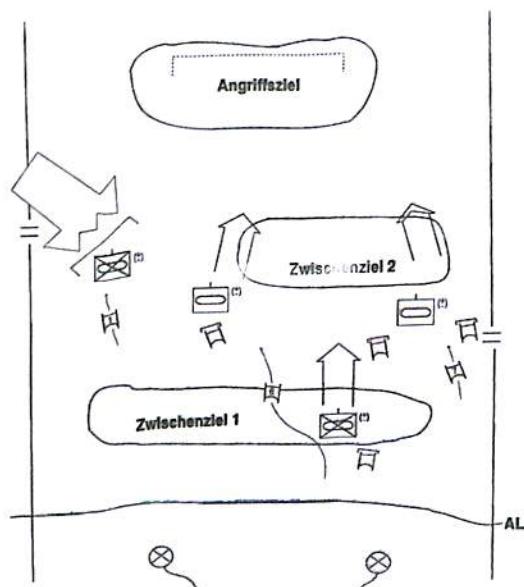


Figura 5 – Modo de defesa *escorting* (*Beispiel Einsatzart blegeitend*)

Fonte: HDv 272/200 (zE), Anexo (*Anlage*) 7/5

controle da tropa enquadrante, qual seja a Bda Bld.

Novas possibilidades para o Brasil: U Tir Gepard como UE

O sistema Gepard, como visto, pode ser empregado de forma totalmente autônoma, peça a peça, pois cada U Tir possui, sozinha, a capacidade de detectar, acompanhar e engajar alvos, realizando todas as etapas do controle antiaéreo necessário à execução de uma missão. Ou seja, cada U Tir pode ser empregada como UE, pois desempenha as funções de COAAe de uma defesa antiaérea qualquer, seja de ponto sensível, tropa ou área a ser defendida.

Além disso, pode ser empregado organizado em escalões maiores, como a Sec AAAe ou a Bia AAAe. Nesses escalões, pode atuar com um número maior de blindados Gepard organizados em uma única defesa antiaérea. A exemplo, uma seção defendendo um ponto sensível, e a bateria defendendo a brigada como um todo, claro que atendendo à dosagem mínima necessária a cada ponto a ser defendido.

Alia-se ainda a esses fatos, a possibilidade de organizar as seções e a bateria com um número mais flexível de U Tir, adaptando-se às necessidades de defesa antiaérea, em face das capacidades técnicas do material.

Observa-se, então, que tal disposição de meios é compatível com a doutrina do Brasil, pois o conceito de bateria a seis U Tir alemão é assemelhado ao de seção a quatro ou a seis U Tir brasileiro. Da mesma forma, o batalhão a quatro baterias

defendendo um brigada alemã, equivale à Bia AAAe a quatro Sec AAAe defendendo também uma brigada, no caso brasileiro. Isto significa que apesar da nomenclatura diferenciada, a capacidade de defesa antiaérea é semelhante em ambos os Exércitos, qual seja prover a defesa antiaérea de uma brigada blindada, desde que se empregue o material da forma citada.

Novas possibilidades para o Brasil: apoio por área

No que diz respeito às missões táticas as quais o Gepard pode cumprir, observa-se, também, grande flexibilidade de emprego. O material, por sua autonomia, pode ser empregado na doutrina nacional, em apoio geral à Bda Bld, ou em apoio direto a um de seus batalhões, mas também em apoio por área, sem a necessidade de se designar um ponto sensível, elemento de manobra ou órgão a ser defendido, ou seja, sem a necessidade de se realizar a segunda parte da missão tática em artilharia antiaérea, a chamada atribuição de meios.

Nesse caso, a defesa antiaérea da brigada pode permanecer sob o comando do comandante da brigada e sendo coordenada pelo comandante da bateria antiaérea, recebendo esta apenas a missão tática de “apoio por área à sua brigada enquadrante em sua zona de ação”. Pode se dizer que a missão tem características de apoio geral, mas sem a necessidade de atribuição de meios. O cerne da missão passa a estar na área do terreno e não no elemento apoiado. Ainda, a mudança do dispositivo da artilharia antiaérea se dá independentemente do movimento das unidades subordinadas à brigada. O coman-

dante da bateria pode propor a posição de suas U Tir, organizadas sob o controle de um único COAAe. Isso também é possível de ser feito com a Sec AAAe em relação à zona de ação de um elemento de manobra subordinado àquela brigada, semelhante ao que ocorre na missão tática apoio direto.

Para se visualizar isso, é importante trazer o conceito de apoio mútuo em defesa antiaérea, contido no C44-1 (p. 4-4):

d. Apoio mútuo – é a forma de posicionar as UT no terreno, mantendo-se determinada distância entre elas, em função das características do sistema de armas disponível, de tal modo a obter um **recobrimento entre seus setores de tiro**. O apoio mútuo impede a incursão dos vetores aeroespaciais hostis entre as UT, pois o **espaço entre as mesmas fica permanentemente sob fogos**. Em princípio, a distância de apoio mútuo corresponderá à **metade do alcance útil do material considerado**, quando de mesma natureza, ou a metade do menor alcance útil, quando de natureza diferente (canhão e míssil). (**grifo nosso**)

Assim, no Brasil, tendo as Bia AAAe 16 U Tir Gepard, cada uma com alcance útil de 3.000 metros (considerando o pior cenário em termos de alcance do material; dependendo do tipo de munição pode chegar a 5.000 metros), tem-se que se apoiam mutuamente, quando a distâncias de, em média, 1.500 metros. Nesses casos, mesmo que uma U Tir seja degradada, outras duas mais próximas cobrem o espaço aéreo deixado por aquela.

A figura a seguir demonstra isso, já introduzindo as capacidades de uma

Bia Gepard em um dispositivo de apoio por área a uma brigada quaternária em sua zona de ação. É fato que essa situação atende a dispositivos mais estáticos no terreno, como num ataque (coordenado ou de oportunidade) ou numa defesa em posição (móvel ou de área). Nesses casos, mesmo com frentes amplas, em profundidades médias das brigadas de seis a oito quilômetros, passa a ser possível adotar o desdobramento a seguir, mesmo que reduzindo as distâncias de apoio mútuo.

A partir da Figura 6, pode-se perceber que a área defendida por uma Bia Gepard pode ser de $15 \times 15 \text{ km}^2$, ou seja, cerca de 225 km^2 . Considerando-se ainda, a possibilidade de que uma Sec AAAe seja desdobrada fora da zona de ação da brigada, defendendo a área de apoio logístico desta, por exemplo, ainda assim, se teria uma área de $12 \times 15 \text{ km}^2$, ou seja, 180 km^2 , perfeitamente compatível com a dimensão de uma brigada desdobrada.

Observa-se, então, que as U Tir Gepard do Exército Alemão, podem ser usadas de forma totalmente autônoma, como próprias UE, ou organizadas em Bia AAAe (Sec AAAe no Brasil) ou batalhão AAAe (Bia AAAe no Brasil), nos mais variados tipos de missões, do apoio a pontos sensíveis e tropas, ao apoio por área (area covering). E, também, que é possível, devido às capacidades técnicas do material, fazer-se isso organizando para o combate a Sec AAAe ou Bia AAAe Gepard em apoio por área, conforme as dimensões médias da zona de ação do escalão considerado, brigada ou batalhão, respectivamente.

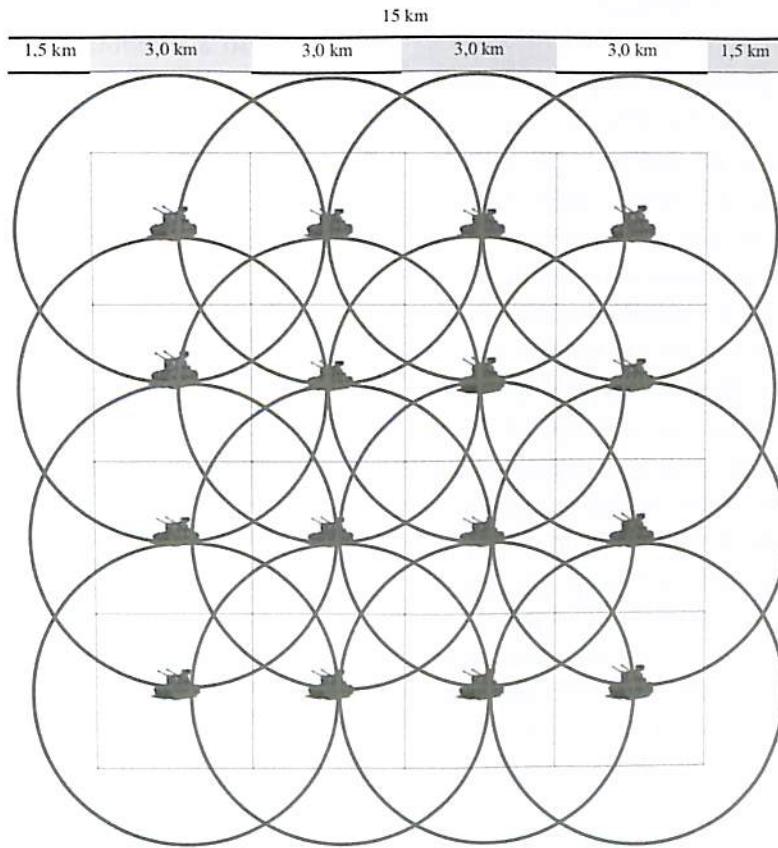


Figura 6 – Desdobramento d Bia AAAe epard a 16 U Tir

Fonte: o autor

Conclusões e recomendações

O Gepard é um sistema novo inserido no Exército Brasileiro. Por isso mesmo, muito ainda há para ser pesquisado e compreendido. A tática e o emprego técnico do material conferem novas capacidades às Baterias que os receberam. As brigadas blindadas — 5^a Bda C Bld e 6^a Bda Inf Bld — podem contar, a partir de então, com não só um novo sistema de armas, mas com um sistema completo de

antiaérea capaz de ir desde a detecção, até o engajamento do inimigo. Se elas já eram, antes mesmo de recebê-los, as maiores potências de fogo e ação de choque da Força Terrestre, mais ainda o são agora, com a devida proteção sobre seu espaço aéreo adjacente.

É verdade que o sistema foi adquirido sem o desejável material míssil acoplado, mas nem por isso significa que deixou de ser um avanço. A artilharia antiaérea das Bda Bld, agora sim, realmente é adequada à tropa que acompanha, em termos

de mobilidade — autopropulsada — e em termos de proteção — blindada.

Em suma, pode-se dizer que houve sensível incremento nas capacidades do sistema artilharia antiaérea, no âmbito da proteção às brigadas blindadas do Exército Brasileiro.

Infere-se, no que diz respeito ao emprego das U Tir, que estas constituem-se em próprias UE, com possibilidades autônomas de coordenar e controlar um sistema de defesa antiaéreo em posição. Mais do que isso, organizadas em seções ou na própria bateria como um todo, conferem maiores possibilidades e novas capacidades em defesa antiaérea.

Além disso, conclui-se também que, no que tange às missões táticas, uma nova possibilidade se descortina, qual seja a de se organizar a Bia AAAe ou mesmo as Sec AAAe em apoio por área, sobretudo em operações mais estáticas e com zona de ação mais bem definida, como o ataque e a defesa em posição, proporcionando ganhos cruciais em termos de coordenação e controle da defesa antiaérea das Bda Bld. E, ressalte-se, sem perder em capacidades de se defenderem pontos, tropas, ou áreas específicas.

Dessa forma, não se quer afirmar categoricamente que existe nova missão tática, mas apenas demonstrar que é possível e que podem ser aprofundados estudos nessa direção, de novas formas de se pensar a estrutura de emprego da Bia AAAe, orgânica das 5^a Bda C Bld e 6^a Bda Inf Bld, ora Bia AAAe AP. Ora, isso porque, o sentido de se verificar a possibilidade de se empregar a U Tir como UE e a defesa por área proporciona, pelo menos, o aumento da capacidade dessas brigadas.

Isso se comprova, justamente, por se passar a poder operar no mais elevado grau

de centralização desejado pela defesa antiaérea, dando a máxima **flexibilidade** ao comandante para intervir no combate a qualquer momento e **facilitando as operações futuras**, que são princípios orientadores à defesa antiaérea. É o que preceitua o C 44-1 (p. 4-2, 4-3) ao afirmar:

4-5. FLEXIBILIDADE DE DEFESA ANTIAÉREA

a. A AAAe deve permitir ao elemento apoiado ou defendido liberdade de manobra, através de uma D AAe que possa acompanhar as necessidades de mudança de dispositivos e de prioridades com rapidez e eficiência.

b. A flexibilidade de D AAe é obtida através das missões táticas e da atribuição de meios compatível com as necessidades de D AAe e de mobilidade do elemento apoiado ou defendido.

4-6. FACILITAR OPERAÇÕES FUTURAS

a. A fluidez das operações no TO, impõe a necessidade de a AAAe estar pronta, a qualquer tempo, para a mudança de dispositivos e de defesas a realizar.

b. O planejamento do emprego da AAAe deve considerar a necessidade de facilitar a adequação da organização para o combate à evolução da situação.

Além disso, por atender, também, em grau máximo o fundamento do **apoio mútuo**, já citado, e o fundamento de defesa antiaérea da **integração** (meios sob o controle de um único COAAe), conforme o seguinte entendimento do mesmo C44-1 (p. 4-4):

f. **Integração** – entende-se por integração a reunião de meios de diferentes D AAe em um único dispositivo de defesa, propiciando a economia de meios e de esforços, bem como a **otimização do controle** de tais defesas. Duas defesas podem ser integra-

das quando as linhas de desdobramento de suas UT, no terreno, forem contíguas.
(grifo nosso)

Enfim, desse modo, se pode ratificar que o Exército Brasileiro andou bem, na direção da aquisição de novas capacidades, ao adquirir o Sistema Gepard. Estas

lhe conferem possibilidades ampliadas, maior flexibilidade, maior mobilidade e maior proteção, com as 5^a Bda C Bld e 6^a Bda Inf Bld e suas Bia AAAe AP, tornando-o cada vez mais apto a cumprir a sua missão de defesa do país e de seu território, nos termos da Estratégia Nacional de Defesa. ☺

Referências

- ALEMANHA. Exército. **GE-A-LCDP-00-P FlakPz: beschreibung.** [S.l.: s.n.], 2009. [tradução: Descrição do material]
- _____. **GE-A-LCOP-00-V1-P FlakPz: bedienung Band I.** [S.l.: s.n.], 2009. [tradução: Operações I]
- _____. **GE-A-LCOP-00-V2-P FlakPz: bedienung band II.** [S.l.: s.n.], 2009. [tradução: Operações II]
- _____. **HDv 272/200 Die panzerflugabwehrkanonenbatterie.** [S.l.: s.n.], 2001. [tradução: A Bateria de Artilharia Antiaérea Blindada]
- _____. **HDv 274/200 Die Panzerflugabwehrkanonengruppe Gepard.** [S.l.: s.n.], 2002. [tradução: O Grupo de Artilharia Antiaérea Blindado]
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **EB20-MF-10.103: operações.** 4. ed. Brasília: [Ministério da Defesa?], 2014.
- _____. **C 44-1: emprego da artilharia antiaérea.** 4. ed. Brasília: [Ministério da Defesa?], 2001.
- _____. **C 44-8: comando e controle na artilharia antiaérea.** 3. ed. Brasília, [Ministério da Defesa?], 2003.
- _____. **Estratégia braço forte.** Brasília: [S.n.], 2009.
- _____. **Estratégia Nacional de Defesa.** [S.l.: s.n.], 2012.
- _____. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa.** [S.l.: s.n.], 2008.
- _____. Ministério da Defesa. **Glossário das forças armadas:** MD35-G-01. 4. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2007.
- _____. **O Processo de transformação do exército.** 3. ed. Brasília: [S.n.], 2010.
- _____. **Projeto de força do exército brasileiro (Proforça).** Brasília: [S.n.], 2012.
- FORÇAS DE DEFESA (FD). **Momentos de transição.** A.3, n. 8, 2. trim., 2013, p. 86-95.
- KRAUSS-MAFFEI WEGMANN. **Anti-Aircraft System GEPARD:** apresentação. Brasilia: [s.n.], 2007.

O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas

Uma visão analítica para a projeção do Poder Nacional

Alexandre da Silva Pinto¹

RESUMO

A abordagem do tema, *O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas: uma visão analítica para a projeção do Poder Nacional* tem por objetivo analisar a influência e a importância da participação do Brasil nas operações de paz das Nações Unidas, como fator de projeção do Brasil no concerto das nações e de sua inserção no processo decisório internacional. Realiza-se, inicialmente, uma retrospectiva histórica das Nações Unidas, assim como a sua estrutura para as operações de paz, alguns tópicos do ordenamento jurídico que legitima a sua atuação como órgão mantenedor da paz mundial e sua sistemática de atuação nos conflitos entre estados ou no interior dos mesmos. São apresentados os tipos de operações de paz, com destaque para aquela que preconiza uma intervenção internacional não violenta, voluntária, de caráter multinacional, pautada pela imparcialidade e aceita pelas partes em conflito. Aborda-se a experiência das Nações Unidas na manutenção da paz e da segurança internacionais e, dentro do processo histórico, focalizam-se as operações de paz clássicas e as multidisciplinares, as quais são mais eficientes nas soluções das controvérsias e têm, hoje, como outros atores partícipes, além dos normais, e que muitas vezes são influenciados pelas grandes potências, as organizações regionais, em particular a Organização do Tratado do Atlântico Norte, e as organizações não governamentais. A seguir, são analisadas a participação do Brasil, nas operações de manutenção de paz, a repercussão na imprensa nacional, assim como a Política Externa Brasileira, que identifica a participação brasileira na Organização das Nações Unidas (ONU) como um meio de inserir o Brasil no processo decisório internacional, projetando e protegendo os interesses nacionais. Em conclusão, é sugerido que o Brasil continue valorizando as Nações Unidas — organização de maior universalidade e legitimidade no campo da paz e da segurança — bem como seu principal instrumento de atuação nessa área, as operações de manutenção de paz, pois, aos países democráticos desvinculados de esquemas de poder, como o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral, única base plausível para a construção de uma ordem internacional que não se funda na desigualdade e na força.

¹ Cursos: Academia Militar das Agulhas Negras – Arma de Infantaria, Básico de Paraquedista e Básico de Montanhismo, Ações de Comando e Forças Especiais, Aperfeiçoamento de Oficiais (ESAO), Comando e Estado-Maior (ECEME) e Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (ECEME).

Introdução

A visão da diplomacia brasileira é que o Brasil está comprometido com a paz e a democracia e acredita que, se todos os povos puderem expressar livremente suas idéias e construir seu próprio destino, a democracia sairá fortalecida e continuará a servir ao propósito do desenvolvimento e da justiça social. O Brasil também está comprometido com o desenvolvimento e sabe que este depende de um ambiente internacional de paz, cooperação e liberdade econômica.

O grande estadista brasileiro Oswaldo Aranha (1947 apud LAMPREIA, 1999, p. 345), que presidiu a Primeira Sessão Especial da Assembleia Geral, em 1947, declarou que

Acima de tudo, temos a capacidade de fazer das Nações Unidas a soma total da justiça, da segurança e da paz, ou, pela nossa falta de sabedoria, de permitir que sejam transformadas em mais uma espada a ser empunhada cegamente pela força e o instinto.

A última década do século XX e do milênio foi marcada por uma escalada da violência étnico-nacionalista, da proliferação de crises regionais, do terrorismo, dos conflitos de soberania e das rivalidades religiosas.

As aspirações da Política Externa Brasileira de ampliar a participação nos foros decisórios internacionais visam a evitar que a ordem mundial seja construída em detrimento dos interesses nacionais. Por isso, para o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral para a construção de uma ordem internacional mais democráti-

ca. Foi com esse enfoque da Política Externa Brasileira, e tendo em vista, o cenário internacional atual e as perspectivas de maior participação nas operações de manutenção de paz da ONU no futuro próximo, que analisaremos a influência da participação do Brasil nas operações de manutenção de paz (OMP) das Nações Unidas, como sendo um vetor eficaz para a projeção de seu Poder Nacional no cenário internacional. Verificaremos os reflexos da participação brasileira nas OMP para a política externa brasileira e a sua repercussão na imprensa nacional, apresentaremos sugestões de como poderá alcançar maior projeção do Poder Nacional brasileiro, com um mínimo de custos necessários. Identificaremos ainda, a legislação brasileira que dá amparo à participação do Brasil nas OMP.

Desenvolvimento

Fundamentação teórica

Segundo Lakatos (2001, p. 110), pesquisa alguma, hoje, parte da estaca zero. A procura de fontes, documentais ou bibliográficas, torna-se imprescindível para a não duplicação de esforços. Nesse sentido, e a fim de permitir melhor compreensão e conhecimento dos dados históricos das operações de manutenção de paz e a importância da participação do Brasil nesse tipo de operação das Nações Unidas como fator de projeção de seu Poder Nacional, fez-se necessária uma pesquisa com o objetivo de reunir dados históricos que fundamentem as respostas das hipóteses/questões do estudo. Segundo o diplomata Afonso José Sena Cardoso, que serviu nas embaixadas do Bra-

sil em Washington, Montevidéu, Santiago e na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas:

No caso do Brasil, conviria que a decisão de participar em uma determinada operação de paz das Nações Unidas fosse precedida de um exame das diversas modalidades para essa possível participação nos componentes eleitoral, militar, policial e administrativo/político da missão. As dimensões, história, ativos e peso específico do país habilitam-no a uma participação variada se assim o recomendar o interesse nacional. (CARDOSO, 1998, p.150)

"Poder Nacional é o conjunto integrado dos meios de toda a ordem de que dispõe a nação, acionados pela vontade nacional, para conquistar e manter os objetivos nacionais" (ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO, 2001, p. 2-1). Dentre os documentos que dão suporte legal para que o Brasil participe das missões de operações de manutenção de paz, podemos destacar:

- A Constituição Federal do Brasil de 1988;
- A Estratégia Nacional de Defesa de 2008;
- A Lei Complementar nº 97 de 9 de junho de 1999.

O secretário-geral da ONU, Boutros-Ghali, em 17 de junho de 1992, classificou as atividades realizadas pelas Nações Unidas no campo da paz e da segurança em cinco categorias operacionais: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, consolidação da paz e imposição da paz (NAÇÕES UNIDAS, 1992, Doc.A/47/277-S/24111).

A seguir, apresenta-se a definição e comenta-se brevemente cada uma dessas categorias:

- Diplomacia Preventiva (*preventive diplomacy*) – Compreende as atividades destinadas a prevenir o surgimento de disputas entre as partes; a evitar que as disputas existentes degenerem em conflitos armados, e a impedir que estes, uma vez eclodidos, se alastrem. Contempla as diferentes modalidades de atuação mencionadas no capítulo VI da Carta das Nações Unidas (solução pacífica de controvérsias) e outras que venham a ser acordadas entre os interessados, tal como a iniciativa inovadora de emprego preventivo de tropas por parte da ONU na ex-Républca Iugoslava da Macedônia. Alguns autores preferem diferenciar entre a diplomacia preventiva propriamente dita e o emprego preventivo de tropas (chamado de *preventive deployment*), pois a primeira seria "uma ação consentida sem uso da força", enquanto o desdobramento preventivo de tropas seria uma ação consentida com uso da força.
- Promoção da Paz (*peacemaking*) – Designa as ações diplomáticas posteriores ao início do conflito, para levar as partes litigantes a suspender as hostilidades e a negociarem. As ações de promoção da paz baseiam-se nos meios de solução pacífica de controvérsias previstos no capítulo VI da Carta das Nações Unidas, os quais podem incluir, em casos extremos, dependendo

- do mandato dos mediadores, o isolamento diplomático e a imposição de sanções, adentrando então nas ações coercitivas previstas no capítulo VII.
- Manutenção da Paz (*peacekeeping*) – Trata das atividades levadas a cabo no terreno com o consentimento das partes em conflito, por militares, policiais e civis, para implementar ou monitorar a execução de arranjos relativos ao controle de conflitos (cessar-fogos, separação de forças etc.) e sua solução (acordos de paz abrangentes ou parciais), em complemento aos esforços políticos realizados para encontrar uma solução pacífica e duradoura para o conflito. Nos anos 90, essas operações passaram a ser utilizadas, mormente, em contendas de natureza interna, caracterizadas, muitas vezes, por uma proliferação de atores ou pela falta de autoridade no local. Nessas circunstâncias, questiona-se o recurso indiscriminado às operações de manutenção da paz, visto que a situação volátil que enfrentam no terreno exige cada vez mais que os integrantes disponham de armas para fazer cumprir o seu mandato e mesmo para autodefesa.
 - Consolidação da Paz (*post-conflict peace-building*) – Refere-se às iniciativas executadas na sequência da assinatura de um acordo de paz, visando a fortalecer o processo de reconciliação nacional por meio de implementação de projetos destinados a recompor as estruturas institucionais, a recuperar a infraestrutura física e a ajudar na re-

tomada da atividade econômica. Essas ações, voltadas basicamente para o desenvolvimento econômico e social do país anfitrião, são empreendidas preferencialmente por outros órgãos das Nações Unidas, mas, dependendo das dificuldades no terreno, podem requerer a atuação militar.

- Imposição da Paz (*peace-enforcement*) – Corresponde às ações adotadas ao abrigo do capítulo VII da Carta, incluindo o uso de força armada para manter ou restaurar a paz e a segurança internacionais em situações nas quais o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) tenha determinado a existência de uma ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Nesses casos, o CSNU tem delegado a coalizões de países ou a organizações regionais e sub-regionais a execução, mas não a condução política do mandato de intervenção. Muitos autores vêm criticando a abrangência dessa categoria, que estaria abarcando, por exemplo, as intervenções em cenários de desastres humanitários, que merecem uma classificação à parte.

Metodologia

Essa pesquisa, através de uma abordagem estruturalista, será qualitativa, uma vez que privilegiará, a partir da bibliografia disponível, uma análise documental comparativa para entender de uma forma mais profunda a solução ao problema apresentado.

Quanto à natureza, o presente estudo caracteriza-se por ser uma pesquisa do tipo aplicada, por ter como objetivo gerar conhe-

cimentos para aplicação prática, dirigidos à solução de problemas específicos, valendo-se, para tal, do método indutivo como forma de viabilizar a tomada de decisões acerca do alcance da investigação, das regras de explicação dos fatos e da validade de suas generalizações.

Em relação à metodologia da pesquisa realizada, foram seguidos os critérios adotados por Vergara (2000, p. 47), sendo possível classificá-la, quanto aos fins, como uma pesquisa descritiva, explicativa e aplicada. Descritiva como base da investigação explicativa, porque visou expor a importância da participação do Brasil nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas, como um dos vetores de projeção de seu Poder Nacional no cenário internacional. Explicativa, pois procurou esclarecer quais os fatores que contribuem, de alguma forma, para que a participação brasileira nas OMP das Nações Unidas seja um vetor para a projeção do Poder Nacional do Brasil no cenário internacional. Da mesma forma, visou justificar a legitimidade interna do Brasil, identificando os dispositivos legais que amparam o país em participar neste tipo de missão. Aplicada, porque foi motivada pela necessidade de solucionar um problema concreto, tendo, portanto, uma finalidade prática. Dada uma situação existente, como o Brasil poderia alcançar maior projeção do seu Poder Nacional, com um mínimo de custos necessários, em operações de manutenção de paz?

Quanto aos meios, a pesquisa pode ser classificada como documental e bibliográfica, pois buscou a coleta de dados primários junto a relatórios, atas de reuniões, pa-

tras, Internet, livros, manuais de campanha, mídia eletrônica.

A seleção das fontes de pesquisa foi baseada em publicações de autores de reconhecida importância no meio acadêmico.

Resultados

A concretização de uma paz mundial e duradoura envolve previsível participação, cada vez maior, da ONU como gerenciadora do processo, e as operações de manutenção da paz têm sido os seus instrumentos mais visíveis para atuar no campo da paz e da segurança internacional. Enquanto os méritos das operações desenvolvidas pela Liga das Nações foram ofuscados pela impotência da organização diante da escalada de conflitos que levou à eclosão da Segunda Guerra Mundial, as missões criadas pela ONU foram-se consolidando gradualmente como uma das técnicas de gerenciamento de conflitos de maior aceitabilidade internacional para fazer prevalecer a paz e os meios pacíficos de solução das controvérsias, sobretudo após o término da Guerra Fria. Pelos serviços meritórios prestados em favor da paz mundial, essas operações foram agraciadas, em 1988, com o prêmio Nobel da Paz.

No artigo 4º da Carta Magna, encontram-se os princípios que regem as relações internacionais brasileiras e que são perfeitamente congruentes com o espírito que anima as operações de manutenção da paz, tais como: a promoção da paz, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

O ministro das Relações Exteriores, no governo Fernando Henrique Cardoso, o

chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 332), revelou que:

Os discursos no debate geral da Assembleia têm sido sempre aproveitados pela diplomacia brasileira para fazer uma apresentação das suas grandes linhas de política externa — e ocasionalmente de política mundial que o país considera mais relevantes.

Uma das vertentes da política externa brasileira defende uma reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas para torná-lo mais eficaz ao aumentar a sua legitimidade, o que se consegue através do aumento da sua representatividade. No discurso de abertura da 52ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1997, o chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 369) declarou que:

O Brasil, através do presidente Fernando Henrique Cardoso, já se manifestou pronto a aceitar as responsabilidades decorrentes da condição de membro permanente do Conselho de Segurança, se a isso for chamado pela comunidade internacional. Neste caso, o Brasil está determinado a desempenhar a função de membro permanente em representação da América Latina e do Caribe. Queremos que a nossa região não apenas esteja presente no Conselho de Segurança em caráter permanente, mas que, através de uma ampla coordenação e consulta, sua voz tenha ainda maior amplitude.

A participação do Brasil nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas é um dos principais fatores que têm possibilitado ao Brasil melhorar e ampliar suas credenciais de credibilidade e de autoridade

para atuar nas Nações Unidas.

No discurso pronunciado pelo chanceler Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 336) por ocasião da abertura dos trabalhos da 50ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 25 de setembro de 1995, este ressaltou:

Tropas brasileiras participam ativamente de vários esforços de manutenção da paz das Nações Unidas, particularmente em Angola, país que compartilha com o Brasil uma herança comum e que está, finalmente, a ponto de sanar as feridas abertas por anos de lutas intestinas. Estamos orgulhosos também do papel desempenhado por nossas tropas na transição pacífica para um governo democraticamente eleito em Moçambique.

Nesse contexto, de maior inserção do Brasil nos processos decisórios internacionais, evidenciada na busca da diplomacia brasileira junto às Nações Unidas, para a inclusão do Brasil no Conselho Permanente, é que as participações do Brasil nas operações de manutenção da paz têm dado suporte aos discursos dos diplomatas brasileiros na ONU e se tornaram um dos vetores de projeção do Poder Nacional do Brasil no cenário internacional. Esse vetor de projeção do Poder Nacional está constatado, também, em outro comentário do embaixador e ex-ministro de Estado Luiz Felipe Lampreia (1999, p. 360), que fora realizado na abertura da 52ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 22 de setembro de 1997:

Havíamos ingressado no Régime de Controle de Tecnologia de Mísseis e no Grupo de Supridores Nucleares, havíamos desempenhado um papel de liderança na negociação do Tratado para a Proscrição

Completa dos Testes Nucleares, havíamos anunciado a intenção de aderir finalmente ao TNP, tínhamos tido em bom desempenho na agenda ambiental das Nações Unidas, estávamos em Angola com a maior tropa enviada ao exterior pelo Brasil desde a Segunda Guerra Mundial, o presidente liderava grandes progressos internos em matéria de reforma agrária e direitos humanos e mostrava um perfil sereno de atuação e mesmo liderança internacional. Achei que isso nos dava uma certa autoridade para, parecendo-nos necessário, mudar o eixo do discurso na Assembleia Geral do reflexivo-analítico para o exortivo. Foi a experiência que fiz em 1997.

O Governo do ex-presidente brasileiro Luís Inácio Lula da Silva já se havia pronunciado, no cenário internacional, sobre a necessidade de reformulação do Conselho de Segurança das Nações Unidas, principalmente após o término da Guerra da coalizão Estados Unidos da América–Inglaterra contra o Iraque, além de apoiar a posição da ONU no centro de reconstrução do Iraque, respeitando a integridade e a soberania do país.

As operações de primeira geração podem ser catalogadas de 1948 a 1987, com exceção da Força de Segurança das Nações Unidas na Nova Guiné (UNTEA), entre 1962 e 1963, e a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964, que foram as precursoras das operações multidisciplinares. As operações clássicas estabeleceram importantes conceitos e princípios, dentre os quais podemos destacar: somente a expressão do consentimento assegura o respeito ao princípio de não intervenção em assuntos internos de um estado; o requisito indispensável do consentimento a

ser outorgado por governos legítimos, para a presença da operação em seu território; o caráter voluntário dos estados-membros nessas operações; a obediência ao princípio da imparcialidade, não emitindo juízo de valor sobre a situação prevalente no local; o uso da força somente em caso de legitima defesa e o uso restrito de armamento para não ser vista como ameaça. As operações clássicas de manutenção da paz procuraram resolver os efeitos e, muitas vezes, não detectaram ou não solucionaram as causas. Por isso, eram preponderantemente militares e envolviam atividades de: supervisionar um cessar-fogo, tréguas e armistícios; monitorar e observar zonas de separação de forças; supervisionar fronteiras; entre outras.

Com o término da Guerra Fria, a dissensão política entre os EUA e a União Soviética ocasionou um impacto sobre o papel das Nações Unidas no campo da paz e segurança internacionais. O afloramento de antagonismos étnicos, religiosos e a crescente universalização dos valores da democracia e do respeito aos direitos humanos provocaram um aumento do número de operação de manutenção da paz a partir de 1987.

Fontoura (1999, p. 80) analisa que:

As Nações Unidas ganhavam maior margem de ação no campo da paz e segurança internacionais, em razão, sobretudo, do crescente entendimento entre Moscou e Washington, que passaram a buscar, nos organismos multilaterais, maior legitimização para as suas iniciativas. Com efeito, sem os riscos de confrontações estratégicas, os EUA e a URSS passaram a considerar a ONU como opção de ação para resolver conflitos relacionados à paz e à segurança internacionais, notadamente

na promoção da estabilidade em áreas do mundo em que não desejavam atuar diretamente. Essa visão foi reforçada pela embaixadora Madeleine Albright, então representante dos EUA junto às Nações Unidas, em pronunciamento feito na Universidade de Georgetown, em novembro de 1993, que descreveu as operações de paz como instrumento para conter conflitos localizados que não ameaçassem a ordem internacional.

A proliferação de novas missões de paz alterou os conceitos e princípios antes existentes, trazendo uma abordagem mais abrangente e multidisciplinar às operações de paz, vistas em sua dimensão militar, política, eleitoral, policial, econômica, ecológica e humanitária. Tal expansão se deu pelo crescimento do espaço de atuação do CSNU, que passou a adotar critérios mais elásticos para definir o que constitui uma ameaça à paz e à segurança.

As OMP multidisciplinares ou de 2^a geração — que tiveram origem na Nova Guiné (UNTEA), entre 1962 e 1963, e na Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964 — predominaram no cenário internacional a partir de 1988. O alcance de suas atividades extrapola as tarefas militares, para participar e influir nas expressões política, econômica, científico-tecnológica e psicossocial da operação. Dentro deste enfoque, é que a participação do Brasil nas OMP multidisciplinares tem possibilitado ao país integrá-la, além de militares e policiais, com civis que tenham experiência em áreas como eleições, direitos humanos, administração pública, gerenciamento econômico, assistência humanitária, entre outras.

Dessa forma, com a participação do

Brasil nas OMP de 2^a geração, o país tem projetado o seu Poder Nacional no cenário internacional, influenciando nas expressões política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar das OMP.

O Brasil é um dos mais tradicionais contribuintes de militares para missões de paz das Nações Unidas, o que decorre basicamente de sua condição de membro fundador da Organização e de sua vocação para a defesa da paz e a solução pacífica dos conflitos — operações de paz com base no Cap VI da Carta da ONU —, princípios tão importantes que a Constituição Brasileira (BRA-SIL, 1999a) os consagra no Art. 4º:

A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I. Independência nacional;
- II. Prevalência dos direitos humanos;
- III. Autodeterminação dos povos;
- IV. Não intervenção;
- V. Igualdade entre os estados;
- VI. Defesa da paz;
- VII. Solução pacífica dos conflitos;
- VIII. Repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX. Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e
- X. Concessão de asilo político.

Discussão

Durante o processo de reestruturação das Forças Armadas, foram aprovados: a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, que trata das modalidades de emprego dos meios militares; o Decreto nº 3.080, de 10 de junho de 1999, que dispõe sobre a estrutura do Ministério da Defesa, e a Emenda Constitucional nº 23, de 2 de setembro de 1999, que adapta a Constituição à criação do

Ministério da Defesa. Essa legislação abordou expressamente a questão da participação de militares brasileiros em operações de paz, porém não elaborou normas específicas sobre o assunto, deixando de examinar a matéria em profundidade e fazendo com que normas adicionais tenham de ser aprovadas para cobrir as deficiências observadas na prática.

Para Fontoura (1999, p. 235), diante da limitação da legislação acima citada,

A Lei nº 2.953, de 17/11/56, continua a ser a única norma no direito interno que regulamenta efetivamente o envio de tropas brasileiras ao exterior em tempo de paz. Tal lei o condiciona à autorização do Congresso Nacional. Não há lei que discipline o envio de observadores militares, policiais e civis (pessoal desarmado) para Operações de Manutenção da Paz.

A maior parte dos gastos decorrentes do envio de contingentes armados será paga a brasileiros ou empresas no Brasil, ou seja, praticamente não existe uma evasão de recursos da economia brasileira.

As licitações promovidas pela ONU para fornecer bens e serviços às operações de manutenção da paz permitem às empresas brasileiras uma grande oportunidade de investimentos.

Até hoje, a empresa brasileira Norberto Odebrecht foi a única que venceu licitação para prestar apoio às operações de manutenção da paz e, em parceria com a *Raytheon Service Company*, ganhou concorrência para fornecer apoio logístico à UNAVEM III, em Angola.

Fontoura (1999, p. 283) indica que o contrato da Norberto Odebrecht, que se

estendeu de junho de 1995 a fevereiro de 1998

era da ordem de aproximadamente US\$ 40 milhões, mais do que o montante dos reembolsos recebidos pelo Brasil por conta da participação de nossas tropas na ONUMOZ, e na UNAVEM III, que somou, até julho de 1999, cerca de US\$ 36 milhões.

A excelente iniciativa do Exército Brasileiro, de viabilizar a viagem de jornalistas, em voos de suprimento das tropas, para visitar o contingente militar brasileiro em Moçambique (Operação das Nações Unidas em Moçambique -ONUMOZ), em Angola (UNAVEM III) e no Haiti (MINUSTHA), possibilitou que a mídia participasse das operações diárias de patrulhamento do contingente brasileiro, assim como mantivesse contatos com a população civil da região supervisionada pelo Brasil. As reportagens veiculadas pela imprensa sobre a participação brasileira nas OMP das Nações Unidas na África e mais recentemente no Haiti, tiveram uma repercussão muito positiva na opinião pública. O resultado deste esforço foi uma interação maior entre o Itamaraty, as Forças Armadas e a imprensa.

A Escola Superior de Guerra (1998, p. 54) conceitua a projeção do Poder Nacional como sendo

O processo pelo qual a Nação aumenta, de forma pacífica, sua influência no cenário internacional, através da manifestação produzida com recursos de todas as expressões do Poder Nacional.

A aprovação, pelo presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, da Es-

tratégia Nacional de Defesa (END), através do Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008, constituiu-se em um marco histórico na evolução do pensamento de defesa em nosso país. Pela primeira vez, o poder político tomou a si a responsabilidade de definir os parâmetros que balizarão a evolução do segmento militar no contexto da estrutura de defesa nacional, o que faz recair sobre as Forças renovadas atribuições, principalmente no sentido de apresentar planejamentos com capacidade de respaldar e motivar decisões políticas e econômicas por parte do Governo Federal.

A END tem como um de seus objetivos (2008, pag. 62) promover o incremento do adestramento e da participação das Forças Armadas em operações de paz, integrando força de paz da ONU ou de organismos multilaterais da região, de acordo com os interesses nacionais expressos em compromissos internacionais. Para alcançar esse objetivo, a END orienta o Ministério da Defesa para promover ações com vistas ao incremento das atividades de um Centro de Instrução de Operações de Paz, de maneira a estimular o adestramento de civis e militares ou de contingentes de segurança pública, assim como de convidados de outras nações amigas. Para tal, prover-lhe-á o apoio necessário a torná-lo referência regional no adestramento conjunto para operações de paz e de desminagem humanitária.

De acordo com a Diretriz Geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014 (2011, pag. 5), o sistema internacional experimenta transformações profundas e aceleradas. Há incertezas no horizonte imediato de uma nova ordem, que o

Brasil almeja multipolar. Nessa conjuntura, existem muitas oportunidades para os países chamados emergentes ou novos atores globais, entre eles o Brasil, que tendem a participar, cada vez mais, dos grandes processos decisórios mundiais. O cenário descrito, portanto, exige disposição e ação das instituições brasileiras, afi incluído o desenvolvimento das capacidades necessárias ao Exército para respaldar a atuação do Brasil nas áreas de interesse estratégico do país.

Nesse contexto, o Gen Ex Enzo Martins Peri, Cmt do Exército, em sua Diretriz Geral (2011, pag. 25), ressalta a importância de aprimorar, continuamente, o preparo referente às missões de paz. Tendo em vista que missões dessa natureza, além de elevar a motivação profissional e aprimorar o preparo individual e coletivo, fornecem valiosos subsídios ao Sistema de Doutrina Militar Terrestre (SIDOMT).

O Projeto de Força do Exército Brasileiro (PROFORÇA), fiel à metodologia de planejamento, programação e orçamentação (2012, pag. 3) apresenta as diretrizes para a concepção e a evolução da Força para 2031, com marcos temporais em 2015 e 2022. É dinâmico, interativo, inovador, permeia todo o Exército e é adaptável às incertezas que os conflitos do futuro impõem. O PROFORÇA orienta o processo de transformação por meio de diretrizes para os vetores de transformação (VT): Ciência & Tecnologia; Doutrina; Educação & Cultura; Engenharia; Gestão; Recursos Humanos; Logística; Orçamento & Finanças e Preparo & Emprego.

Na cena mundial, são esperados crescentes fatores de instabilidade, como

a disputa por escassos recursos naturais, a migração descontrolada e a degradação ambiental. A esses fatores se associam "novas ameaças", como terrorismo, narcotráfico, crime organizado, proliferação de armas de destruição em massa, ataques cibernéticos e a temática do meio ambiente, as quais afetarão, ou continuarão a afetar, a conjuntura da segurança e da defesa no futuro próximo. Questões relativas a etnias, movimentos sociais e de cunho revolucionário ou ideológico, que extrapolam o território de um país, podem ser focos de tensão entre estados. A moldura das guerras do futuro estará relacionada a esses fatores de risco. O PROFORÇA incluiu a aquisição de capacidades relacionadas às chamadas "novas ameaças".

Segundo uma apreciação contida no PROFORÇA (2012, pag. 8), existe uma tendência de a opinião pública (população) integrar o centro de gravidade dos conflitos. A versão da notícia deverá permanecer decisiva para a conquista da opinião pública e para o êxito das operações. A batalha pela comunicação (mídia, operações psicológicas etc.) será primordial para o sucesso das campanhas.

Para as Forças Armadas, a participação brasileira em OMP, traz muitos benefícios. Permite melhor adestramento aos seus integrantes, possibilitando aos oficiais e soldados a oportunidade de participar de operações militares de envergadura, além de proporcionar aos militares, a experiência na organização de operações complexas, aumentando assim a capacidade de defesa do país.

Essa participação, na composição das missões de observação e das forças de paz, pode complementar a formação do pessoal brasileiro na doutrina de defesa nacional... (CARDOSO, 1998, p. 141)

Para melhor acompanhar a evolução das operações das quais o Brasil participava e defender os interesses nacionais, o Itamaraty e as Forças Armadas empenharam-se, nos últimos anos, em aumentar a presença brasileira em diferentes atividades das OMP, especialmente na ocupação de postos-chave, tanto no terreno como no Departamento de Operações das Nações Unidas (DPKO) em Nova Iorque. Para Fontoura (1999, p. 216, grifo nosso) a experiência acumulada pelo Brasil revela que:

A seleção de militares para cargos de chefia responde a **critérios eminentemente políticos**, num processo em que interagem, em graus distintos, interesses dos principais países que contribuem com tropas, do Secretariado, das partes em conflito, dos países vizinhos ao conflito e do país convidado a fazer a cessão do oficial-general.

Além da oportunidade de o Brasil vir a preencher cargos de chefia nas OMP, o Itamaraty e as Forças Armadas consideraram, em 1993, que a cessão gratuita de oficiais para o DPKO, sem ônus para a ONU, deveria ser explorada para tentar influenciar o planejamento e a execução das diferentes operações das Nações Unidas. O Brasil foi formalmente convidado a integrar o DPKO em 1994.

Os Militares cedidos tiveram acesso a informações sobre a montagem de mis-

sões de observação e forças de paz e puderam acelerar a tramitação interna dos pedidos de reembolso e de indenizações.

Em 30/06/98, o Brasil era o quinto maior contribuinte de pessoal cedido gratuitamente, com sete militares cedidos, após os EUA (11), a França (10), a Itália (09) e o Reino Unido (8). (FONTOURA, 1999, p. 219)

A maioria dos militares cedidos ao DPKO era procedente de países desenvolvidos. Tal fato, que se repetia em outros departamentos da ONU, estava gerando desequilíbrio na distribuição de cargos e funções nas Nações Unidas, com repercussão negativa para a imagem de universalidade e de imparcialidade da organização. Tendo em vista esta situação, a Secretaria Geral das Nações Unidas (SGNU) decidiu, em 1998, que os militares cedidos servindo no DPKO teriam turnos de serviço encerrados até fins de fevereiro de 1999.

Relevância do estudo

Tendo em vista o cenário internacional atual e as perspectivas, no futuro próximo, de utilização das operações de manutenção de paz (OMP) da Organização das Nações Unidas (ONU), cumpre refletir sobre a relevância desse instrumento para o Brasil e, particularmente, para a Política Externa Brasileira.

Este trabalho pretende contribuir para maior conhecimento do assunto, tendo em vista que, cada vez mais, os centros acadêmicos, a classe política, a mídia e a população em geral demonstrem maior interesse pelos temas internacionais, sendo de suma importância que se proceda a

uma análise e a uma reflexão da projeção do Poder Nacional Brasileiro nas OMP das Nações Unidas.

Considerações finais

A partir de 1988, surgiram as OMP multidisciplinares, cujas atividades procuraram repercutir sobre as causas do conflito, incorporando tarefas militares, além de outras de cunho civil e humanitário, com irradiação sobre todo o território de um país. Nesse novo modelo de OMP, seus integrantes têm sido chamados a desempenhar tarefas novas e mais complexas, além das tarefas militares que predominavam nas OMP clássicas. As OMP multidisciplinares incluem tarefas como supervisão do respeito aos direitos humanos, apoio à implementação de reformas constitucionais, judiciais e eleitorais e auxílio à retomada das atividades econômicas e à reconstrução nacional, incluindo a reparação da infraestrutura física do país anfitrião. Com a participação brasileira nas OMP multidisciplinares, o Brasil tem projetado o seu Poder Nacional no cenário internacional através das expressões política, econômica, científico-tecnológica, psicossocial e militar.

O país tem, portanto, credenciais que o habilitam e até o impelem a participar ativamente do debate sobre o reordenamento do mundo pós-Guerra Fria, que inclui a questão de paz e segurança mundiais. Essa participação ativa visa a evitar que a ordem mundial seja construída em detrimento dos interesses nacionais. As discussões ocorridas em 1997 e 1998 sobre o uso da força pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) ou coalizões *ad hoc* sem o necessá-

rio respaldo do CSNU, os bombardeios da OTAN contra a República Federativa da Iugoslávia (RFI) e, posteriormente a guerra da coalizão EUA–Inglaterra contra o Iraque em 2003, ao arrepio do Artigo 53 da Carta das Nações Unidas, salientam os riscos de que o reordenamento mundial, no campo da paz e segurança, seja desenhado apenas tendo em vista os interesses das grandes potências.

Aos países democráticos desvinculados de esquemas de poder, como o Brasil, interessa o fortalecimento do sistema multilateral, única base plausível para a construção de uma ordem internacional que não se fundamente na desigualdade e na força. Especialmente, o Brasil deve continuar valorizando as Nações Unidas — organização de maior universalidade e legitimidade no campo de paz e da segurança — bem como seu principal instrumento de atuação nessa área, as OMP.

O Brasil já deixou claro que assumirá suas responsabilidades como membro permanente do CSNU, caso assim o deseje a comunidade internacional. Nesse sentido, também é natural que o Brasil demonstre interesse na paz e na segurança internacionais, competência precípua do Conselho.

A crítica de que a participação com tropas em forças de paz é onerosa e de que os recursos para financiá-la podem ser empregados no campo social procede apenas em parte, pois não leva em consideração outros aspectos relevantes. Como membro da ONU, o Brasil paga contribuições anuais obrigatórias tanto para o orçamento regular como para o orçamento das operações de manutenção da paz. Esses recursos são em parte repassados para os países que contri-

buem com pessoal e equipamento. É verdade que os reembolsos da ONU sempre serão menores do que as despesas com envio de tropas brasileiras. Porém, a maior parte dos gastos decorrentes do envio contingentes armados será paga a brasileiros ou empresas no Brasil, ou seja, praticamente não existe uma evasão de recursos da economia brasileira, e os equipamentos adquiridos serão usados posteriormente pelas Forças Armadas.

Ademais, a possibilidade de participação de empresas brasileiras nas licitações promovidas pela ONU para fornecer bens e serviços às operações de manutenção da paz poderia ser uma vertente mais bem explorada pelo Brasil. Embora não seja um pré-requisito para participar das concorrências promovidas pela ONU, os países que cedem pessoal criam, por meio da interação com o Secretariado, canais informais de comunicação e costumam ter acesso a informações primeiros. A única empresa brasileira que já venceu uma licitação para prestar apoio às OMP foi a Norberto Odebrecht, que ganhou concorrência junto com a *Raytheon Service Company* para fornecer apoio logístico à UNAVEM III. O contrato, que se estendeu de junho de 1995 a fevereiro de 1998, era da ordem de aproximadamente US\$ 40 milhões, mais do que o montante dos reembolsos recebidos pelo Brasil por conta da participação de nossas tropas na ONUMOZ e na UNAVEM III, que somou, até julho de 1999, cerca de US\$ 36 milhões. O exemplo da Norberto Odebrecht revela o potencial ainda pouco explorado pelas empresas brasileiras nesse campo.

Conviria, portanto, ao governo brasi-

leiro, à luz de seu interesse estratégico e do momento de ajuste econômico e financeiro por que passa, adotar uma política criteriosa de escolha das missões em que deva participar. A palavra-chave na decisão sobre quando e como participar é a seletividade. A mesma seletividade que se tem exercido até aqui, nos limites da disponibilidade imediata dos recursos. À diferença que, demarcada a decisão de participar seletivamente, poder-se-á, paralelamente, iniciar o processo para obtenção dos recursos que viabilizam um leque maior de opções.

A missão do Brasil junto às Nações Unidas poderia solicitar ao Secretariado da ONU soluções para as questões associadas à prestação de apoio logístico aos contingentes no terreno, ao pagamento de indenizações por morte ou invalidez e aos reembolsos devidos por conta da cessão de pessoal e equipamentos; realizar gestões para garantir, na medida do possível, que brasileiros exerçam cargos de chefia nas OMP e emprestar sempre que factível, o peso do Governo brasileiro aos pleitos das empresas brasileiras nas concorrências de que participam para fornecer bens e serviços às operações de paz da Organização.

Para as Forças Armadas, a participação brasileira em OMP oferece a possibilidade de acelerar o processo de modernização e profissionalização de seus efetivos, promove

a valorização dos militares perante a sociedade, projetando uma imagem positiva das Forças Armadas junto à opinião pública. Porém, a participação das Forças Armadas nas OMP não substitui o necessário investimento em defesa nacional. Não obstante isso e, no caso específico do Brasil, onde o nível desse investimento já é insuficiente, caberá explorar a complementariedade entre as duas atividades, em termos de qualificação de pessoal e de domínio de técnicas e procedimentos, e valer-se também dessa participação como alavanca adicional para a obtenção de recursos.

A experiência brasileira habilita o país a continuar contribuindo ativamente com a sua presença nas OMP. O governo brasileiro precisa manter posição equilibrada que permita ao Brasil continuar participando das OMP, à luz das disponibilidades de recursos financeiros, humanos e sempre de acordo com seus interesses nacionais.

Enfim, conclui-se este trabalho com um valioso comentário do diplomata José Sena Cardoso (1998, p. 152) sobre a participação do Brasil nas OMP e as intervenções nos órgãos das Nações Unidas:

Será, no entanto, o único [instrumento] capaz de melhor projetar o interesse nacional e de qualificar o país para continuar a interagir, com seu peso e sua identidade, em um sistema internacional que se quer pluralista e democrático. ☺

Referências

- ARANHA, Oswaldo. *Discurso na primeira sessão especial da assembleia geral das Nações Unidas*. [S.l.: s.n.], 1947.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. *NBR 6023: informação e documentação: referências-elaboração*. Rio de Janeiro, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional nº 20, de 15-12-1988. 21. ed. São Paulo: Saraiva, 1999a.

_____. Decreto n. 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 dez. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm>. Acesso em: 13 ago. 2013.

_____. Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 109-A, 10 jun. 1999b, Seção 1, p. 1.

_____. Lei nº 2.953, de 17 de novembro de 1956. Fixa normas para remessa de tropas brasileiras para o exterior. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n. 266, 20 nov. 1956, Seção 1, p. 21954.

CARDOSO, Afonso José Sena. **O Brasil nas operações de paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1998.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). **Fundamentos doutrinários da Escola Superior de Guerra**. Rio de Janeiro, [s.n.], 1998.

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (Brasil). **Formatação de trabalhos acadêmicos**. Rio de Janeiro: ECEME, 2008.

FONTOURA, Paulo Roberto Campos Tarrisse da. **O Brasil e as operações de manutenção da paz das Nações Unidas**. Brasília, DF: Instituto Rio Branco, 1999.

LAMPRÉIA, Luiz Felipe. **Diplomacia brasileira: palavras, contextos e razões**. Rio de Janeiro: Lacerda, 1999.

NAÇÕES UNIDAS. **Carta das Nações Unidas**. Nova Iorque: Nações Unidas, Departamento de Informação Pública, 1945.

_____. **Uma agenda para a paz**. Doc. A/47/277-S/24111. Nova Iorque, [s.n.], 1992.

_____. **Suplemento de uma agenda para a paz**. Doc. A/50/60-S/1995/1. Nova Iorque, [s.n.], 1995.

PERI, Enzo Martins. **Diretriz geral do Comandante do Exército para o período de 2011-2014**: decreto de 1 jan. 2011, publicado na Seção 2 do Diário Oficial da União – Edição Especial. Brasília: Ministério da Defesa, 2011.

PROFORÇA: Projeto de Força do Exército Brasileiro: 2031. [S.l. : s.n., 2011?]. 20 p. Disponível em: <http://www.exercito.gov.br/document_library/get_file?uuid=b8fd062b-d6c0-431f-a931-1d7ad6facc&groupId=1094704>. Acesso em: 13 ago. 2013.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

A Função Logística de Saúde na Guerra da Tríplice Aliança

Diagnóstico gerencial e ensinamentos

Heider Teixeira de Santana¹

Introdução

A Guerra da Tríplice Aliança (GTA) foi um conflito armado ocorrido na segunda metade do século XIX, que envolveu, de um lado, o Império do Brasil, aliado à Argentina e ao Uruguai, e, de outro, o Paraguai. A Historiografia sobre essa Guerra passou por transformações e reúne historiadores dos quatro países envolvidos no conflito e de outras nacionalidades. Durante e após o término da Guerra, a explicação de suas causas se limitava às aspirações de expansão descontroladas de Solano Lopes, como se vê, por exemplo, na obra do historiador brasileiro general Fragoso (1959).

Este trabalho tem como tema a Função Logística de Saúde na Guerra da Tríplice Aliança: diagnóstico gerencial e ensinamentos. O trabalho em tela concentrou-se na Função Logística de Saúde (FLS) desenvolvida na Guerra da Tríplice Aliança e baseada na concepção adotada pelo Ministério da Defesa acerca da Logística Militar Terrestre, de acordo com as definições

desse Ministério citadas em Brasil (2003). Assim, explorou-se, no nível estratégico, o gerenciamento das atividades e tarefas logísticas utilizadas para atender àquela Função Logística, colhendo-se, a partir daí, os respectivos ensinamentos.

Desenvolvimento

Antecedentes da Função Logística de Saúde no Brasil

A situação que antecede a Guerra da Tríplice Aliança

Nos anos que antecederam a GTA, houve descuido por parte do Império do Brasil quanto aos assuntos militares, situação sobre a qual Boiteux (2000, p. 44-61) assim se expressou:

[...] o bravo Exército que levou nas suas fileiras, para a invasão do Uruguai, em 1851, 16 mil homens, teve aos poucos seu efetivo diminuído de tal modo que, na intervenção no Uruguai, em 1864, pôde apenas concentrar, em Piraí-Grande, 4.500 homens para apoiar o ultimátum de Saraiva. Mais tarde, esse efetivo se elevou,

¹ O autor é oficial do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro e possui o Curso de Comando e Estado-Maior (ECEME), Mestrado em Ciências Militares (ECEME); Política, Estratégia e Alta Administração do Exército (CPAEx-ECEME); MBA-Logística Empresarial (FGV); MBA-Executivo (FGV); Docência do Ensino Superior (FGV).

com incríveis esforços, a sete mil homens, quase desprovido, porém, de todo o material que lhe era indispensável.

Schneider (1902) mencionou que, em 1862, Feliciano de Carvalho, cirurgião-mor do Exército e chefe do Corpo de Saúde, enviou ao ministro de estado dos Negócios da Guerra o *Relatório Anual do Corpo de Saúde* referente ao ano anterior, descrevendo a condição na qual se encontrava o Corpo de Saúde pouco antes do início da GTA. Havia deficiência no efetivo de profissionais de Saúde, com apenas 136, dos 152 médicos previstos para mobiliar as organizações militares do Exército, e os farmacêuticos eram apenas 20. No mesmo relatório, sugeriu ao ministro dos Negócios da Guerra a criação de uma "Escola Prática de Medicina, Cirurgia e Farmácia Militar" para melhorar a instrução dos médicos e farmacêuticos. O relatório dizia também que o Hospital da Corte já se encontrava sem capacidade para atender à demanda de pacientes. Situação idêntica ocorria nas enfermarias das unidades do Exército. Schneider diz, também, que o cirurgião-mor do Exército informou ao ministro da Guerra, ainda, por meio do *Relatório Anual do Corpo de Saúde*, que os Hospitais Militares das províncias precisavam de consertos e reformas, além de limpeza geral, haja vista a precariedade das instalações e as péssimas condições de higiene que se encontravam as enfermarias, exceto as do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso.

Em 1864, o Exército Imperial possuía deficiências em armamento, equipamento e adestramento. Além disso, seu efetivo não era suficiente, levando-se em conta a exten-

são territorial brasileira e os conflitos que aconteciam com frequência na região do Rio da Prata. Jourdan (1893) ilustra como se encontrava a tropa do Exército Imperial no sul do Brasil. Na campanha do Uruguai, por exemplo, do efetivo previsto de 4.825 homens, o marechal Menna Barreto contava apenas com 2.747, que se somaram aos 3.818 soldados de Osório. Este efetivo, a maioria da Guarda Nacional, achava-se mal montado e armado, cabendo destacar que os artilheiros não tiveram tempo para se familiarizar ou adestrar com as peças raiadas (cada um atirou apenas quatro vezes). Sob a ordem de Menna Barreto — segundo Jourdan (1893) o objetivo era "organizar com pressa e marchar" —, iniciou-se o deslocamento da tropa com destino ao Uruguai. Dessa maneira, a primeira de dezembro, a tropa partiu, deixando as carretas com munição em Pirahy Grande, transportando nos armões¹, com apenas 70 tiros por peça, quantidade de munição considerada como insuficiente. Não conduziram para Paissandu a artilharia de sítio, engenheiros ou companhia de sapadores ou pontoneiros². Quanto ao apoio de Saúde, as cirurgias realizadas seguiam as mesmas características das que foram feitas em outros conflitos da época. As deficiências aconteceram mais pela falta de meios e medicamentos do que pela deficiência profissional dos homens.

No período antecedente à GTA, o Corpo de Saúde do Exército se encontrava organizado, porém de forma embrionária. Sua estrutura não foi improvisada, e seus quadros possuíam a competência necessária para a guerra, cabendo destacar que não se supunha ou se imaginava que dimensões o

conflito iria tomar, fosse quanto à duração ou ao efetivo que seria empregado. No entanto, o Corpo de Saúde do Exército não estava preparado para enfrentar uma situação de guerra como a da Tríplice Aliança. Não existia uma doutrina militar¹⁹ de emprego para a prestação dos serviços correlatos, mas sim rotinas estabelecidas e aplicadas de acordo com as diretrizes dos comandos e a iniciativa dos cirurgiões.

A seleção e o recrutamento do pessoal foram realizados com a preocupação de que o nível profissional dos médicos, farmacêuticos e enfermeiros mobilizados fosse o melhor possível, embora, no decorrer da guerra, para atender necessidades imediatas da tropa em determinadas situações, tenha sido priorizada a quantidade em detrimento da qualidade, o que, no entanto, não deve ser generalizado. Contudo, do mesmo modo como ocorria com a tropa combatente, que se achava desequipada, havia deficiência de meios materiais disponíveis ao Corpo de Saúde.

Paissandu capitulou a dois de janeiro de 1865, quando as tropas brasileiras contavam com 5.000 homens que pertenciam à Divisão de Menna Barreto e 1.500 do general Antônio de Souza Neto. No total, a tropa de Menna Barreto sofreu 400 baixas, sendo 178 mortos e 322 feridos. Desses, os mais graves foram evacuados para Buenos Aires, haja vista que os hospitais militares brasileiros encontravam-se muito afastados (Bagé/RS). A equipe médica da Campanha era constituída por um cirurgião-mor e, respectivamente, quatro e cinco 1º e 2º cirurgiões.

Terminada a Campanha do Uruguai, Osório informou ao Governo Imperial, so-

bre a situação da tropa no que diz respeito ao estado de saúde como sendo "nem mau, nem se pode considerar bom, porque as águas más de que se tem servido hão produzido disenterias em grande número de praças", conforme descreve. Ainda de acordo com Academia Militar das Agulhas Negras (2001), Osório salientava que, nas condições em que se encontrava a tropa, por certo iria "ter brevemente um grande número de doentes". Corroborando a resposta de Osório dada ao Governo Imperial, Andrade Neves informava a situação de sua brigada, relatando que os médicos diziam não ter remédios para tratar dos soldados.

A cinco de janeiro de 1865, chegou a Montevidéu o 2º cirurgião João Severiano da Fonseca, que passou a integrar o 1º Batalhão de Artilharia a Pé, sendo designado para chefiar o Corpo de Saúde da Brigada de Ocupação. Cabe aqui mencionar que, devido ao seu precário estado de saúde, o marechal Menna Barreto havia solicitado deixar o comando da tropa, sendo substituído, em primeiro de março de 1865, pelo general Manoel Luiz Osório, lembrando que, nessa ocasião, a Província de Mato Grosso já havia sido invadida pelas tropas de Solano López.

Posteriormente, a 27 de abril daquele ano, João Severiano seguiu para Paissandu como médico da Divisão, assumindo então a chefia da Enfermaria dos Pontões, localizada às margens do Rio Uruguai. Por solicitação própria, em junho, João Severiano se apresentava no 1º Corpo de Exército, participando da marcha até as barrancas do Rio Paraná, integrando a 8ª Brigada de Infantaria, depois transferido para a Brigada de

Artilharia. Em seguida, passou a integrar a 5^a Seção do Hospital Ambulante.

O atendimento médico

No desenrolar dos combates, realizava-se o atendimento em primeiro escalão¹⁶ e, após isso, sempre que possível, os feridos eram atendidos e transportados para a retaguarda, imediatamente atrás da linha de fogo, onde recebiam o atendimento inicial nos hospitais de sangue¹⁷.

Os feridos graves que necessitavam maiores cuidados eram evacuados para os hospitais fixos, bem mais afastados da linha de fogo que os hospitais de sangue. Foram estabelecidos hospitais fixos em Desterro (atual Florianópolis), São Borja, Montevidéu, Salto, Concórdia, Corrientes, Itapiru, Tuiuti, Cerrito, Humaitá, Chaco, Vileta, Assunção, Bagé, Uruguaiana e Rio de Janeiro. Os hospitais fixos de Desterro e Montevidéu e do Rio de Janeiro recebiam os pacientes sem recuperação para o combate, conforme o relato de Academia Militar das Agulhas

Negras (2001). Registre-se que, em determinados momentos, chegou-se a construir hospitais de madeira, como foi o caso do Hospital de Corrientes. Quando não era possível a evacuação para os hospitais de sangue ou fixos, ao término do combate, os médicos e seus auxiliares percorriam o campo de batalha em busca de feridos, o que nem sempre se constituía em tarefa fácil. Os baixados, uma vez atendidos, retornavam à linha de frente ou eram evacuados para instalações mais à retaguarda, ou seja, enfermarias ou hospitais fixos.

Empregavam-se os mais variados meios para a evacuação das baixas, dos mais rudimentares ao mais sofisticados para a época, semelhantes aos utilizados pelos exércitos europeus. Assim, como meios de evacuação, tinham-se as padiolas; as cadeiras ou liteiras; o *cacolet*; a rede; a pelota feita de couro de boi amarrado, que formava um tipo de bote para transposição de curso d'água; o carro de boi; a carreta de artilharia; e as carruagens para feridos tracionadas

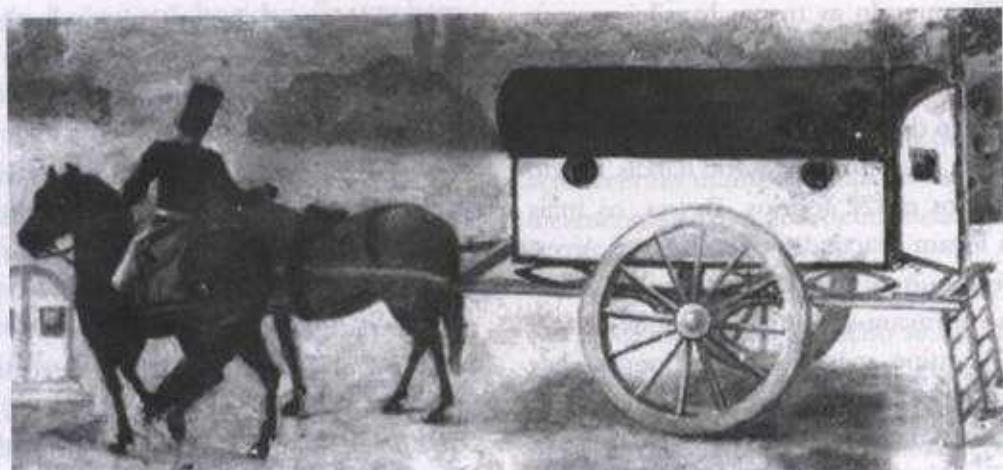


Figura 1 – Ambulância de Larrey

Fonte: Portraits Médecins¹⁸

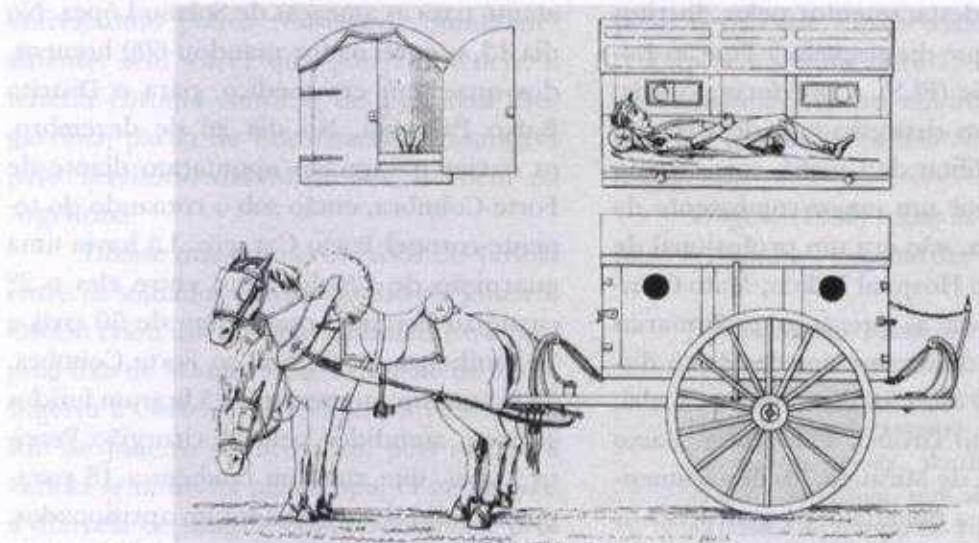


Figura 2 – Ambulância de Larrey

Fonte: Portraits Médecins^{vi}

por mulas ou cavalos, conhecidas como ambulâncias de Larrey, adquiridas pelo Brasil desde os meados do século XIX, inicialmente da Alemanha e posteriormente da França. Larrey, médico de Napoleão, inspirava os cirurgiões brasileiros. Para ele, a mobilidade e o conforto do paciente eram fundamentais. Segundo Silva (2007), “teoricamente, o marco da criação da ambulância projetada deve-se ao médico Dominique Jean Larrey (1766-1842) considerado ‘Pai da Medicina Militar’”. As figuras adiante mostram exemplos das ambulâncias projetadas por Larrey.

As ambulâncias de farmácia ou ambulâncias cirúrgicas de campanha eram maletas de mão onde se transportavam os medicamentos, instrumentos e outros materiais médicos. As ambulâncias cirúrgicas se constituíam em caixas ou mochilas, dependendo do volume a ser transportado ou os meios para transportá-las. Nas ambulâncias, seguia também o material de pensos. As maletas

de mão e as ambulâncias eram recipientes padronizados, servindo tanto ao Exército como à Marinha. Por necessidade de momento, em várias oportunidades, uma Força Armada supriu a outra com esse ou aquele medicamento ou material necessário e não disponível em determinadas ocasiões. Como não havia depósitos específicos que servissem de postos de suprimento intermediários de material de saúde, os medicamentos permaneciam estocados nas boticas ou nas enfermarias dos hospitais fixos.

O Corpo de Saúde nas operações sob o comando de Bartolomeu Mitre

A Função Logística de Saúde durante a Ofensiva Paraguaia

Conforme quadro demonstrativo do visconde do Rio Branco, descrito por Schneider (1902), na Província de Mato Grosso havia o efetivo de 875 homens, distribuídos

em pequenos destacamentos pelos distritos militares. No que diz respeito à Função Logística de Saúde (FLS), a província possuía, desde 1852, um cirurgião-mor do Exército e o Hospital Militar de Cuiabá, cuja direção era exercida por um major combatente da reserva, ou seja, não era um profissional de saúde. Além do Hospital Militar, Mato Grosso possuía ainda as precárias enfermarias existentes nos destacamentos dos cinco distritos militares, estes localizados em Cuiabá, Cidade de Mato Grosso, Vila Maria, Baixo Paraguai e Vila de Miranda. Os destacamentos que tinham a finalidade de guarnecer os locais e os contingentes voltados para o Paraguai eram os seguintes: Forte Coimbra, Corumbá, Vila Miranda, Nioaque e as colônias militares de Dourados e Miranda.

No relatório do ministro dos Negócios da Guerra de 1864, descrito em Brasil (1864, p. 11-12), consta que “o efetivo militar existente, no momento da invasão, era de 1.327 homens, e o estado da província uma lástima” cuja extensão de fronteira a defender era de 400km. Segundo Jourdan (1893), desses homens, somente 600 poderiam ser considerados prontos para o combate. Em 1864, existiam apenas oito médicos na Província de Mato Grosso, distribuídos pelos distritos militares da seguinte forma: três em Cuiabá, dois em Vila de Miranda e um, respectivamente em Cidade de Mato Grosso, Baixo Paraguai e Vila Maria. Quanto ao farmacêutico, havia somente um em toda a província.

No dia 10 de outubro de 1864, o governador de Mato Grosso foi alertado pelo ministro brasileiro em Assunção e pelo Almirante Tamandaré que deveria permanecer

atento para as ameaças de Solano López. No dia 13, o governador mandou 600 homens, dos quais um era médico, para o Distrito Baixo Paraguai. No dia 26 de dezembro, os navios paraguaios apontaram diante de Forte Coimbra, então sob o comando do tenente-coronel Porto Carrero. Lá havia uma guarnição de 120 homens, entre eles o 2º cirurgião Pereira Lopes, além de 50 civis e 70 mulheres. No ataque ao Forte Coimbra, 33 brasileiros morreram e 23 ficaram feridos e foram atendidos pelo 2º cirurgião Pereira Lopes, que atendeu também a 18 paraguaios feridos, os quais foram aprisionados, conforme o relato de Fragoso (1959). Após dois dias de combate, Porto Carrero evacuou o Forte, no vapor Anambahy, sem que o inimigo percebesse.

Por ocasião da invasão paraguaia à Província de Mato Grosso, não houve atuação marcante do Corpo de Saúde, salientando-se que, em alguns destacamentos, sequer havia médicos. Dos médicos existentes na região, somente o que se encontrava no Forte Coimbra esteve sob fogo inimigo. Os demais acompanharam as tropas em retirada.

A Função Logística de Saúde na Invasão do Rio Grande do Sul

Em março de 1865, o efetivo do Exército Imperial que se encontrava no Uruguai sob o comando do general Manoel Luiz Osório era de 9.466 homens, dos quais, 17 médicos. Desses, dez haviam atuado no ataque a Paissandu, conforme detalha Fragoso (1959).

No dia 13 de abril de 1865, o general Robles entrou na província argentina de Corrientes, com cerca de 22.000 homens,

enfrentando pouca resistência. Simultaneamente, sem sofrer qualquer resistência, o tenente-coronel Antônio de La Cruz Estigarribia, partia de Encarnación e avançava pelo Território das Missões, também na Argentina.

Diante dos inúmeros casos de varíola entre os soldados vindos do Rio de Janeiro, Osório criou um hospital ambulante e o hospital fixo de Montevidéu. Em maio de 1865, sugeriu à Corte que os soldados viessem do Rio de Janeiro já vacinados, pois não só a varíola se difundia pela tropa. O sarampo e a diarreia de sangue também estavam presentes. Os que mais sofriam eram os batalhões de voluntários, oriundos do nordeste brasileiro, pois o frio agrava a situação dos homens não aclimatados. Apenas a cavalaria rio-grandense resistia, conforme o descrito em Academia Militar das Agulhas Negras (2001).

Em 10 de junho, Estigarribia, com cerca de 10.000 homens, partiu de San Thomé para transpor o Rio Uruguai e invadir São Borja. Sob o comando do major Pedro Duarte, 2.300 paraguaios seguiram para o Sul, em direção a Passo de Los Libres através da margem direita daquele rio.

Estigarribia conquistou São Borja, Itaqui e Uruguaiana, esta última no dia cinco de agosto. A resistência brasileira nessas localidades não foi suficiente para conter o avanço dos paraguaios. Todavia, as perdas brasileiras foram pequenas, mesmo a tropa não dispondendo de apoio de saúde adequado.

Por ocasião da conquista de Uruguaiana por Estigarribia, as tropas brasileiras que combatiam desde São Borja se encontravam em péssimo estado, segundo relato do ca-

pitão Fernandes, citado assim por Fragoso (1959) “sempre em alarme, mudando constantemente de campo, em marcha e contra-marcha, muitas vezes sem abarracamento e bagagem”.

Fragoso (1959) relata as palavras do capitão Fernandes a respeito das 1^a e 2^a Divisões:

[...] passavam privações e miséria. Não tinham mais que pura carne magra e cansada, e muitas vezes, esta mesma faltou. Completamente nus, sem soldo há muitos meses, abatidos pela fome, mortos de fadiga, sem abarracamento e expostos ao tempo no rigor do inverno, os soldados começaram, desde logo, a povoar os hospitais, que nunca passavam de improvisadas enfermarias, onde tudo faltava, tudo era um perfeito caos; faleceram muitas praças, inclusive vários oficiais. Assim ocorreram coisas até o dia 17 em que o general Flores atacou os paraguaios em Yatahy [...].

Enquanto Estigarribia conquistava a margem esquerda do Rio Uruguai, o general Osório marchava com suas tropas em direção a Entre Rios e, com a finalidade de reforçar a tropa brasileira. O almirante Barroso conduzia, em cinco navios com destino a Corrientes, um Corpo de Exército Argentino sob o comando do general Paunero. Ao desembarcar, a tropa de Paunero engajou-se em violento combate com os paraguaios e, apesar do apoio de fogo naval, foi obrigada a retrair para os navios, com 200 perdas sofridas. Após a derrota do major Pedro Duarte, em 13 de agosto, em Yatahy, diante dos 4.300 homens de Venâncio Flores, Estigarribia, foi cercado por cerca de 7.000 homens de Canabarro e Fernandes Lima, ficando isolado

em Uruguaiana, conforme detalha Teixeira (1968). Saliente-se que, em cinco de julho, o Vapor 11 de Junho, que era um Hospital de Sangue da Marinha Imperial, partiu de Curralito em direção a Uruguaiana com a finalidade de apoiar as tropas de Canabarro.

Quando da chegada das tropas aliadas comandadas por Bartolomeu Mitre, Porto Alegre e Venâncio Flores, sem opção, Estigarribia se rendeu. O termo de rendição foi assinado em Uruguaiana, contando com a presença do imperador D. Pedro II e sua comitiva. Vale destacar que fazia parte da comitiva do imperador o Dr. Soares Meireles, médico da Casa Imperial.

Segundo Academia Militar das Agulhas Negras (2001), no acampamento do Arroio de Cuentas, o chefe da Comissão de Engenheiros, capitão Luiz Fernandes de Sampaio, expôs ao Dr. José Carlos de Carvalho, em 23 de outubro de 1865, a situação enfrentada pelos médicos, enfermeiros, farmacêuticos e boticários, e também pelos comandantes de tropa.

A Função Logística de Saúde na contra-ofensiva aliada de Uruguaiana ao Rio Paraná

O Exército Brasileiro acampou no dia 11 de junho em Juqueri Grande, na margem direita do Uruguai, ao sul de Concórdia. A partir daquela posição, iria transpor o rio e seguir pelo território argentino, em direção ao Norte, até Corrientes, localizada à margem esquerda do Rio Paraná. Esse deslocamento foi bastante difícil, em virtude das chuvas e do terreno encharcado.

A transposição do Rio Uruguai iniciou-se no dia 15 de julho. Inicialmente, a 1^a

Divisão transpôs o rio. Em seguida, atravessaram a artilharia com 32 canhões, um hospital móvel com 1.000 doentes e toda tralha logística, com suas carretas e seus bois. A respeito desta operação, Jourdan (1893) comentou que ela durou sete horas, consumindo-se mais uma hora para a retirada da ponte.

A tropa encontrava-se bastante abatida, e a situação se agrava em razão da fome, da fadiga e das enfermidades surgidas. Além disso, o frio causava muitas baixas em grande parte dos soldados, que não estava acostumada com ele. E sobre essas circunstâncias que envolviam tropa, Fragoso (1959) disse o seguinte:

[...] agravam-se o mau estado sanitário das tropas não afeitas àqueles climas... A gente do norte teve de passar no começo por grandes sofrimentos, antes que se adaptasse às condições do ambiente. Houve, porém exagero nas notícias sobre o assunto, divulgado pelos jornais.

Mitchell (1963) relata que o aspecto do Exército não era mau, de acordo com o relatório de um oficial do 4º Batalhão de Voluntários, publicado no Jornal do Comércio, de três de julho de 1865. Destaque-se que, à época, já se aplicava preventivamente a vacinação contra a varíola, contudo, ao se referir ao grande número de enfermos menciona que:

[...] os quais estão muito mal acomodados, mal medicados, e finalmente, mal adietados (alimentados). Não há mais medicamentos próprios para as enfermidades que geralmente acometem os homens do norte neste clima frio, e que vem comer só carne verde. A diarreia abunda, as bexigas [varíola] continuam

a fazer muito mal, os médicos para 800 doentes são cinco. O 4º Batalhão de Voluntários conta com mais de 70 doentes aqui, deixou em Santa Catarina 43 e, em Montevidéu, 112. São menos 225 praças deste corpo [...].

Sobre o material e a alimentação de campanha, o mesmo Mitchell (1963) diz ainda:

[...] as barracas que recebemos de Montevidéu são tão más, que já estão rotas. As rações que a tropa recebe neste acampamento são as seguintes: um boi para 80 praças; um alqueire de farinha para 50 praças; uma garrafa de aguardente, para 12 praças; quatro onças de bolacha, para cada dia; duas onças de sal; uma onça de fumo e duas onças de açúcar.

Havia dificuldades em prestar o apoio de saúde. Uma das causas era a falta de medicamentos, enfermeiros e barracas, dentre outras necessidades, e também porque ocorriam problemas para suprir a tropa com o material destinado àquele fim. Como exemplo cabe citar, novamente, Mitchell (1963):

[...] algumas das ambulâncias (caixas ou mochilas com material e suprimento de Saúde) que vieram da Corte, chegaram vazias. Não se pode saber como e onde roubaram os medicamentos que deviam trazer.

Após a travessia do Rio Uruguai, foi instalado, próximo a Concordia, um hospital para abrigar os 260 doentes, quantidade que rapidamente aumentou para 760, conforme relato de um oficial que descreveu aquele acampamento, ainda segundo Mitchell (1963).

O serviço médico foi distribuído por sete enfermarias e cada uma delas com um médico; tudo é feito com muito zelo. Zelo e humanidade, de modo que todas as horas da noite, quando os enfermos gemem, apesar da geada, os médicos levantam-se com lanternas acesas e vão prestar-lhes os socorros precisos. O movimento diário do hospital tem sido de 100 a 150 doentes, e a mortalidade não chega a 10%.

Além do hospital próximo a Concordia, outro foi instalado em Salto, que chegou a ter cerca de 1.000 doentes, contando com apenas oito médicos para atendê-los.

Em 20 de setembro de 1865, as forças aliadas deixaram Uruguaiana e, transpondo o Rio Uruguai, deslocaram-se para Passo de Los Libres. Em dezembro, as forças aliadas de Flores, Mitre e Osório se encontravam às margens do Rio Paraná, frente a Passo da Pátria. Nessa oportunidade, as tropas brasileiras possuíam 18.365 homens, incluindo-se o Corpo de Saúde, cuja quantidade de médicos para atender todo o efetivo era de apenas 58, sete dos quais permaneceram em Montevidéu e Salto. Por sua vez, os baixados nos diversos hospitais somavam 2.295 homens.

A imprensa do Rio de Janeiro criticava a difícil situação dos doentes no teatro de operações, o que levou o ministro dos Negócios da Guerra, general Ângelo Muniz da Silva Ferraz, a solicitar ao general Osório explicações a respeito. Assim, com ofício de 29 de novembro de 1865, Osório confirmou o que vinha sendo veiculado pela imprensa carioca e relatou ao ministro que havia muito mais problemas do que a imprensa informava. Fragoso (1959) relata que, no mesmo documento, Osório informava ao ministro sobre

o emprego de 175 prisioneiros de guerra paraguaios em serviços subalternos, assim se expressando: "[...] alguns nas carretas de transporte, outros nos hospitais e poucos na artilharia para tocarem as carretas". Fragoso (1959) acrescenta:

não tenho confiança nesses homens; alguns deles têm desertado, sem embargo de serem bem tratados e vestidos e de haverem se prestado voluntariamente àquele serviço [...].

Destaque que no mês anterior, Osório já havia informado ao ministro que o Exército não tinha culpa por não haver hospitais, médicos, medicamentos, alimentos, barracas ou ambulâncias, suficientes.

Osório dava atenção ao Corpo de Saúde e ao material bélico. Para o primeiro, criou vários hospitais, onde os seus comandados podiam encontrar os recursos necessários ao restabelecimento da saúde. Para o material bélico, mandou construir depósitos especiais em Corrientes.

No início propriamente dito das operações em território paraguaio, o cirurgião-mor do Exército e chefe do Corpo de Saúde era Manoel Feliciano Pereira de Carvalho. De acordo com Academia Militar das Agulhas Negras (2001), Feliciano assumiu a direção do hospital instalado em Tuiuty, que foi montado em barracas e contava com carruagens para feridos (ambulâncias hipomóveis). Feliciano de Carvalho foi afastado do teatro de operações por ter contraído enfermidade, vindo mais tarde a falecer "em consequência de moléstia adquirida em campanha", o que foi relatado por Mitchell (1963). Posteriormente. Seu nome

foi inscrito no topo da Lista dos "Varões de Plutarco"¹⁸

Os 1º cirurgiões transpuseram o Rio Paraná juntamente com a 3ª Divisão do Exército, na conquista de Itapiru. Numa palhoça daquela localidade, foi instalado um hospital provisório, que recebeu 262 feridos. Os feridos, inclusive paraguaios, após receberem o atendimento eram colocados em leitos de capim. Desde o desembarque em Atajo, que médicos, farmacêuticos, enfermeiros e os auxiliares de saúde acompanhavam de perto a tropa combatente, ainda que sob chuva e através dos terrenos alagados. Foi assim desde a chegada da 3ª Divisão em Itapiru e no prosseguimento para Passo da Pátria.

A Função Logística de Saúde após a Contraofensiva Aliada

Durante a ocupação do cargo de cirurgião-mor do Exército e o exercício interino da função de chefe do Corpo de Saúde, Souza Fontes dedicou-se à organização de hospitais, ao provimento de ambulâncias e meios de transporte para doentes e feridos, de modo a criar melhores condições para o exercício da Função Logística de Saúde em combate. Contudo, devido ao seu estado de saúde, Souza Fontes não pode substituir em campanha Feliciano de Carvalho, quando do afastamento deste.

Mitchell (1963) relata que, por meio de carta confidencial de Para-Cuí, de 13 de abril de 1868, o marquês de Caxias informou a situação ao conselheiro João Lustosa da Cunha Paraguá e que nomeou o cirurgião-mor e chefe interino do Corpo de Saúde o coronel Comissionado Francisco

Bonifácio de Abreu. A carta de Caxias tinha o seguinte teor:

[...] que no exercício das árduas funções de seu emprego, sobretudo em campanha, se tem havido com perícia e dedicação [...] por não haver, como já disse e repito, um só cirurgião-mor de divisão a quem poder eu confiadamente entregar a importante direção do Corpo de Saúde [...].

Conforme Mitchell (1963), na Ordem do Dia nº 133, de três de outubro de 1867, expedida em Tuyu-Cué, Caxias nomeou o cirurgião Francisco Bonifácio de Abreu como inspetor de todos os hospitais e todas as enfermarias permanentes do Exército, com o seguinte objetivo:

[...] reformas e alterações tendentes a melhorar o estado atual destes estabelecimentos e executar desde logo, as que não importarem em aumento de despesa, de acordo com os comandantes das Forças brasileiras da respectiva localidade; podendo, quanto aos de Montevidéu, entender-se diretamente com o Governo Imperial, se assim for mais expedito e conveniente ao serviço; não deixando, em qualquer caso de dar delas imediato conhecimento a este quartel-general.

O trabalho do médico nem sempre se restringia ao atendimento de doentes e feridos. Fragoso (1959) relata a prática de um ato de violência, normal na época. Em uma determinada manhã, diante da tropa formada, dois jovens soldados acompanhados de vários clarins e corneteiros avançaram até o centro do dispositivo, sob rufar de tambores e toques de corneta. Os acompanhantes dos soldados portavam espadas de prancha sem

corte e sem ponta. Avançaram também um padre e um médico. Os soldados tiveram um conflito com oficiais argentinos, que chegou à luta corporal, e foram enquadrados no Artigo 18 do código de guerra, que se referia à pena de morte. Cumprindo as ordens, um dos soldados avançou ao centro do dispositivo, acompanhado por dois corneteiros, estes portando suas espadas. Parados ao centro, os corneteiros em rodízio, ao lado do soldado, davam-lhe "pranchadas". O limite de 50 pranchadas já havia sido ultrapassado, quando, em determinado momento, o soldado desabou no solo. O médico se aproximou, examinou a vítima e fez sinal de que ainda estava vivo. Os corneteiros, usando fuzis como se fosse uma padiola, levantaram o soldado, e as pancadas continuavam. Novamente o médico examinou a vítima e, dessa vez, o sinal foi de que o soldado havia morrido, sendo o corpo retirado numa padiola; em seguida, o outro condenado marchou para o centro do dispositivo, onde o ritual se repetiu com ele. Fragoso (1959) menciona que, em outra oportunidade, um soldado desembainhou a espada, ameaçando o general Osório e, da mesma forma, recebeu o mesmo tratamento.

No que se refere aos auxiliares de saúde, observou-se um caso de descontentamento com trabalho deles, ocorrido na Enfermaria da Quinta de Avalos, localizada na Argentina, relativo à frequência e qualidade dos serviços dos enfermeiros, auxiliares de enfermeiros e farmacêuticos. De acordo com o relatório de 30 de março de 1866, elaborado por Santos (1866)^a o 1º cirurgião levou ao conhecimento do cirurgião-mor do Exército que os baixados estavam descontentes com a

"falta de aplicação dos medicamentos e das luzes acesas" e que o enfermeiro-mor, era em "si desleixado". Consta ainda no mesmo documento que o enfermeiro-mor não encaixava as roupas sujas dos leitos para lavagem, deixando-as acumular.

Os registros apontam que existiam dificuldades para administrar as enfermarias durante a Guerra da Tríplice Aliança. Uma delas era a falta de conhecimento profissional de alguns enfermeiros-auxiliares, tanto para o tratamento dos baixados, como para a escrituração periódica da documentação, que às vezes deixava de ser feita, incluindo-se a lista dos doentes, segundo Vallim (1866)¹³. Outro registro dá conta da falta de material, como por exemplo, camas, mesa e rouparia. Havia ainda o problema da água da chuva que caía no interior da enfermaria. Entretanto, Marques (1866)¹⁴ menciona que o efetivo da equipe de Saúde que prestava serviços na Quinta Enfermaria de Ávalos era constituído por um enfermeiro, um ajudante de enfermeiro, um servente, e três soldados.

A Função Logística de Saúde em território inimigo

Até o término da ofensiva de Solano López, as forças aliadas combatiam em terreno escolhido pelo inimigo, e o despreparo do Exército para guerra levou à improvisação. A ofensiva aliada teve início com a transposição do Rio Paraná, frente a Passo da Pátria e Itapiru, que se constituiu em uma operação de vulto, planejada e executada pelo Corpo de Engenheiros, sob o comando do Ten Cel José Carlos de Carvalho. Naquele oportunidade, contavam-se 32.868 brasi-

leiros, dos quais 4.380 enfermos. O Corpo de Saúde do Exército possuía um hospital no Cerro de Montevideu, um em Buenos Aires, este com 300 leitos, e outro em Salto, além de uma enfermaria em Uruguaiana. No dia 16 de abril de 1866, os aliados atravessaram o Rio Paraná, cujo primeiro desembarque ocorreu próximo ao Atajo, na margem esquerda do rio. No dia seguinte, novo desembarque, desta feita à margem direita do Paraná, logo abaixo de Itapiru. Vale lembrar que, no dia 16, Osório havia determinado que os zuavos baianos¹³ da 7ª Brigada fossem colocados à disposição do Hospital Ambulante (móvel).

Na noite de 16 para 17, quatro médicos e um boticário já estavam atendendo 267 feridos, dos quais alguns eram paraguaios, em um hospital improvisado em uma palhoça, a oeste de Itapiru. Os feridos, tão logo tiveram condições, foram evacuados para o Hospital de Corrientes, cujo diretor era o próprio chefe do Corpo de Saúde, o cirurgião-mor do Exército Manoel Feliciano de Carvalho. No dia 18, conquistou-se Itapiru. Em consequência, no dia 23, López deixa Passo da Pátria. Em dois de maio, 8.000 paraguaios contra-atacam em Estero Bellaco, imputando aos aliados 2.500 mortes e 1.200 feridos. Cabe ressaltar que, durante os combates, sete médicos da Marinha foram mandados em auxílio ao atendimento aos feridos nos hospitais de sangue. Em 20 de maio, os aliados entraram em Tuiuti, ocupando posição defensiva em profundidade.

Nos campos de Tuiuti, morreram cerca de 7.000 paraguaios, e 6.000 ficaram feridos. Do lado brasileiro, foram 737 mortos e

3.029 feridos. Entre argentinos e uruguaios, o saldo foi de 259 mortos e 643 feridos. Sobre Tuiuti, Fragoso (1959) comentou:

Durante todo o combate, os médicos e seus auxiliares não tiveram descanso. À noite, ainda percorriam o campo de batalha com suas lanternas (a vela) recolhendo os sobreviventes. Inclusive paraguaios. Dentre eles João Severiano, louvado, na ocasião, pelo seu desempenho, no Hospital de Sangue e no terreno durante o combate.

Em Tuiuti, foi montado em barracas o primeiro hospital ambulante do Exército Brasileiro. Era um hospital de sangue e foi retratado em quadro pelo pintor argentino Cândido López. Na obra, é possível observar a insígnia vermelha no mastro, criada pelo

general Polidoro, identificando a instalação como hospital. Ressalta-se que, à época, o Brasil não era ainda signatário da Convenção de Genebra, e se pode, também, ver uma carruagem e várias padiolas com feridos.

Em 30 de setembro de 1865, o barão de Porto Alegre, comandante do 2º Corpo de Exército, baixou instruções aos responsáveis pelo material bélico e de saúde, que deveriam dar o melhor destino aos recursos recebidos, na quantidade que julgada conveniente, e o restante deveria ser mantido estoocado em depósito nas instalações do Corpo. Ordenou também que as enfermarias poderiam, caso necessário, permanecer no local onde já se encontravam, exceto as de Salto, que deveriam ser levadas para junto do Corpo de Exército, organizadas em enfermarias

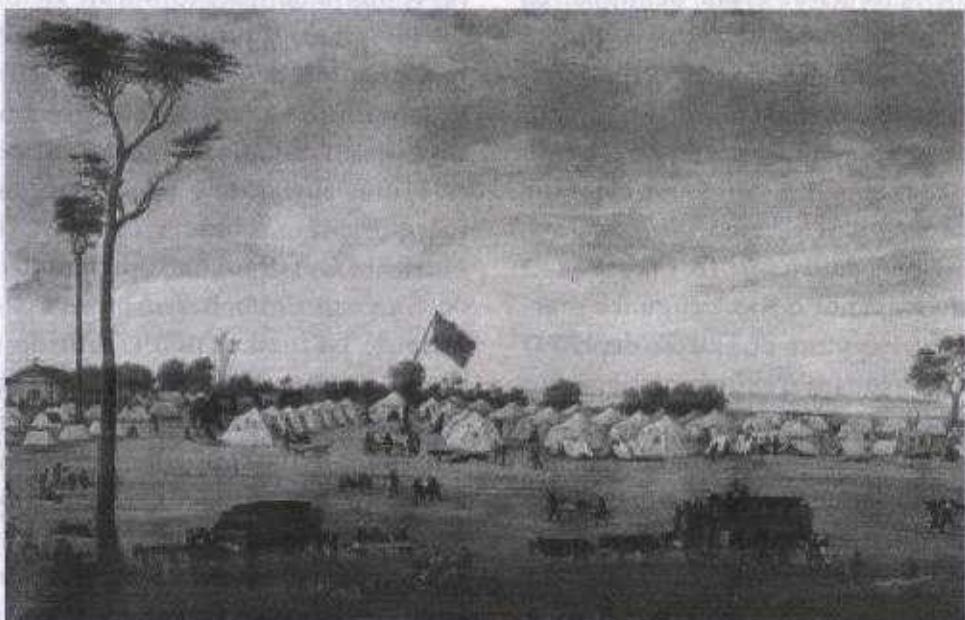


Figura 3 – Hospital Ambulante do Exército Brasileiro em Tuiuti, do pintor argentino Cândido Lopez

Fonte: BRASIL, 2011

"ambulantes"; e autorizou a contratação de médicos civis, quando necessário. Fragoso relata que o barão de Porto Alegre determinou, ainda, "que nas enfermarias haja todo o asseio, sejam respeitados os serviços de higiene e, com caridade, o trato aos doentes". Preocupado com a alimentação e a saúde da tropa, Porto Alegre também recomendou que houvesse cuidado com o fornecimento de viveres, para não haver prejuízo à saúde das praças com má alimentação.

Fragoso, ainda, detalha que em maio de 1866 foi instalado o Hospital de Corrientes construído pela Marinha Imperial. No estilo norte-americano, a instalação possuía seis pavilhões de madeira, piso elevado, dispondo de ventilação, tanto por baixo como por cima. Contava com sala de cirurgia e uma farmácia bem suprida, e seus leitos eram de ferro, os quais recebiam roupa de cama completa e mosquiteiro. Em 19 de julho de 1866, Philippe Pereiras Caldas, 2º cirurgião da Armada, foi colocado à disposição do Exército e recebeu o encargo de elaborar as *Instruções para o Serviço Médico dos Hospitais Provisórios do Exército em Operações*.

Após transpor o Rio Uruguai e marchar para o norte, o 2º Corpo de Exército, sob o comando do general Porto Alegre, chegou a Passo da Pátria no dia 23 de julho de 1866. De imediato, com o auxílio da Armada, Porto Alegre mandou instalar uma enfermaria na Ilha do Cerrito, no Rio Paraguai. Por oportuno, cabe mencionar que, em 14 de abril de 1867, a Marinha instalou na Ilha uma enfermaria para receber os coléricos, porém na práti-

ca recebeu, também, pacientes com outras enfermidades.

Em poucos dias, os doentes estavam acomodados em terra, no Hospital de Sangue de Tuiuti e no Navio Onze de Junho, que funcionava como hospital de sangue da Armada, sob os cuidados dos médicos do 2º Corpo, chefiados pelo cirurgião-mor Feliciano de Carvalho, que se encontrava reforçando o efetivo médico da Marinha. Nessa ocasião, os médicos e seus auxiliares devotaram um esforço digno de citação, não só ao atendimento dos pacientes como, também, à melhoria das instalações hospitalares. O próprio chefe do Corpo de Saúde do Exército, cirurgião-mor Manoel Feliciano de Carvalho e sua equipe realizaram muitas cirurgias a bordo do Onze de Julho e em terra, no Hospital de Sangue de Tuiuti. Mitchell (1963) detalha que, conforme determinação do cirurgião-mor da Armada Carlos Frederico de Souza Xavier de Azevedo, a instalação das enfermarias, dos hospitais e a disponibilidade de ambulâncias de vários tipos aliviaram o Serviço Médico Naval, que estava sobrecarregado.

Em Curuzu e Curupaiti, o 2º Corpo de Exército desembarcou frente à localidade de Curuzu e, no dia três de setembro 1865, investiu contra a posição fortificada e a ocupou após violento combate, infligindo 3.000 baixas paraguaias. Nessa fase, os médicos da tropa aliada estavam sendo transportados no vapor Onze de Junho. Ao perseguir o inimigo, Venâncio Flores chegou às trincheiras de Curupaiti. Diante deste obstáculo, Porto Alegre solicitou reforços a Mitre, para investir con-

tra Curupaiti. Todavia, o comandante argentino não permitiu o prosseguimento.

No terreno, havia 159 mortos e 629 feridos brasileiros. Em 22 de setembro, os aliados iniciaram o ataque a Curupaiti. Ao amanhecer, a esquadra desencadeou forte bombardeio contra a posição paraguaia. De imediato, as baterias paraguaias responderam ao fogo. Ao meio-dia, a esquadra brasileira suspendeu fogo, e iniciou-se a investida com 16.000 homens. Os tiros eram intensos. A posição inimiga parecia intransponível. Mesmo assim, 50 homens de Porto Alegre conseguiram penetrar nas primeiras linhas de barreiras da fortificação. Porto Alegre investiu várias vezes à procura de um ponto vulnerável, que facilitasse romper as trincheiras.

Mitre recebeu informações distorcidas dos seus assistentes a respeito da situação na frente brasileira, o que o levou a ordenar a retirada. Dessa forma, os argentinos abandonaram suas posições, o que fez com que as tropas de Porto Alegre ficassem isoladas e, portanto, sem condições de prosseguir.

Às 16 horas, tocou-se retirada, o que foi considerado a maior derrota sofrida pelos aliados, quando 411 brasileiros tombaram mortos e 1.540 ficaram feridos. Sobre este episódio, Christovão José Vieira, coronel cirurgião do Exército, menciona que foram por ele organizadas seis turmas de médicos para atender os 406 feridos baixados ao hospital de sangue. Em razão do elevado número de baixas e da falta de pessoal, os demais feridos foram evadidos para um navio da esquadra, que funcionava como hospital de sangue. O

total de perdas foi de 4093, sendo 2.011 brasileiras e 2.082 argentinas, conforme relata Fragoso (1959).

Segundo Rio Branco, do início da guerra (24 de dezembro de 1864) até Curupaiti (22 de setembro de 1866), os brasileiros somavam 2.714 mortos, 9.516 feridos e 215 extraviados; enquanto os argentinos possuíam 4.818 perdas; e os uruguaios, 1.160. Quanto aos paraguaios, eram 13.110 mortos, 17.190 feridos e 7.853 extraviados.

O general Porto Alegre, comandante do 2º Corpo de Exército, elogiou Manoel Feliciano de Pereira de Carvalho pelos "humanitários serviços prestados, no curativo de grande número de feridos, por tão exímio chefe e demais médicos, durante os combates em Curuzu", o que foi detalhado por Academia Militar das Agulhas Negras (2001). Porto Alegre mencionou, ainda, o estado de desarranjo da maior parte dos aparelhos aplicados aos feridos atendidos nos hospitais de sangue. Feliciano de Carvalho aproveitou a oportunidade e confirmou as dificuldades enfrentadas para o atendimento aos feridos em Curuzu.

O Corpo de Saúde nas operações sob o comando de Caxias

A Função Logística de Saúde diante da cólera-mórbus

Com o retorno de Osório ao Brasil, que se dirigiu à Província do Rio Grande para tratar da saúde, o marquês de Caxias foi nomeado comandante em chefe das tropas no teatro de operações, incluindo-se a

Marinha Imperial. Na ocasião, o Exército Brasileiro possuía 11 hospitais fixos: dois em Montevidéu, dois em Buenos Aires, três em Corrientes, um em Cerrito, um em Itapiru, um em Passo da Pátria e um em Tuiuty. Um terço da tropa encontrava-se baixada em hospitais ou enfermarias. Ao assumir o comando, o marquês de Caxias mandou instalar arsenais, depósitos e hospitais, de modo a normatizar o funcionamento das cadeias de suprimento de todos os tipos.

Nessa ocasião, surgiu no teatro de operações a *cólera-morbus*. Inicialmente a doença apareceu em março de 1867, em Itapiru e Corrientes, fazendo com que os hospitais recebessem grande número de coléricos. Jourdan (1893), que servia no 2º Corpo de Exército, mencionou que, em 10 dias, perderam-se cerca de 1.000 homens e que "[...] abre-se para o Exército um terrível quadro. No Passo da Pátria, em Tuiuti, em Cerrito a cólera faz muitas vítimas. Porém o pior foi em Curuzu [...]. Na ocasião, todas as melhores casas foram usadas como hospital, inclusive a do próprio general comandante em chefe.

Sobre a dimensão e profilaxia da doença, Cerqueira (1980, p. 183) disse:

A *cólera-morbus* ceifava aos montões em Curuzu, onde estava o 2º Corpo de Exército [...] Os galpões, cobertos de palha, que o general mandou construir no Potreiro Pires, diariamente se enchiam e se esvaziavam nos cemitérios [...] Um soldado da sétima caiu de bocca. Pensaram numa síncope. Era a cólera. Levaram-no para a enfermaria, a poucos passos. Antes de anoitecer estava morto [...] Os médicos aconselhavam o álcool como profilático. Os barracões do comércio enchiam de vi-

nho. Mas a tropa continuava tomar a água de cacimbas rasas, cavadas no areal, poluída pela vizinhança dos mortos.

Em maio de 1867, período de chuvas fortes, os rios Paraguai e Paraná transbordaram. Para agravar a situação, em junho, desembarcaram em Passo da Pátria 5.451 homens, dos quais 406 já haviam contraído a cólera. No mês seguinte, dos 45.000 brasileiros que se encontravam no Paraguai, 10.577 se encontravam baixados nos hospitais e nas enfermarias de Passo da Pátria e Tuiuti.

Nos hospitais de Cerrito, Corrientes, Tuiuti e Passo da Pátria e nas enfermarias existiam 101 médicos, alguns acadêmicos e 31 boticários. Em apoio, havia uma ambulância central (em reserva) posicionada em Tuiuti, nove ambulâncias volantes junto aos 1º e 3º Corpos de Exército, sendo uma com o 1º Corpo e oito com o 3º, não havendo possibilidade de confirmar a existência de tal equipamento junto ao 2º Corpo de Exército. Todavia, Fragoso (1959) mencionou que os acadêmicos nem sempre eram habilitados para o exercício da medicina, razão pela qual Caxias ter dado ordens para eles retornassem ao Brasil. A falta de profissionais levou à contratação de médicos civis.

Em junho de 1867, o 3º Corpo de Exército com 5.451 homens sob o comando de Osório desembarcou no Passo da Pátria. Em agosto, Caxias iniciou a marcha de flanco em direção a Tuyu-Cuê e, com cerca de 29.000 soldados aliados, posicionou-se a noroeste de Humaitá.

Um mês depois, contavam-se baixados nas enfermarias 10.577 coléricos.

Em virtude do impacto que a cólera causou, vale a pena mencionar alguns registros que tratavam do surto da doença que se espalhou no teatro de operações da GTA. Segundo o relatório^{xv}, de 13 de outubro de 1867, encaminhado a Cristóvão José Vieira, coronel médico, chefe do Corpo de Saúde do Exército, José Joaquim dos Santos Correia, integrante da Delegacia da Repartição de Saúde do 2º Corpo de Exército relata que um dos fatores para a disseminação acelerada da *cólera-mórbus* em Tuiuty foi a entrada constante de novos contingentes com baixo índice geral das funções vitais, que se enfraqueciam ainda mais, devido ao ritmo de vida em campanha; a temperatura baixa; o clima local; e os pântanos existentes em abundância na região. Além disto, as jornadas de trabalho excessivas e fatigantes sem o adequado descanso predispunham os indivíduos à doença. A Ata da Reunião da 2ª Sessão Científica^{xvi}, de 13 de outubro de 1867, tratou do ressurgimento da doença e ratificou os fatores citados, acrescentando que a falta de higiene e asseio, o consumo de água parada colhida das poças ou cacimbas, a baixa qualidade e quantidade da alimentação oferecida à tropa constituíam-se em oportunidades para proliferação da enfermidade. Correia (1867), ainda, destaca que as dificuldades de recrutamento para a Guerra fez com que fossem convocados libertos, substitutos e voluntários, levando para o campo de batalha homens com pouca ou quase nenhuma higidez e sem condições de combater.

A Função Logística de Saúde na conquista de Humaitá e no prosseguimento

Em 21 de março de 1868, foram conquistadas Curupaiti, Sauce, Estero Rojas e Espinillo. Em 25 de julho, Caxias entrou em Humaitá, que já havia sido praticamente abandonada por López. Pelas avaliações de Rio Branco, no período de 23 de setembro de 1866 (Curupaiti) e 5 de agosto de 1868 (Humaitá), as perdas aliadas em combate eram de 1.479 mortos, 5.498 feridos, 572 extraviados e 7.549 fora de combate, de acordo com o relato de Fragoso (1959). O Hospital de Humaitá foi criado aproveitando-se os galpões que tinham sido enfermarias paraguaias. Atendeu grande número de feridos, em particular os evacuados de Itororó, Avaí, Lomas Valentinas e Angostura. O material usado para o seu funcionamento foi oriundo do Hospital de Cerrito.

Durante a infiltração pela região do Chaco, a malária castigava a tropa. As enfermarias do Chaco compunham-se de cinco grandes casas cobertas de palha. Como tratamento, os doentes recebiam sulfato de quinino “às colheres de sopa”, conforme dito por Cerqueira (1980) e ainda que, segundo “os cochichos das baías, o quinino vinha batizado com polvilho”. No combate de dois de maio, o número de feridos foi grande. Os que podiam caminhar seguiam até encontrar uma embarcação. Os feridos graves, com fraturas de perna, por exemplo, eram transportados em “capotes e mantas” ou em “andas^{xvii} improvisadas com varas e cipó” (a princípio, destinadas ao transporte de oficiais). Os navios recolhiam os feridos e doentes e os transporta-

vam através da Lagoa Ciervas, onde passavam para lanchões que os levavam até às enfermarias. A partir daí, embarcavam em ambulâncias e galeras de artilharia com destino ao Hospital de Parecuê, conforme o relato de Cerqueira (1980).

A Função Logística de Saúde na Dezembrada

No dia seis de dezembro de 1868, foi travada a Batalha de Itororó. Os brasileiros sofreram 1.806 perdas, das quais 241 mortos. As tropas inimigas tiveram cerca de 600 mortos. Terminado o combate, Caxias marchou até a Vila de Ypané, onde mandou instalar um hospital dentro da igreja local.

No dia 11, Caxias deslocou seus 18.000 homens, que compunham o 3º Corpo de Exército, sob o comando de Osório, para enfrentar os 6.000 paraguaios que se encontravam posicionados ao sul do Arroio Avaf. Segundo Jourdan (1893) das 729 perdas brasileiras, 166 foram de mortos e do lado paraguaio, das 4.616 perdas, cerca de 3.000 mortos e 900 prisioneiros. Os brasileiros feridos foram evacuados para casas próximas à Villeta, onde se construiu uma base com um hospital e um depósito. Em razão do grande número de feridos, muitos foram evacuados para Palmas e Humaitá. Este último recebeu suprimento de material saúde de Corrientes, em virtude do excesso de baixas que recebeu.

No dia 21 de dezembro, os aliados atacaram as trincheiras de Lomas Valentinas e Ita-Ibaté, o que resultou em 1.326 perdas aliadas e cerca de 8.000 para-

guaias, segundo Jourdan (1893). Taunay (2002) descreve que, na madrugada de 21 para 22 de dezembro, o doutor Bonifácio Abreu mandou servir uma xícara de café para o marquês de Caxias, que, olhando para o soldado que a trouxera, replicou: "beba você, camarada" e, voltando-se para o seu estado-maior, replicou:

quando meus soldados estão morrendo à chuva de bala, não posso dar-me a nenhuma regalia por pequena que seja [...] esse homem não teria trazido água do Rio de Janeiro para beber.

Pode ser que este comentário de Taunay se refira ao que Cerqueira (1980) escreveu sobre Caxias por ocasião do surto de cólera em Tuiuty, quando assim se expressou:

[...] Mas a tropa continuava a tomar a água de cacimbas rasas, cavadas no areal, poluída pela vizinhança dos mortos. As más línguas acusavam Caxias de beber água vinda do Rio de Janeiro.

O ataque a Lomas Valentinas começou a 21 de dezembro. A tropa se encontrava mal alimentada, não estava acampada em barracas ou ocupava qualquer tipo de instalação para esse fim; dormia ao relento e debaixo de chuvas fortes. O ataque ocorreu em terreno difícil, onde os homens marchavam através dos esteiros, cobertos por nuvens de mosquitos. Naquele dia, Cerqueira (1980) havia sido ferido. Ele descreveu em suas reminiscências a cena após ter sido atingido: "levantei-me cambaleante e relancei o olhar ao redor, em busca do meu boné e só vi mor-

tos e feridos [...]"'. Do Hospital de Villeta, para onde posteriormente foi encaminhado, Cerqueira (1980) contou que

"naquele hospital estavam internados vários milheiros de feridos, entre aliados e paraguaios, em promiscuidade e sendo tratados igualmente, a bem da verdade".

Na Dezembrada, de seis a 27 de dezembro, foi grande o número feridos que precisaram ser evacuados. Em Villeta, por exemplo, havia cerca de 2.000 feridos baixados, entre aliados e paraguaios, que ocupavam o hospital instalado na capela em barracas e várias casas. Inicialmente, eles eram removidos para os encouraçados, onde se prestava atendimento e realizavam-se operações. Em seguida, eram conduzidos para enfermarias no Chaco. Onze médicos e dois boticários da Armaada, auxiliados por alguns cirurgiões do Exército, realizavam o trabalho. Ressalte-se que as ambulâncias foram abastecidas com material de saúde, e parte dele foi distribuída aos navios que estavam em apoio. Mencione-se também que o clorofórmio já vinha sendo empregado nas anestesias gerais realizadas nos hospitais, com ótimos resultados, segundo o relato de Teixeira (1968).

No dia 30 de dezembro, conquistou-se Angostura, quando foram aprisionados 1.350 paraguaios e 16 canhões, ocupando-se em seguida Assunção, de onde Solano López seguiu para Ascurra. De acordo com Brasil (1869), ao término da Dezembrada, Caxias expediu a Ordem do Dia nº 272, de 14 de janeiro de 1869^{**}, que contém o seguinte trecho:

Tenho o prazer patenteando ainda mais uma vez a minha gratidão, e a do Exército, ao digno cirurgião-mor em comissão e chefe interino do Corpo de Saúde, Dr. Francisco Bonifácio de Abreu, e a todos os cirurgiões militares, médicos contratados e farmacêuticos, que abaixo de suas ordens estão servindo e que, nos hospitais fixos e nos de sangue, têm cumprido religiosamente os deveres de sua profissão com o maior zelo, abnegação e humanidade.

Em fevereiro de 1869, ficou determinado que o marquês de Caxias deveria retornar ao Rio de Janeiro, pois seu organismo já mostrava haver chegado ao limite extremo da resistência, reclamando repouso urgente. Em março, foi exonerado do comando em chefe das Tropas Aliadas, sendo substituído pelo conde D'Eu, a primeira de abril de 1869. No dia seguinte, foi agraciado com o título de duque de Caxias, conforme relata Fragoso (1959).

Conclusão

Embora o Brasil tenha saído vitorioso da GTA, as dificuldades para a execução da FLS foram grandes. Conforme o diagnóstico realizado, essa pesquisa mostrou que as dificuldades não tiveram origem ou foram causadas apenas no teatro de operações ou nos campos de batalha. Pode-se perceber, na esfera político-estratégica a cargo do Império do Brasil, a falha no planejamento e a falta de previsão de orçamento. Verificou-se que, por não ter sido antecipadamente planejada, a estrutura logística e seus métodos e procedimentos de execução se desenvolveram

praticamente no decorrer da Guerra, ou seja, no fragor das batalhas, o que dificultou o gerenciamento e a execução adequada da FLS em apoio à tropa.

Contudo, ressalve-se que isso não deve ser visto como "improvação" pura e simples, mas sim como "adequação" aos meios disponíveis para atender às diferentes demandas. Como exemplo dessa assertiva, mencione-se o problema da *cólera-morbus*: quanto mais a enfermidade se espalhava, causando inúmeras baixas, mais os comandantes e, por conseguinte, os integrantes do Corpo de Saúde implantavam novas ações e procedimentos no sentido de melhorar o atendimento, o tratamento, a evacuação e a hospitalização dos doentes. Por outro lado, mais coléricos vindos da Corte chegavam ao teatro de operações. Assim, percebe-se o despreparo do Império do Brasil no que diz respeito aos processos de mobilização e seleção. Embora isso já tenha sido explorado por alguns autores, este despreparo não impactou somente a tropa combatente, mas também o pessoal envolvido na execução FLS. Se, antes do surto de cólera, o pessoal de saúde já se encontrava subdimensionado para atender às demandas comuns da guerra, tornou-se muito mais quando a doença surgiu. Portanto, é possível inferir que esse enfoque acerca da FLS é uma das contribuições deixadas pela GTA.

A pesquisa mostrou a estrutura, cauda logística e respectivo gerenciamento que possibilitasse à FLS cumprir a finalidade para qual se destinava e caracterizou a evolução estratégica desses aspectos durante a guerra, em razão das

demandas, previstas e imprevistas, de um conflito armado que cresceu de envergadura, por conta das variáveis que surgiram à revelia do Império do Brasil, dos comandantes operacionais e dos chefes dos Corpos de Saúde. O trabalho levantou os "gargalos" estratégicos existentes no fluxo logístico do apoio de saúde, salvaguardados os conhecimentos científicos da época, destacando-se a mobilização de homens com pouca higidez para participar de uma guerra; a mobilização de enfermeiros pouco qualificados para o ofício; o primeiro atendimento; a evacuação e hospitalização dos feridos e/ou doentes e a dificuldade de reposição de suprimento do material de saúde, sendo estes também considerados como os principais problemas enfrentados pelos comandantes operacionais e chefes de Saúde.

Por outro lado, a pesquisa apontou as soluções dadas aos estrangulamentos e às adversidades supramencionadas, tais como a aquisição de ambulâncias de tração animal, a criação de hospitais fôrtes e hospitais de sangue e o emprego de farmacêutica eficaz, a qual os médicos brasileiros dominavam com pleno conhecimento, permitindo inferir que a FLS influiu no rendimento operacional das tropas brasileiras que se encontravam em combate, haja vista o êxito alcançado por elas nas sucessivas batalhas.

Dessa forma, conclui-se finalmente que a GTA, estudada sob o enfoque da FLS, poderá trazer novos conhecimentos para a administração militar e oferecer inúmeras contribuições para o desenvolvimento da doutrina da Logística Militar Terrestre a respeito do enfoque em tela. ☀

Referências

- ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS. Cadeira de História Militar. **Estudo de história militar**. Resende: [s.n.], 2001. 1 CD-ROM.
- BOITUEX, Nylson Reis. A guerra do Paraguai em números. **A Defesa Nacional**, Rio de Janeiro, n. 137, p. 44-61, set./dez. 2000.
- BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de campanha: logística militar terrestre**: C100-10. 2. ed. Brasília: Ministério da Defesa, 2003.
- _____. Ministério da Guerra. **Relatório apresentado à assembléia geral legislativa na 3ª sessão da 12ª legislatura pelo ministro e secretário de estado dos negócios da guerra Visconde de Camamú**. Rio de Janeiro: Typ. Universal de Laemmert, 1865.
- _____. Repartição do ajudante-general. Exército em operações no Paraguai sob o comando em chefe de todas as forças de S. Ex^a o Sr Marechal de Exército Luiz Alves de Lima e Silva. **Ordem do Dia nº 272**. 14 jan. 1869. 4v.
- CERQUEIRA, Dionísio. **Reminiscências da guerra do Paraguai**. Ed. especial. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.
- CORREIA, José Joaquim dos Santos. Integrante da Delegacia da Repartição de Saúde do 2º Corpo de Exército. [relatório] 13 out. 1867. [para] VIEIRA, Cristóvão José Vieira. Chefe do Corpo de Saúde do Exército. **Descreve o conjunto de fatores que concorriam para a disseminação acelerada da cólera mórbus em Tuiuty**.
- FRAGOSO, Augusto Tasso. **História da guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959. 4 v.
- JOURDAN, Emílio Carlos. **História das campanhas do Uruguai**. Porto: Lello, 1893.
- MARQUES, Joaquim da Silva. Major do Hospital Militar da Vila de São Borja. [ofício] 2 fev. 1866. [para] VIEIRA, Cristóvão José. Cirurgião-Mor do Exército e Chefe da Repartição de Saúde na Vila de São Borja, Coronel Vieira. **Relata a falta de material e problemas com a água da chuva na enfermaria**.
- MITCHELL, Gilberto de Medeiros. **A história do serviço de saúde do exército**. Rio de Janeiro: Cultura, 1963.
- SANTOS, Luís Álvares dos. [Relatório] 30 mar. 1866, Chefe da Enfermaria de Quinta de Ávalos, Argentina [para] FONTES, Francisco Alves. Cirurgião-Mor do Exército em Quinta de Ávalos, Argentina. 2 f. **Informa sobre a qualidade ruim dos serviços dos auxiliares de saúde**.
- SCHNEIDER, Louis. **A Guerra da Tríplice Aliança contra o governo da República do Paraguai**. Rio de Janeiro: H. Garnier, 1902.

SILVA, Elisângelo Aparecido Costa da. **Risco biológico para os trabalhadores que atuam em serviços de atendimento pré-hospitalar móvel.** 2007. 107 f. Dissertação (Mestrado)-Curso de Programa de Pós-Graduação em Enfermagem, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

TAUNAY, Alfredo d'Escagnolle Taunay. **Diário do exército:** campanha do Paraguai, 1869-1870. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TEIXEIRA, Roberto C. da Motta. Aspectos históricos da medicina militar na Guerra da Tríplice Aliança. **Revista Brasileira de Medicina Militar.** Rio de Janeiro, v. 2, 1968.

VALLIM, José Corrêa. [Ofício] 2 fev. 1866, Chefe da 5ª Enfermaria na Vila de São Borja [para] VIEIRA, Cristóvão José. Cirurgião Mor do Exército, Chefe da Repartição de Saúde na Vila de São Borja. 2 f. **Informa sobre a ausência de conhecimento profissional dos auxiliares de saúde.**

¹ Combinação do suporte com uma peça de artilharia, servindo para movimentar, apontar, limitar o recuo e, eventualmente, transportar a arma com uma caixa de munições. Montado em grandes rodas, tornava mais fácil o seu transporte por parelhas de cavalos.

² Designação dada aos militares de Engenharia especializados em operações de transposição de cursos de água. Para realizar sua missão, os pontoneiros recorrem à instalação de pontes e pontões e à utilização de vários tipos de embarcações.

³ Doutrina Militar é um conjunto harmônico de ideias e entendimentos que define, ordena, distingue e qualifica as atividades de organização, preparo e emprego das forças armadas. En-globa ainda a administração, a organização e o funcionamento das organizações militares. Fonte: BRASIL. Ministério da Defesa. Glossário das Forças Armadas: **MD35-G-01.** 4. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2007.

⁴ 1º Escalão - Serviço de Saúde de Unidade (Pelotão de Saúde); 2º Escalão - Serviço de Saúde de Brigada e Divisão de Exército (Companhia Logística de Saúde do Batalhão Logístico); 3º Escalão - Serviço de Saúde de Exército de Campanha (início da hospitalização); 4º Escalão - Serviço de Saúde de Região Militar do Teatro de Operações Terrestre (hospitalização e recuperação). Fonte: BRASIL. Exército. Estado-Maior. **Manual de campanha:** logística militar terrestre: C100-10. 2. ed. Brasília, DF: Ministério da Defesa, 2003.

⁵ Instalação, semelhante ao que hoje constitui um posto de triagem, montada em barracas, construções provisórias existentes no local ou mesmo ao ar livre, onde eram imobilizadas as fraturas, estancadas as hemorragias ou tamponados os ferimentos ou, em casos mais simples, realizadas as suturas. Localizava-se imediatamente à retaguarda da linha de fogo.

⁶ PORTRAITS DE MÉDICINS. 2014. Disponível em: <http://www.medarus.org/Medecins/MedecinsTextes/larrey_dj.html>. Acesso em 18 mai. 2011>.

⁷ PORTRAITS DE MÉDICINS. 2014. Disponível em: <http://www.medarus.org/Medecins/MedecinsTextes/larrey_dj.html>. Acesso em: 18 mai. 2011>.

- ^{viii} Pequena faixa de gaze, coberta de medicamento e de material protetor destinada a cobrir, proteger ou manter limpa uma ferida ou sutura.
- ^{ix} A expressão “Varão de Plutarco”, citada por Mitchel (1963), que não mencionou o autor, significa homem probo e com relevantes serviços prestados à pátria, segundo José Eustáquio Diniz Alves. Disponível em: http://www.abep.nepo.unicamp.br/iussp2001/cd/GT_Pop_Gen_Alves_Text.pdf. Acesso em 01 nov 2010.
- ^x Arquivo Histórico do Exército, Documento 10.11, pasta 21, pacote 5664A.
- ^{xii} Arquivo Histórico do Exército, Documento 10.42, pasta 20, pacote 5710.
- ^{xiii} Arquivo Histórico do Exército, Documento 10.42, pasta 21, pacote 5710.
- ^{xiv} Tomaram parte na Guerra do Paraguai, nos Corpos de Voluntários da Pátria, unidades, valor companhia, chamadas de Zuavos Baianos, cujo sacrifício faz parte dessa conquista social pela cidadania. Organizadas entre negros do Nordeste, de acordo com o que relata o general Paulo de Queiroz Duarte, instituíram-se com “grande entusiasmo”. Todos os componentes dessas unidades eram afrodescendentes, dos soldados aos oficiais. Fonte: Ministério da Cultura. Disponível em <http://www.palmares.gov.br/005/00502001.j> Acesso em 01 mar 2011.
- ^{xv} Disponível no Arquivo Histórico do Exército, pacote 5662 A.
- ^{xvi} Disponível no Arquivo Histórico do Exército, pacote 5663.
- ^{xvii} Espécie de leito ou maca para ser transportada a ombros (andor). Fonte: Dicionário da Língua Portuguesa Priberam. Disponível em <http://www.priberam.pt/dlpo/default.aspx>. Acesso em 15
- ^{xviii} Disponível no Arquivo Histórico do Exército.

A Revolta de Jacareacanga

A Força Aérea Brasileira em armas na Amazônia

Marco Túlio Freire Baptista¹

RESUMO

A Revolta de Jacareacanga foi a primeira das duas revoltas ocorridas no seio da Força Aérea Brasileira (FAB). Ela resultou de um crescente descontentamento das Forças Armadas com a política vigente no Brasil, principalmente com a morte de Getúlio Vargas, em 1954. Essa revolta foi liderada pelo então major Haroldo Coimbra Velloso, que, em 11 de fevereiro de 1956, auxiliado por seu amigo e correligionário de ideais, capitão Lameirão, roubou uma aeronave Beechcraft do Campo dos Afonsos e seguiu rumo ao Brasil Central — mais precisamente a Jacareacanga — a fim de estimular os demais militares das três Forças a se rebelarem contra o Governo. O supracitado major imaginava que precipitaria o movimento militar ocorrido oito anos mais tarde e que não contou com o apoio esperado. À exceção da adesão do major Paulo Vitor, com uma aeronave C-47, de alguns poucos militares nas localidades por onde passou e de alguns caboclos, nenhum dos esquadrões que Velloso esperava que aderissem se manifestou, a não ser para lhe dar combate. Algo realmente falhou na hora "H", visto que esses homens representavam o pensamento de respeitável parcela dos militares de sua época; fato confirmado posteriormente, com os acontecimentos que se desenrolaram entre a renúncia de Jânio Quadros e o movimento civil-militar de 1964.

ABSTRACT

The Uprising of Jacareacanga was the first of two riots occurring within the Brazilian Air Force. It was the result of a growing discontent in the Armed Forces with the current policy in Brazil, especially since the death of Getúlio Vargas in 1954. The revolt was led by Major Haroldo Coimbra Velloso, who, on 11th February 1956, aided by his friend and co-religionist of ideals, Captain Lameirão, stole a Beechcraft plane from Campo dos Afonsos and headed towards Central Brazil – more precisely to Jacareacanga – in order to stimulate the rest of the three Military Forces to rebel against the current regime. The major cited above did not guess that he would precipitate the military coup that would occur eight years later. The movement did not receive the expected support. Except by the adherence of Major Paulo Vitor with a C-47 aircraft, some troops from the locations where he passed, and still some mestizos, none of the squads that Velloso hoped to adhere manifested themselves, except to fight against him. Something really failed at last, because these men embodied the thinking of most military at that time, fact later confirmed by the events that unfolded between the renunciation of Jânio Quadros and the Civil-Military Coup of 1964.

¹ Professor da UNIFA, mestre em Ciências Espaciais (UNIFA).

Introdução

A Revolta de Jacareacanga, ocorrida em fevereiro de 1956, foi a primeira² das duas revoltas ocorridas no seio da Força Aérea Brasileira. Seu objetivo era derrubar o Governo, acusado de corrupção e de envolvimento com o Comunismo Internacional. A revolta foi liderada pelo então major-aviador Haroldo Coimbra Velloso, que, com a ajuda do correligionário, capitão-aviador Lameirão, roubou uma aeronave Beechcraft do Parque do Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro, e seguiu para o Brasil Central, mais precisamente Jacareacanga. Nessa localidade, o supracitado major-aviador pretendia catalisar esforços de outros militares, com o apoio de aeronaves de outros esquadrões, principalmente de Salvador (Ventura) e de Natal (B-25).

Os fatos, no entanto, não ocorreram conforme o planejado, pois, excetuada a



Fotografia 1 – Maj Velloso e Cap Lameirão
Fonte: Silva, 1956a, p. 4

adesão do major Paulo Vitor, com uma aeronave C-47, nenhum outro apoio aconteceu. A revolta foi sufocada até o final do mês seguinte, mas o ânimo dos militares continuou a fervilhar até o desfecho final do movimento civil-militar de 1964.

Compreender o ânimo que levou um oficial de altíssimo nível na FAB, com feitos memoráveis no desbravamento da Região Amazônica e com uma carreira brilhante pela frente, a assumir a vanguarda de um movimento contra o Governo, com roubo de uma aeronave e início de uma revolta que levaria às próprias Forças Armadas a combatê-lo, parece uma tarefa insana.

Durante décadas, muitas questões deixaram de ser respondidas, fosse para evitar maiores atritos entre as Forças Armadas e o Governo, fosse para proteger os próprios revoltosos, que foram abraçados novamente no seio da Força Aérea, ou mesmo porque Governo e FAB haviam superado o episódio e simplesmente procuravam esquecê-lo. Os antecedentes históricos da Revolta de Jacareacanga, que deveria precipitar o movimento militar, poderiam responder a alguns questionamentos. De onde veio esse ânimo, que mudou radicalmente a vida e o agir do major Haroldo Velloso? Quem falhou na hora "H"? Com que apoio esse oficial contava e falhou no momento em que não mais poderia ocorrer o retrocesso? O grupo de revoltosos seria de fato tão pequeno a ponto de, visivelmente, ter sido esmagado em menos de um mês? Por que a grande maioria desistiu ou mudou de lado? O major Velloso terá sido tão insano a ponto de crer que,

² A segunda revolta foi a de Aragarças, em dezembro de 1959.

mesmo sozinho, precipitaria o movimento, ou foi ele um instrumento para se medir o clima político e identificar o momento certo que, apenas anos depois, chegaria ao ponto ideal para agir? Quem foi Haroldo Velloso?

Responder a esses e muitos outros questionamentos possibilitará o resgate de um episódio da história da Força Aérea e do Brasil, que, por mais de meio século, tem sido esquecido ou mesmo banido das lembranças e dos bancos escolares.

Esse resgate histórico não tem por objetivo atribuir méritos ou deméritos aos seus personagens, pois, de forma geral, os fatos já foram julgados pelo tribunal da História. No momento, visa-se tão somente compreender o ânimo ou o imaginário brasileiro, em especial das Forças Armadas, que precedeu a revolta (e o próprio movimento civil-militar de 1964), e registrar os fatos desse afastado episódio histórico, protagonizado pelo major Velloso.

Quem foi Haroldo Velloso

Haroldo Coimbra Velloso, homem ruivo, de baixa estatura, muito magro e taciturno (OLIVEIRA, C.; ROZÁRIO, 1956), nasceu no Rio de Janeiro (Estado da Guanabara) a 4 de julho de 1920³. Sentou praça no Exército em 1º abril de 1939, na Escola Militar do Realengo. Como cadete do segundo ano da Escola do Realengo (Exército), requereu sua matrícula na Escola de Aeronáutica, em 1º de abril de 1941⁴, o que lhe foi deferido a contar

de 31 de maio daquele ano. Concluído o curso de Engenharia Aérea, foi declarado aspirante em 30 de setembro de 1942 e segundo-tenente em maio de 1943. Seu desempenho exemplar e seus voos de patrulha pelo litoral brasileiro em aeronave Catalina valeram-lhe as condecorações da "Campanha do Atlântico Sul" e "Crus de Aviação" (fita B), esta concedida em agosto de 1947⁵. Alcançou o posto de Major em 20 de março de 1951⁶.

Velloso foi designado membro da Comissão Brasil Central em 1953 e foi indicado pelo Ministro Nero Moura para coordenar a construção das pistas e estradas de Cachimbo, Aragarças e Jacareacanga, esta última inaugurada em 20 de janeiro de 1954. Assim, abriu caminho para a rota do Correio Aéreo Nacional, do Rio de Janeiro até Manaus. O campo de Jacareacanga foi construído sobre uma grande laje, que foiplainada e substituiu o concreto; sua iluminação provinha de uma usina elétrica, construída por Velloso em aproveitamento a uma cachoeira próxima (SILVA, 1956, p. 4). O seu árduo trabalho no Brasil Central e por toda a Amazônia tornou-o o oficial mais conhecido e reconhecido por toda a Região Norte. Daí a sua grande influência sobre os militares que serviam nos aeródromos dessa rota, bem como os caboclos e índios, muitos contratados por ele para a abertura dos campos de pouso.

Foi oficial de gabinete dos ministros Nero Moura e Eduardo Gomes. Deste último, até 11 de novembro de 1955 (MENDES, 1956, p. 12). Serviu na Base Aérea de Recife

³ Relatório de Cômputo de Tempo de Serviço, 1966.

⁴ Requerimento para matrícula na Escola de Aeronáutica, 1941

⁵ Ficha de Resumo dos Assentamentos para concessão de Medalha Militar (de bronze), 1955.

⁶ Processo de Reserva Remunerada, 1966.

e na de Belém, bem como em diversas unidades no Rio de Janeiro⁷.

Em dezembro de 1959, participou também da Revolta de Aragarças. Com os mesmos objetivos de Jacareacanga, essa revolta foi debelada em apenas trinta e seis horas. Seus líderes fugiram para o Paraguai, Bolívia e Argentina e retornaram ao Brasil em 1961, no Governo Jânio Quadros (MELO FILHO, 1997, p. 295)⁸.

Em 1966, após a Revolução de 64, Velloso solicitou sua passagem para a reserva remunerada e alcançou o posto de brigadeiro do ar.

Em 1969, como deputado federal do Pará pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), envolveu-se em Santarém numa manifestação para reempossar o prefeito daquela cidade, Sr. Elias Pinto, impedido pela oposição. A manifestação encerrou com uma forte repressão policial, que deixou alguns mortos e Velloso gravemente ferido. Em decorrência dos ferimentos, Velloso faleceu alguns meses depois, a 22 de outubro (MELO FILHO, 1997, p. 287).

Antecedentes

O Governo de Vargas vinha sofrendo grande abalo devido às frequentes denúncias de corrupção. O maior escândalo foi o caso do Jornal Última Hora⁹, provável causa

mais próxima do atentado contra o deputado e jornalista Carlos Lacerda, o primeiro a, efetivamente, denunciar o esquema corrupto de sua formação, bem como seus métodos (BALDESSARINI, 1957, p. 147).

A grave crise política desencadeada com o atentado na rua Toneleiros a Carlos Lacerda, que deixou morto o major Ruben Vaz, da Força Aérea, encurralou Vargas, pois o inquérito instaurado pela FAB apontava para sua guarda pessoal, com o envolvimento de seu amigo pessoal, Gregório Fortunato, que viria a confessar-se mandante do crime (MACHADO, 1955, p. 26). A oposição, representada pela União Democrática Nacional (UDN)¹⁰, com forte apoio militar, preparava o golpe. O desfecho da crise ocorreu na manhã de 24 de agosto, às 8h43min, quando Getúlio Vargas, com um tiro no coração, saiu "da vida para entrar na história" (OS ÚLTIMOS..., 1954, p. 9). O contragolpe de Vargas, o suicídio, causou grave comoção popular, com manifestações por toda a parte. A oposição recuou e assumiu o Governo o vice-presidente, Café Filho.

Nas eleições de outubro de 1955, a aliança populista, com Juscelino Kubitschek, do PSD, como candidato à presidência, e João Goulart, do PTB, à vice-presidência, veio frustrar os intentos da UDN e dos militares. Os insatisfeitos procuravam apoio em teses para impedir a posse de JK. Entre elas,

⁷ Ficha de Resumo dos Assentamentos para concessão de medalha (de bronze), 1955.

⁸ O projeto de anistia foi enviado por Jânio Quadros ao Congresso. Mas, por uma ironia do destino, coube ao presidente João Goulart a tarefa de sancionar a Lei que anistiava os oficiais da FAB, visto que Jânio havia renunciado (MELO FILHO, p. 295).

⁹ Jornal patrocinado com dinheiro público (Banco do Brasil), que visava sufocar a imprensa nacional (praticando *dumping*) em diversos Estados, formando uma poderosa rede pró-Governo Vargas (BALDESSARINI, 1957, p. 155).

¹⁰ Partido de Eduardo Gomes, dos setores conservadores das Forças Armadas e de Carlos Lacerda.

estava a não validade dos votos dos comunistas, atribuídos a JK e Jango¹¹, pois o partido já se encontrava na ilegalidade. Também a tese defendida pelo brigadeiro Eduardo Gomes, da necessidade de maioria absoluta na votação, ganhou forte expressão, devido ao pouco mais de um terço dos votos computados para Juscelino (COSTA, 1960, p. 264-265).

A oposição udenista preparava-se para impedir a posse, e um golpe de estado era esperado a qualquer momento, o que foi frustrado pelo ministro da Guerra, general Henrique Teixeira Lott, defensor da legalidade.

Afastado em 3 de novembro de 1955, por motivo de doença, Café Filho foi substituído¹² pelo presidente da Câmara dos Deputados, Sr. Carlos Luz, simpatizante da oposição (CAFÉ FILHO, 1966, p. 552-555, 557-558). Com Carlos Luz, o caminho para o golpe que impediria JK de assumir estava aberto. Toda a oposição, composta pelo presidente em exercício, por políticos ligados à UDN e por militares liderados pelos ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, já estava a postos (LOTT, 1978, p. 77-78).

Como o movimento golpista era anterior à própria eleição, já em julho, o Gen Lott havia determinado o delineamento de um plano secreto de contingência pelas forças do Exército no caso de um golpe liderado pela Marinha e pela Aeronáutica

na Capital¹³ (COSTA, 1960, p. 303). Assim, com a sua demissão no dia 10 de novembro, Lott teve apenas de determinar ao general Denys, Comandante do I Exército, que pusesse em movimento as tropas e ocupasse os pontos estratégicos, conforme planejado (LOTT, 1978, pp. 77 e 78).

O contragolpe preventivo, que determinou o *impeachment* de Carlos Luz, bem como a respectiva substituição dos ministros Eduardo Gomes, da Aeronáutica, e Amorim do Vale, da Marinha, por Vasco Alves Seco e Antônio Alves Câmara, garantiu a posse dos eleitos, ocorrida em 31 de janeiro de 1956 (MELO FILHO, 1999, p. 205-233). A oposição, pró-golpe, ensaiou uma resistência ao contragolpe preventivo de Lott. A base seria São Paulo, governada por Jânio Quadros, udenista simpatizante. Também se encontrava como comandante de uma das tropas do Exército em São Paulo o general Tasso Tinoco, primo do brigadeiro Eduardo Gomes. Este último pegou uma aeronave C-47, acompanhado por três aviões bombardeiros, e rumou para a Base de Cumbica. Eduardo Gomes deixou ordens para todas as aeronaves de caça e bombardeiros do Rio de Janeiro rumarem para Cumbica¹⁴. A resistência contaria também com as forças públicas de São Paulo (COSTA, 1960, p. 304).

Coube à Marinha a maior manobra de resistência. No cruzador Tamandaré, abri-

¹¹ Evento impossível de ser computado pelo sistema eleitoral.

¹² Posteriormente, já restabelecido, Café Filho tentou reassumir a Presidência (então ocupada pelo Sr. Nereu Ramos), mas foi impedido pelo Congresso Nacional em 22 de novembro de 1955, o que o levou a recorrer ao Supremo Tribunal Federal (O PRESIDENTE..., 1955, p.7), que manteve o ato de impedimento. (OLIVEIRA, 1979, p. 2)

¹³ Chamado de Operação Formiga.

¹⁴ Posteriormente seguiram 152 aeronaves para Cumbica (Revista Manchete nº 188, p. 23)

garam-se o presidente deposto, Carlos Luz, o deputado Carlos Lacerda e diversas personalidades civis e militares antijucelinistas, que, sob o comando do almirante Penna Botto, deixou a baía da Guanabara sob os canhonaços dos fortões de Copacabana e Duque de Caxias (Leme). No dia seguinte, o navio retornou ao Rio de Janeiro por ordem de Carlos Luz, que desistira da resistência ao tomar conhecimento de sua deposição oficial pelo Congresso (ANDRADE, 1955, p. 16).

O contragolpe preventivo de Lott alcançara completo êxito, afastando do novo Governo grande número de militares opositores, colocando o Sr. Nereu Ramos na Presidência, por cerca de três meses, e garantindo a posse de Juscelino Kubitschek em 31 de janeiro. Por outro lado, aguçou ainda mais o imaginário dos militares insatisfeitos que permaneciam nas Forças Armadas. Estes estavam magoados com o afastamento de seus comandantes (Aeronáutica e Marinha) e repudiavam o novo Governo.

A revista *Manchete* publicou em seu número 188, em artigo de Pedro Gomes, algumas projeções futuras para o desfecho da crise. Uma dela, a segunda a ser listada entre cinco possibilidades, visualizava que o setor vencido do Exército, auxiliado pela Marinha e Aeronáutica, poderia reagir violentamente ao contragolpe de Lott. Na verdade, a iniciativa viria da Aeronáutica (GOMES, 1955, p. 23).

A Revolta Armada

A "Novembrada" de 1955, ou o desenrolar da Operação Formiga, deixou claro para Velloso que um golpe militar na Capital seria rapidamente sufocado pelas Forças do

Exército, muito mais numerosas que as da Marinha e da Aeronáutica juntas. Por isso, a opção era alçar voo em outras direções e aguardar que os ânimos revelados no ensaio de resistência de novembro passado fossem concretizados como uma revolta verdadeira.

No sábado de Carnaval, 11 de fevereiro de 1956, alguns dias após a posse dos eleitos, o Campo dos Afonsos foi palco de uma ação subversiva, que despertaria novamente todas as angústias das Forças Armadas contra os recém-empossados presidente da República, juscelino kubitschek, e seu vice-presidente. O major-aviador Haroldo Coimbra Velloso e o capitão José Chaves Lameirão providenciaram o embarque de armamento e munição na aeronave Beechcraft 1523, da dotação do Parque de Material Aeronáutico dos Afonsos, e a prepararam para voar. Essa movimentação suspeita levou a negativa de autorização por parte da torre de controle para a decolagem. Mesmo sem autorização, e pegando os controladores um tanto de surpresa, a aeronave decolou (SANTOS, 1999, p. 419).

A retirada da aeronave AT-11 (Beech) não foi tão fácil quanto eles esperavam, pois a porta do hangar estava trancada, e foi necessário arrombá-la, além de ser preciso carregar a aeronave com armamento e munição para combate. Para prosseguirem na tarefa, foi necessária a prisão do oficial de dia (SILVA, 1956b, p. 14).

A missão fora planejada em total segredo; além dos dois oficiais apenas duas outras pessoas (civis) sabiam que ela ocorreria e estavam encarregadas de fazer os contatos com as bases aéreas que dariam o suporte necessário. Segundo o próprio Velloso, em entrevista ao jornalista da revista *O Cruzeiro*,

ro Arlindo Silva, parte da Marinha, Exército e Aeronáutica comungavam da insatisfação com o governo vigente e não suportaria a perpetuação da situação com a eleição e posse de JK. O plano seria formar um foco de efervescência político-militar nos sertões centrais do Brasil, que se tornasse quase impossível que forças legalistas os atingissem. O difícil acesso àquele local demandaria muito tempo para que forças do Governo chegassem, o que daria tempo para que outros focos se formassem, precipitando a revolução. Por outro lado, uma repressão rápida e feroz faria despertar o ânimo para uma guerra civil e a deposição do presidente. Haroldo Velloso imaginava um novo governo provisório que reformaria a lei eleitoral para coibir fraudes e realizar eleições legítimas e populares (SILVA, 1956a, p. 6).

A estratégia política fica mais clara nas seguintes palavras do capitão Lameirão:

Nosso plano era iniciar efetivamente a revolução. Era preciso que alguém o fizesse. Velloso e eu tomamos a iniciativa. Nosso plano era apoderar-nos, logo de início da base de Cachimbo — e foi o que fizemos. É preciso que se saiba que o Cachimbo fica mais ou menos equidistante de Fortaleza, Recife, Natal e Salvador. Com a base em nossas mãos, seria fácil aos camaradas que quisessem aderir, com seus B-25, as Fortalezas Voadoras do Nordeste, e os Venturas de Salvador, principalmente, voar diretamente ao Cachimbo e ali lutar pela causa. Chamariamo, também, as atenções da Nação para aquele ponto e para a Amazônia, e isso poderia facilitar o levante no Sul. Achávamo que alguém começando a revolução, ela se alastraria naturalmente. (FERREIRA, 1956, p. 14)

Aquele sábado guardou uma grande jornada para Velloso e Lameirão. Como a autonomia do Beech não era grande, foram necessários poucos intermediários em Uberlândia, Aragarças, Xavantina e Cachimbo para, finalmente, alcançarem Jacareacanga, dez horas mais tarde. Para dificultar as informações sobre sua rota, inutilizaram os equipamentos de rádio de cada uma dessas localidades (SILVA, 1956a, p. 10).

Após o pouso em Jacareacanga, interditaram o aeródromo, com o uso de tambores vazios de combustível e óleo, troncos de árvores e tratores, o que impossibilitou o pouso de duas aeronaves que os perseguiam. Uma delas, pilotada pelo major Rui Moreira Lima, lançou sobre a localidade diversos panfletos com uma mensagem do ministro Alves Seco, que exortava os funcionários do aeródromo e a população a permanecer em harmonia com a FAB e o major Velloso a entregar-se ao Comando da 1º Zona Aérea (MENSAGEM..., 1956, p. 2).

No dia seguinte, a 12 de fevereiro, chegou a Belém em voo de rotina, oriundo de Caiena, o C-47 2059, do Primeiro Grupo de Transportes do Campo dos Afonsos, pilotado pelo major Paulo Vitor e o pelo tenente Petit. Paulo Victor recebeu a missão de transportar tropas para Jacareacanga, a fim de dar combate a Velloso e a seus homens. Embora não tivesse conhecimento prévio dos planos de Velloso, Paulo Vitor não tinha a menor intenção de dar combate aos revoltosos. Mas, negar, como outros o fizeram, levá-lo-ia à prisão. Por isso, decidiu simular o cumprimento da missão para se juntar a Velloso e a Lameirão. A forma como conduziu a missão possibilitou aos revoltosos a tomada de Santarém, Itaituba e Belterra (SILVA, 1956a, p. 10).



Fotografia 2 – C-47 2059, momentos antes de sua decolagem de Santarém para Jacareacanga

Fonte: SILVA, 1956a, p. 10

Antes de o major Paulo Vitor decolar de Belém, outro oficial, o major José Guilherme, foi designado para pilotar um Beechcraft rumo a Jacareacanga e lançar, sobre o aeródromo, panfletos que instigavam os revoltosos a entregarem-se e a população para que desobstruísse a pista. Depois de Jacareacanga, seguiu para Santarém. Na crença de que os rebeldes ficariam confinados em Jacareacanga, o major Guilherme ordenou ao comandante do destacamento de Santarém, tenente Braga, que seguisse para Jacareacanga com a tropa que vinha no C-47, pilotado por Vitor e Petit. A ordem foi cumprida, mas a consequência desse erro tático deixou Santarém desguarnecida. Paulo Vitor decolou no dia 14, fazendo o primeiro pouso em

Porto de Moz, onde deixou uma fração da tropa que conduzia. Dessa maneira, livrava-se ele de alguns homens, pois, pela distância, jamais lhe dariam combate. Decolou novamente com o C-47 para Santarém e Itaituba, deixando, nesta última, sob o comando do tenente Glozner, outra fração da tropa.

Finalmente, seguiu para Jacareacanga, onde fez um pouso rapidamente autorizado. No solo, sua aeronave foi cercada por dezenas de homens, e Velloso deu ordem de prisão a todos. Imediatamente após, Paulo Vitor enviou uma mensagem

de rádio ao ministro da Aeronáutica em que confirmava total solidariedade à causa rebelde. Os que não quiseram aderir foram feitos prisioneiros. Velloso ganhou, assim, mais uma aeronave: o C-47, de Vitor. Podendo articular melhor com um C-47, Velloso deu ordens para que essa aeronave retornasse a Itaituba, com um contingente armado para dar combate às tropas ali desembarcadas. Seguiu no comando da aeronave o capitão Lameirão e, em Itaituba, o C-47 surpreendeu, retornando no mesmo dia já em lado diferente do conflito e permitindo uma rápida retomada do aeródromo. No final desse dia, retornou a Jacareacanga, levando preso o tenente Glozner, alguns graduados e soldados, após ter deixando um contingente

de ocupação naquele aeródromo (SILVA, 1956a, p. 12).

No dia 15, foi a vez de Santarém. Da mesma forma, o C-47 chegou no dia seguinte ao desembarque de tropas legalistas, contudo tripulado pelos rebeldes. Assim foi fácil render os pouco militares que ali permaneciam e ocupar o aeródromo. Velloso e Lameirão seguiram nessa viagem, estando Paulo Vitor no comando da aeronave. Os revoltosos estabeleceram um quartel-general (QG) no aeroporto de Santarém, onde passaram a aguardar o desenrolar das medidas legais. Também em Belterra foi deixada uma guarnição, a fim de dar suporte ao QG de Santarém (SILVA, 1956a, p. 12).

Depois da fracassada operação da 1^a Zona Aérea, a situação dos rebeldes era a seguinte: Santarém, de posse dos rebeldes, com Haroldo Velloso e Lameirão comandando o QG naquela localidade; Itaituba, aeródromo ocupado pelas forças rebeldes; Jacareacanga, sob o comando do major Paulo Vitor, que manteve essa localidade preparada para a futura resistência às tropas legalistas; Vila de Belterra, uma guarnição também posta ali como suporte a Santarém.

Do dia 15 ao dia 22, as forças rebeldes mantiveram-se com certa tranquilidade em suas posições, salvo alguma movimentação entre Santarém e Jacareacanga. Os presos de Jacareacanga fo-

ram transportados para Santarém, a fim de se lhes darem melhores condições. Velloso nunca esqueceu que esses presos também eram seus companheiros de armas, portanto lhes garantiu o tratamento mais digno possível (SILVA, 1956a, p. 12).

Enquanto se dava a espera no QG de Santarém, fatos fervilhavam em Belém. Uma força-tarefa foi montada para ser enviada às pressas para dar combate a Velloso. Essa Força, sob o comando da 1^a Zona Aérea, Brigadeiro Alves Cabral, embarcou no navio Getúlio Vargas (MENDES, 1956, p.11). Com a determinação do brigadeiro Alves Cabral de prender Velloso, ficou claro que o generalato da Força Aérea não estava preparado para uma nova investida contra o Governo. Naquele momento, o movimento também não poderia contar com seu principal chefe, o



Fotografia 3 – partida do navio *Presidente Vargas*

Fonte: MENDES, 1956, p. 11

ministro da Aeronáutica, pois, desde novembro, Eduardo Gomes fora substituído pelo brigadeiro Vasco Alves Seco, militar inicialmente alinhado ao movimento de legalidade.

Sem muita atividade, os rebeldes passavam longas horas monitorando as comunicações da 1^a Zona Aérea (atualmente Primeiro Comando Aéreo Regional) e os preparativos para a força-tarefa que lhes deveria dar combate. Esperavam a chegada do navio Getúlio Vargas, mas os dias se passavam, e só o que viam, de fato, era a visita diária de um B-17, que procurava por movimentação no aeroporto,

mas que nunca fazia contato visual com qualquer aeronave rebelde. Transmitia mensagens informando que os rebeldes deveriam ter abandonado Santarém. Durante os dias de espera, o Beech permanecera camuflado com galhos de arbustos à beira da vegetação que circundava o aeródromo, sendo retirado dessa posição apenas uma vez por dia para um voo de reconhecimento pelos rios Amazonas e Tapajós, quando, então, regressava para os arbustos.

Embora os rebeldes tenham assumido a responsabilidade total pela revolta, dezenas de radiogramas chegavam ou eram enviados diariamente para os diversos contatos de Haroldo Velloso, o que leva a crer em uma adesão moral, apesar de pouco prática. Por meio desse radiogramas, também eram informados das diversas prisões de oficiais



Fotografia 4 - Cap. Lameirão revidando as rajadas de um Catalina

Fonte: SILVA, 1956a, p. 5

que, dentro da Aeronáutica, recusavam-se a participar dos combates ao líder rebelde.

No dia 18 de fevereiro, chegou ao aeroporto de Santarém uma aeronave dos *Diários Associados*, que trazia uma equipe de jornalistas e fotógrafos que cobririam os fatos e entrevistariam as tropas rebeldes durante os cinco dias seguintes. A equipe foi recebida por Velloso no dia 19, que lhe deu carta branca para efetuar entrevistas e fotografar tudo o que lhe interessasse. A ideia de Velloso era dar o máximo de publicidade ao movimento, facilitando as adesões.

No dia 22 de fevereiro, após alguma sensação de combate num encontro sem consequências no dia anterior com um B-17, uma aeronave Catalina apareceu sobre o aeródromo de Santarém, estando o Beech fora de sua camuflagem. Dessa maneira, o Cata-

lina 6514 preparou-se para o ataque. Velloso e Lameirão, vendo que iriam partir para o confronto, deram ordens a seus homens para que se posicionassem e revidassem o fogo. As rajadas das metralhadoras de nariz do Catalina, bem como os tiros disparados em terra, nada acertaram; contudo, produziram a antológica fotografia divulgada na revista *O Cruzeiro*, que mostra o capitão Lameirão abrigado por um velho canhão (monumento), revidando, de metralhadora em punho, os disparos do Catalina (SILVA, 1956a, p. 6).

Após esse episódio, o capitão Lameirão realizou um novo voo de patrulha. Nesse voo, Lameirão avistou o navio dos Serviços de Navegação da Amazônia e Administração do Porto do Pará (SNAPP), *Lobo D'Almeida*, que ingressava no porto de Santarém. Acreditando que se tratava do navio *Presidente Vargas* transportando a força-tarefa, Lameirão procurou abastecer o Beech e armar com as bombas para bombardear o suposto navio *Presidente Vargas* antes que as tropas desembarcassem. No entanto, mais prudente, Velloso imaginou que um ataque à força-tarefa, com o navio já no porto, não impediria que a tropa desembarcasse, tomasse o campo de pouso e os prendesse. Assim, deu a ordem de embarcar todo o material bélico e combustível no C-47 de Paulo Vitor e preparar para a partida em direção a Jacareacanga. Às 19 horas desse dia 22, os revoltosos deixaram Santarém e retornaram a Jacareacanga (SANTOS, 1999, p. 423). Essa decisão realmente evitou uma tragédia, ou seja, o bombardeio, por engano, de um navio de passageiros. O verdadeiro navio *Presidente Vargas* encontrava-se nas imediações

de Monte Alegre e somente realizaria o desembarque em Santarém dois dias depois. O C-47 (Velloso e Paulo Vitor) e o Beechcraft (Lameirão e o artilheiro Cazuza) levaram armamento, munição e 25 homens leais. O voo heroico desses homens, realizado à noite e sob más condições meteorológicas, terminou às 21 horas, em Jacareacanga, onde havia apenas um lampião de querosene para iluminar cada uma das cabeceiras da pista (FERREIRA, 1956, p.15).

Na manhã seguinte, a 23, Lameirão decolou no Beech, rumo a Itaituba. A ideia era libertar alguns presos (tenente médico Adonay e dois sargentos) e trazer daquela localidade cinco homens seus. Aconteceu que esses homens já haviam deixado Itaituba, por via fluvial, e, no aeródromo, havia uma emboscada armada por autoridades legais. Na chegada, Lameirão informou a senha prevista, que não foi correspondida pelo pessoal de terra. Desconfiado, retornou a Jacareacanga com todos a bordo. No mesmo dia, Lameirão passou essa tarefa ao "cabo" Cazuza, que, pelo rio Tapajós, libertaria os prisioneiros em São Luís (do Tapajós) e armadilharia o pequeno trecho de 15km, não navegável, que deveria ser cumprido por terra. No dia seguinte, a 24, Velloso decidiu sair de barco com mais cinco homens em direção a Pimental para fazer fogo às tropas legalistas que se aproximavam (FERREIRA, 1956, p. 15).

A cerca de 80km de Jacareacanga existe um pequeno campo de pouso, que era cuidado por um grupamento de sete homens armados com carabinas. Existe também uma missão religiosa franciscana, a Missão São Francisco do Cururu. Esse campo de pou-

so serviria de retaguarda para Jacareacanga. Contudo, no dia 25, aeronaves PA-10 Catalina do 1º Esquadrão do 2º Grupo de Aviação desceram ali e ocuparam o campo com uma força de 40 homens, levando, assim, a ameaça das forças legalistas às portas do QG de Jacareacanga. Diante da ameaça tão próxima, Lameirão voou para Pimental e lançou uma mensagem para Velloso, informando-o acerca do ocorrido e solicitando seu retorno para Jacareacanga. Nova tentativa de chamar Velloso de volta ocorreu no dia 27, quando o mesmo estava em São Luis (do Tapajós), mas o contato não foi possível. Naquela noite, ocorreu o choque direto das tropas legalistas com o grupo de Velloso, que levou à morte um de seus seguidores, Cazuza, que foi metralhado pelas costas (FERREIRA, 1956, p.16).

Isolados em Jacareacanga e sem contato com seu líder, os revoltosos presenciaram, no dia 28, bombardeiros lançarem panfletos, aconselhando a rendição e exortando a população a deixar Jacareacanga. Também nesse dia, um B-25 metralhou o terminal de passageiros do aeródromo. O brigadeiro Cabral, comandante da força-tarefa, sobrevoou Jacareacanga no comando de um Beech para falar com Vitor e Lameirão e convencê-los a render-se antes do ataque àquela localidade. No entanto, como não tinham contato ainda com seu líder, não quiseram decidir, mas esperar mais um dia para que houvesse tempo de sua chegada, caso contrário, consideravam uma traição entregar-se sem o conhecimento das novas ordens de Velloso (FERREIRA, 1956, p.16). O dia 29 era o dia "D" para Jacareacanga. O brigadeiro Alves Cabral comandaria o ataque pessoalmente. De Santarém decolavam os Catalinas, que

levavam as tropas de paraquedistas para desembarque anfíbio, e os B-25, carregados de bombas e munição para as metralhadoras. Às 10 horas, o brigadeiro Alves sobrevoava Jacareacanga, no comando do Beechcraft, para saber a posição de Lameirão e Vitor. Caso não houvesse a rendição, comandaria o ataque a Jacareacanga. Ainda sem uma posição de Velloso, os revoltosos solicitaram mais um dia de prazo. Isso irritou o brigadeiro, que ordenou o início do ataque. Diversas ordens foram dadas via rádio, inclusive metralhar a estação de passageiros; contudo, só a pista foi metralhada. As B-25 não lançaram suas bombas (SILVA, 1956b, pp. 8 e 12).

Diante dos rasantes e rajadas disparadas das B-25, os caboclos que apoiavam os rebeldes partiram em retirada, ficando Lameirão e Vitor apenas com 12 homens de confiança. Os três Catalinas logo pousaram na água, e desembarcaram 45 paraquedistas, todos comandados pelo coronel Santa Rosa. Diante do sucesso do desembarque aeroanfíbio, o brigadeiro Cabral retornou para Itaituba para reabastecer, mas logo que desceu da aeronave, recebeu a informação de um caboclo que dizia haver uma pessoa estranha, loira, que ocupava uma cabana do outro lado do rio, na ilha de Paraná-Mirim. Imediatamente foi enviada uma patrulha, que não apresentou dificuldade de encontrar o líder dos revoltosos (SILVA, 1956b, p. 8-113). O encontro deu-se exatamente às 15h30min. Haroldo Velloso foi preso sem oferecer resistência (INQUÉRITO..., 1956, p. 9).

O próprio brigadeiro Cabral levou Velloso inicialmente para Santarém, no Beech 1512. O líder rebelde foi escoltado durante a viagem pelo major Celso Neves.

Quem falhou na hora “H”



Fotografia 5 – Velloso conduzido preso para Itaituba
Fonte: SILVA, 1956b, p. 12

Ao perceberem que sua aeronave C-47 havia sido descoberta pelos B-25 legalistas, o capitão Lameirão e o major Paulo Vitor decidiram não mais esperar pelo major Velloso, iniciando uma fuga, num voo de cinco horas, de Jacareacanga direto a Santa Cruz de La Sierra, na Bolívia, onde pediram exílio político (OS ACONTECIMENTOS..., 1956, p. 6). Velloso, posteriormente, foi conduzido para Belém, onde respondeu a inquérito policial militar e, depois, para o Rio de Janeiro, onde foi preso.

Exatamente no dia seguinte à prisão de Velloso, a 1º de março, foi apresentado ao Congresso Nacional um projeto de lei que anistiaria todos os acusados de crimes políticos, desde 10 de novembro de 1955 até aquela data (INQUÉRITO..., 1956, p. 9) (MELO FILHO, 1956, p.31). Essa anistia beneficiou o oficial rebelde e possibilitou seu retorno às fileiras da FAB, onde serviu até o posto de coronel.

Havia diversos rumores de muita gente envolvida na revolta: o brigadeiro Eduardo Gomes, o general Juarez Távora, muito oficiais da Marinha, Exército e Aeronáutica. Essa versão, contudo, nunca se confirmou. Pelo contrário, já no exílio, na Bolívia, o capitão José Chaves Lameirão informou ao seu entrevistador, jornalista Jorge Ferreira, de *O Cruzeiro*, que nem mesmo conhecia aquelas pessoas, muito menos que elas tivessem um comprometimento específico com a revolta.

Nessa entrevista, Lameirão fez questão de delimitar bem os motivos que os levaram a pegar em armas, ou seja, o estado deplorável de corrupção em que o governo brasileiro estava metido e que levara ao suicídio de Vargas em 1954 (FERREIRA, 1956, p. 14). Em verdade, após aquela data, os ânimos militares fervilharam cada vez mais. Conforme declarações de Haroldo Velloso ao jornalista Arlindo Silva de *O Cruzeiro*, enquanto ele, Velloso, encontrava-se no seu QG improvisado em Santarém,

a grande oportunidade se deu em agosto de 1955, por ocasião da célebre reunião no Clube da Aeronáutica, com a presença dos ministros Lott, Amorim do Valle e Eduardo Gomes, quando o general Canrobert Pereira da Costa fez seu histórico discurso político-militar. (SILVA, 1956a, p. 10)

Possivelmente, naquele momento, a revolução já existia no imaginário de muitos militares brasileiros, pois foi um

momento de quase geração espontânea de levantes em diversas partes do país e nos mais diversos segmentos da sociedade. Ocorre que o tempo passou, e essa geração espontânea não ocorreu. Faltava apenas um empurrão para que eclodisse de maneira irreversível, mas esse também teria demorado demais.

Ainda segundo Lameirão, no exílio, os revoltosos não foram traídos na hora "H", não falharam com eles porque não houve um compromisso prévio, apesar de haver informado ter ocorrido algumas falhas, como a de dois civis que deveriam fazer a ligação entre as diversas bases¹⁵, e não o fizeram (SILVA, 1956a, p. 10).

Na análise dos fatos, passados mais de 50 anos, percebe-se que o sigilo mantido por Velloso e Lameirão acabou por prejudicá-los, pois seus próprios companheiros de ideais foram apanhados de surpresa, permaneceram inertes e, principalmente, sem compromisso com a causa. Outro dado que chama a atenção é a inexistência de uma alta patente na direção do movimento, capaz de arrastar os indecisos. Os revoltosos não estiveram sozinhos em seus ideais, pois que, debelada a revolta, em 1º de março, deu entrada no Senado um projeto de lei de anistia para todos os envolvidos em crimes políticos a partir de 10 de novembro de 1955 até aquela data (INQUÉRITO..., 1956, p. 6). Talvez alguns oficiais-generais comungassem da mesma cartilha, mas, apanhados de surpresa, não manifestaram o seu compromisso com o movimento.

Repressão imediata

Considerar Velloso, Lameirão e Paulo Vitor loucos solitários em seus ideais é desconsiderar o apoio que receberam, embora tenha sido ineficaz, devido a uma rápida repressão. É exemplo dessas medidas imediatas que sufocaram o movimento a própria força-tarefa, que contara com cerca de 600 homens no navio *Presidente Vargas*, recrutados na 1ª Zona Aérea e comandados pelo Brigadeiro Alves Cabral, contando também com aviões e corvetas (O MOMENTO..., 1956, p. 6).

A desproporcionalidade de força, por si só, deixava clara a imediata desarticulação dos rebeldes. Por outro lado, o que poderia favorecer o movimento, a adesão maciça de membros das Forças Armadas, também foi combatido aos primeiros sinais. Diariamente apareciam nos jornais as ações repressivas ao movimento: por determinação do presidente da República ao ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Guedes Muniz foi preso por dez dias devido ao telegrama que enviou ao brigadeiro Alves Cabral; na Base Aérea da Pampulha, em Belo Horizonte, foram detidos quatro oficiais, pertencentes a unidades do Rio de Janeiro, todos acusados de apoiar o movimento de Velloso (PRESO..., 1956, p. 9); por ordem do ministro da Marinha, foram presos o vice-almirante Benjamin Sodré e o almirante Amorim do Vale, devido a declarações feitas a periódicos (O MOMENTO..., 1956a, p. 7); vários oficiais em Belém foram designados pelo brigadeiro Cabral para sair em missão de prisão a

¹⁵ Esse civis não tiveram seus nomes revelados.

Velloso, contudo negaram-se categoricamente, tendo sido, por isso, presos, de modo incomunicável (*O MOMENTO...*, 1956a, p. 8); em Belém, um coronel foi detido, preso, quando tentava aliar-se aos revoltosos (*A SITUAÇÃO...*, 1956b, p. 9); na Bahia e no Ceará foram presos e enviados para o Rio de Janeiro quinze oficiais que, em solidariedade ao movimento, negaram-se a acatar ordens superiores (*OS REBELDES...*, 1956, p. 1).

Também no Serviço de Navegação da Amazônia e dos Portos do Pará (SNAPP) houve protesto contra a ação de militares contra militares; o presidente da empresa, comandante Edyr Carvalho Rocha, protestou contra a cessão do navio *Presidente Vargas* e passou o cargo por ele ocupado ao seu substituto legal, enviando violento telegrama ao presidente Juscelino Kubitschek, no qual afirmava que "o navio estava a serviço da desagregação das Forças Armadas". Tal ato foi punido com a prisão do referido comandante, no 4º Distrito Naval (*ASAS...*, 1956, p. 8-10) (*A SITUAÇÃO...*, 1956a, p. 6).

Se o pensamento de Velloso não era compartilhado com os militares de sua época, no mínimo é enigmática a seguinte notícia publicada no *Jornal do Brasil*, de 4 de maio de 1956: "Chegou o Major Velloso. Foi homenageado, no Galeão" (*REALIDADES*, 1956, p. 5).

Crepúsculo

Por meio dessa fantástica história, pode-se dizer que Haroldo Velloso representou uma parte do pensamento político-militar de sua época, comprovado pela sucessão de fatos ocorridos entre 1954 e 1964. É fato que não recebeu o apoio que imaginava. Alguns de seus correligionários de ideais

ficaram inertes, atônitos de surpresa, outros desgastaram-se demais no último novembro e não se encontravam em condições de encarar uma nova ofensiva ao Governo. Mesmo assim, Velloso escreveu, com a ajuda de alguns poucos e fiéis amigos, as primeiras páginas da história que marca o Brasil durante toda a segunda metade do século XX.

O major Velloso foi herói do desbravamento da Amazônia até 1956, foi herói e criminoso naquele ano, foi o herói que se tentava esquecer durante os anos seguintes, mas finalmente entrou para a história como herói a ser lembrado por tudo o que fez durante toda a sua vida militar e na reserva.

Hoje, uma de suas monumentais obras, o aeroporto de Cachimbo, cuja pista fundou em 20 de janeiro de 1954, leva seu nome, visto que foi rebatizada em 17 de janeiro de 1995 como Campo de Provas Brigadeiro Velloso. Um visitante neste baluarte da Força Aérea na Amazônia Meridional vê, ainda hoje, em pose imponente, dirigindo seus subordinados, o major Haroldo Coimbra Velloso. ☺



Fotografia 6 – Homenagem a Velloso, Campo de Provas Brigadeiro Velloso (Cachimbo, PA)

Fonte: autor

Referências

- OS ACONTECIMENTOS ao norte do país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1956. 1º Caderno, p. 9.
- ANDRADE, Evandro Carlos de. A façanha do Tamandaré. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 188, p. 14, 24 nov. 1955.
- ASAS da rebelião na selva da Amazônia. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 201, p. 6, 25 fev. 1956.
- BALDESSARINI, Hugo. **Getúlio Vargas e o crime de toneleiros, crônica de uma época**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.
- CAFÉ FILHO, João. **Do sindicato ao Catete: memórias políticas e confissões humanas**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1966. 2v. (Documentos brasileiros).
- COSTA, Joffre Gomes. **Marechal Henrique Lott**. Rio de Janeiro: [s.n.], 1960.
- FERREIRA, Jorge. Exilados na Bolívia. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, ano 18, n. 22, p. 14, 17 mar. 1956.
- FICHA resumo para concessão de Medalha Militar de Bronze, dez. de 1955.
- GOMES, Pedro. "Flashes" dos acontecimentos de 11 de novembro. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 188, p. 78, 24 nov. 1955.
- INQUÉRITO policial-militar em Santarém, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 mar. 1956. 1º Caderno, p. 9.
- LOTT, Henrique Baptista Duffles Teixeira. **Henrique Teixeira Lott (depõimento, 1978)**. Rio de Janeiro: CPDOC, 2002.
- MACHADO, F. Zenha. **Os últimos dias do governo de Vargas**: a crise política de agosto de 1954. Rio de Janeiro: LUX, 1955.
- MELO FILHO, Murilo. Anistia: com ou sem Prestes? **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 205, p. 30, 24 mar. 1956.
- _____. **Testemunho político**. Rio de Janeiro: Bloch, 1997.
- MENDES, Osvaldo. Lágrimas e tiros da operação-Santarém. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 202, p. 11, 3 mar. 1956.
- _____. Quem é o major Velloso. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 202, p. 12, 3 mar. 1956.
- MENSAGEM do Ministro Alves Seco ao pessoal de Jacareacanga. **A Noite**, [S.l.], 16 fev. 1956.
- O MOMENTO político militar, a situação dos aviadores Major Velloso e Capitão Lameirão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 19 fev. 1956a. 1º Caderno, p. 7.

O MOMENTO político-militar, nota da Presidência da República, **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 fev. 1956b. 1º Caderno, p. 6.

OFÍCIO da n. 338/56/AS, da 1º Zona Aérea, de 12 abr. de 1956.

OLIVEIRA, C.; ROZÁRIO, Armando. Retrato de Jacareacanga, QG da rebelião. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1956. p. 14.

OSVALDO, Mendes. A rebelião refugiou-se no bojo da selva. **Manchete**, Rio de Janeiro, 3 mar. 1956. p. 6.

PRÊSO o chefe da rebelião, Major Haroldo Velloso. **Jornal do Brasil**, 1 mar. 1956. 1º Caderno, p. 9.

O PRESIDENTE Café Filho recorre a mais alta corte de justiça do país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 nov. 1955.

REALIDADES. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 4 mar. 1956. 1 Caderno, p. 5.

OS REBELDES de Jacareacanga. **O Repórter**, Rio de Janeiro, 27 fev. 1956. p. 1.

RELATÓRIO de Cômputo de Tempo de Serviço do Cel. Av. Eng. Haroldo Velloso, de 12 de agosto de 1966.

REQUERIMENTO do cadete n. 120 (Haroldo Velloso) para matrícula na Escola de Aeronáutica, 1 de abril de 1941.

REQUERIMENTO para ingresso na Reserva Remunerada, de 20 jul. de 1966.

RESENDE, Otto Lara. Depoimento de Lott. **Manchete**, Rio de Janeiro, n. 187, p.[i], 19 nov. 1955.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia**. 3 ed. Santarém: Tigrão, 1999.

SILVA, Arlindo. Operação Jacareacanga. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 10 mar. 1956a. p. 4.

_____. O sonho que morreu na selva. **O Cruzeiro**, Rio de Janeiro, 17 mar. 1956b. 22, p. 2.

A SITUAÇÃO em o norte do país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 21 fev. 1956a. 1º Caderno, p. 6.

A SITUAÇÃO no extremo norte do país. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 fev. 1956b. 1º Caderno, p. 9.

OS ÚLTIMOS instantes do Presidente Vargas. **Manchete**, Rio de Janeiro, 30 ago. 1954. p. 8.

Consórcio Nacional POUPEX

Planeje a realização de seus sonhos

IMÓVEL, CARRO, MOTO E SERVIÇO

VANTAGENS

- atendimento personalizado.
- as melhores taxas.
- alto índice de contemplação.
- agilidade na liberação da carta de crédito.
- grupos financeiramente equilibrados.
- garantia da FHE.



Conheça as condições no site
fhe.org.br/consorcio

Para militares da ativa e inativos, seus pensionistas, cônjuges e filhos, os servidores civis das Forças Armadas e seus pensionistas, os empregados do Banco do Brasil S/A e outros mediante contrato de convênio.

ESCRITÓRIO REGIONAL NO RIO DE JANEIRO/RJ - ESCRJ

Praça Duque de Caxias - Ala Cristiano Ottoni (PDC) - 3º Andar - Centro - 20221-260
Rio de Janeiro/RJ - Fone (21) 2196-4444 - Fax (21) 2196-4440

FHE

Fundação
Habitacional
do Exército

POUPEX

Associação
de Poupança
e Empréstimo

Consulte os endereços e telefones dos Pontos de Atendimento da FHE no site www.fhe.org.br

Central de Teleatendimento ao Cliente 0800 61 3040 Ouvidoria 0800 647 8877 Central de Teleatendimento aos Surdos 0800 646 4747

**FINANCIAMENTO PARA
MATERIAL DE CONSTRUÇÃO**

POUPEX

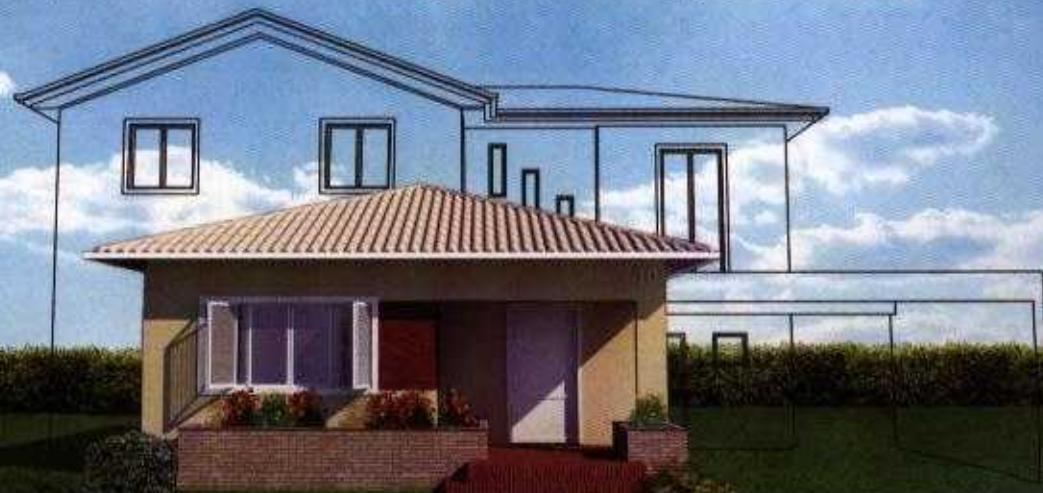
JUROS BAIXOS

PARA O PÚBLICO EM GERAL

(21) 2196-4444

WWW.POUPEX.COM.BR/FMCG

Com a POUPEX, aquele projeto de construir ou reformar o seu imóvel e de comprar armários planejados se materializa. Você pode financiar o material de construção, na loja de sua preferência, no valor de até R\$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Materialize já o seu sonho. Visite o Escritório Regional do Rio de Janeiro, no Palácio Duque de Caxias - Centro.





Biblioteca do Exército

Cada vez mais a serviço dos ideais,
dos valores e das necessidades da
cultura militar brasileira.

www.bibliex.ensino.eb.br

ISSN 0011-7041

